

MANOEL DONATO DE ALMEIDA

ESTADO, ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E LUTA DE CLASSES NO BRASIL (1964-1974)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Economia, área de concentração em Economia rural, para obtenção do grau de mestre em ciências Econômicas.

Orientador: PAULO NAKATANI.

Co-Orientador: PAULO ROBERTO CAMPANÁRIO

CAMPINA GRANDE - MAIO - 1988.

ESTADO, ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E LUTA DE CLASSES NO BRASIL (1964-1974)



A447e Almeida, Manoel Donato de
Estado, acumulacao capitalista e luta de classes no
Brasil (1964-1974) / Manoel Donato de Almeida. - Campina
Grande, 1988.
259 f. : il.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Luta de Classes - 2. Milagre Brasileiro 3.
Capitalismo 4. Dissertacao I. Nakatani, Paulo, Dr.. II.
Campanario, Paulo Roberto, Dr. III. Universidade Federal da
Paraiba - Campina Grande (PB) IV. Título

CDU 316.342.2(043)

ESTADO, ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E LUTA DE CLASSES NO BRASIL (1964-1974)

MANOEL DONATO DE ALMEIDA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: MAIO/1988

COMPONENTES DA BANCA:

PAULO ORTIZ ROCHA DE ARAGÃO - Doutor

PAULO NAKATANI - Doutor

PAULO ROBERTO CAMPANÁRIO - Doutor

À todos os companheiros que se empenharam e deram suas vidas na luta contra o sistema de exploração do homem pelo homem, e de maneira especial aqueles que combatem e combatem incansavelmente o regime militar e todas as sequelas do militarismo; regime que tantas desgraças tem causado ao povo brasileiro.

À memória de Antonio Almeida Filho, irmão e companheiro que orientou meus primeiros passos na longa e acirrada luta contra os inimigos de classe, camarada que não conseguiu chegar ao fim da longa noite instalada no país pelos militares serviçais da classe dominante tendo tombado no anonimato, mas com a honra e a glória que merecem de todos os outros que assim procederam e procedem.

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULOS

pgs.

I	- A LÓGICA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA SOCIEDADE DE CLASSES	1
I.1	- AS CONCEPÇÕES BURGUESAS	2
I.2	- AS CONCEPÇÕES REFORMISTAS	24
I.3	- AS CONCEPÇÕES REVOLUCIONÁRIAS ACERCA DO ESTADO	34
I.4	- A TENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO	47
II	- ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO GOLPE MILITAR DE 1964	72
II.1	- ESTADO, ACUMULAÇÃO E MODERNIZAÇÃO (1930-1937)	76
II.2	- ESTADO, ACUMULAÇÃO E ARBITRÁRIO (1937-1945)	82
II.3	- ESTADO, LIBERALISMO ECONÔMICO E LUTA DE CLASSES (1945-1950) ...	92
II.4	- ESTADO, DESENVOLVIMENTO E CONCILIAÇÃO (1950-1956)	97
II.5	- ESTADO, ACUMULAÇÃO MONOPOLISTA E CRISE (1956-1964)	106
III	- O GOLPE MILITAR - A REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO	136
III.1	- REESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS	143
III.2	- POLÍTICA SALARIAL E REPRESSÃO MILITAR - A LEI DE GREVE	155
III.3	- O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO E O GRAU DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	166
III.4	- POLÍTICA EDUCACIONAL E LUTA DE CLASSES	172
IV	- POLÍTICA AGRÁRIA, ACUMULAÇÃO E VIOLÊNCIA	186
IV.1	- INTERVENÇÃO ESTATAL E ANTIREFORMA AGRÁRIA	187
IV.2	- INTERVENÇÃO ESTATAL, AGROINDÚSTRIA E DEPENDÊNCIA	201
IV.3	- POLÍTICA AGRÁRIA, DESEMPREGO E DÍVIDA SOCIAL	209
IV.4	- REGIME MILITAR, POLÍTICA AGRÁRIA E SOBERANIA NACIONAL	237
IV.5	- POLÍTICA AGRÁRIA, REPRESSÃO MILITAR E LUTA DE CLASSE NO CAMPO..	221
V	- CONCLUSÃO	231
VI	- BIBLIOGRAFIA	250

A P R E S E N T A Ç Ã O

Este trabalho está dividido em 4 capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo consta de um MARCO TEÓRICO METODOLÓGICO. Este por sua vez, está subdividido em 4 partes, onde se caracterizará a concepção burguesa, a reformista e a revolucionária acerca do Estado na sociedade capitalista moderna. Ainda na 4.^a parte deste capítulo se tratará da relação existente entre a composição orgânica do capital, a lei do descenso da taxa de lucro e a intervenção do Estado. No desenvolvimento deste capítulo se persegue os objetivos de comprovar as hipóteses de que apesar das diferentes concepções existentes acerca do Estado ele não é uma entidade existente acima das classes. Mas que em qualquer sociedade, e, em especial no capitalismo moderno, o Estado é uma instituição de uma classe para reprimir a outra. E o Estado burguês, tem como um dos principais objetivos a repressão do proletariado. Portanto, mesmo durante o processo de luta de classes que ocorreu no sistema capitalista, a classe dominada consegue consolidar algumas vitórias, como aumento de salários, redução da jornada de trabalho, etc., os trabalhadores não podem se contentar com as conquistas no terreno econômico, porque embora de grande importância, quando sob o Estado burguês os trabalhadores conseguem tais avanços devem se organizar para a conquista e o acesso ao poder e não se contentar com as meras conquistas econômicas. Pois o processo de acumulação capitalista é um processo contraditório, no qual algumas conquistas conseguidas pelos detentores da força de trabalho nos marcos deste sistema podem beneficiar ainda mais a classe dos detentores dos meios

de produção. Estes têm infinitas formas de aumentar seus lucros, com o aumento do grau de exploração da força de trabalho. Podem aumentar a jornada de trabalho aumentando a mais-valia absoluta formada e/ou aumentar a velocidade do processo produtivo do trabalho, aumentando a mais-valia relativa. Podem aproveitar o exército industrial de reserva pressionando o valor da força de trabalho para baixo; podem ainda intervir nos sindicatos, dificultando a organização dos trabalhadores. A classe dominante conta nesse processo com a INTERVENÇÃO DO ESTADO no domínio econômico favorecendo a extração de maiores taxas de lucro para os capitalistas. Sempre que necessário, se tomará como exemplo destas intervenções do Estado o caso brasileiro, tanto nas lutas que se seguem logo após a revolução de 30, como o período de retrocesso histórico que se inicia com o golpe militar de 1964.

No segundo capítulo, far-se-á uma análise de alguns antecedentes históricos do golpe militar de 64. Neste abordar-se-á o período compreendido entre 1930 e 1964. Tratar-se-á da modernização da estrutura do Estado entre 1930 e 1937, o arbítrio instituído no Estado Novo entre 1937 e 1945, o período marcado pelas relativas liberdades políticas, entre 1945 e 1947, a supressão destas liberdades entre 1947 e 1950, na fase em que predomina o liberalismo econômico e a repressão política e que completa o governo de Eurico Gaspar Dutra. Ainda neste capítulo analisar-se-á de maneira geral, o controvertido aspecto político e econômico do governo de Getúlio Vargas e a morte deste e a ascensão de Café Filho entre 1950 e 1956. Este capítulo se completará com uma análise acerca dos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Concluir-se-á este capítulo com uma avaliação da crise econômica, política e social durante a qual foi desencadeado o golpe militar de 1964.

No terceiro capítulo, tratar-se-á das ações do Estado brasileiro desde o golpe militar de 64 ao fim do período do chamado "MILAGRE BRASILEIRO".

Nesta parte do trabalho se pretende mostrar como após o golpe militar os generais prepararam a economia do país para torná-la atrativa para o capital estrangeiro. Criaram leis que beneficiassem ao grande capital em detrimento dos trabalhadores; criaram uma estrutura jurídica onde os generais tivessem poderes de rei. Favoreceram às empresas multinacionais as condições de tirar durante o período de 1968 a 1974 as melhores taxas de lucros. Far-se-á uma avaliação acerca do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) que foi o plano em que os generais prescreveram as linhas gerais de política econômica para os primeiros anos da ditadura militar: congelamento de salários, combate à inflação com medidas monetaristas. Neste capítulo, estudar-se-á os efeitos da Lei de Greve, que o Estado militarista impôs aos trabalhadores tolhendo-lhes a possibilidade de qualquer movimento na defesa dos seus salários.

Na parte três deste capítulo se fará uma análise do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço instituído pelo governo militar e que teve como finalidade facilitar as dispensas dos trabalhadores pelas empresas capitalistas. Esta medida proporcionava às empresas a facilidade de dispensar-lhes somas relativamente grandes de recursos com indenizações aumentando a rotação da força de trabalho com a quebra da estabilidade prevista em leis anteriores.

Na parte quarta deste capítulo, far-se-á um estudo crítico da maneira como a política educacional do governo militar favoreceu às instituições particulares tornando o ensino público em pouco tempo instituição de caráter privado. Para implantar esta medida a universidade teve que ser "saneada" de seu clima de liberdade com a prisão e tortura de suas lideranças, fechamento ou intervenção nos Centros Acadêmicos, culminando com a ilegalidade da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Com estas medidas o go-

verno reduziu sistematicamente as verbas para a educação do país e elitizou o ensino, especialmente universitário, onde a educação deixou de ser um dever do Estado.

No quarto capítulo, far-se-á uma avaliação crítica da maneira como os governos militares trataram a questão agrária no país, assim como a entrega de vastas áreas do território, às empresas multinacionais com a isenção de impostos, facilitando a modernização dos imensos latifúndios sem efetivar a reforma agrária. Neste capítulo mostrar-se-á ainda a repressão sangüinária nos conflitos surgidos no campo pelo Estado resultando no assassinato em massa daqueles que tentaram fortalecer os movimentos camponeses na defesa da terra para o trabalho e sustento, resultando esta ação estatal numa verdadeira militarização da questão agrária, concluindo com a maior destas repressões do aparelho do Estado na Amazônia.

CAPÍTULO I

A LÓGICA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA SOCIEDADE DE CLASSE

INTRODUÇÃO

O Estado é uma das categorias mais controvertidas da literatura econômica. Cada vertente do pensamento das ciências econômicas que não seja a concepção revolucionária, se esforça em dar uma visão acerca da imagem e do papel do Estado no conjunto da sociedade, mas omitindo seu verdadeiro papel. E cada uma destas imagens, desta instituição, aloja e esconde um interesse de classe, à exceção da marxista, que mostra que o Estado é uma instituição repressora de classe.

Estes fatos levam-nos a concordar com Lenin quando a firma que "difícilmente se encontrará outro problema que tenha sido tão confundido, premeditada e impremeditadamente, pelos representantes da ciência, da Filosofia, do Direito, da Economia Política e do periodismo burguês, como o problema do Estado".¹

Para impingir à sociedade a idéia de que o Estado é uma instituição que serve a todas as classes, ^{isto é a classe dominante} os burgueses chegam a difundir a concepção do Estado divino, o Estado que encarna o pensamento ou o espírito de Deus, como é o caso das idéias que predominaram durante a Idade Média.

A atuação conjunta da Igreja e do Estado veiculava (e ainda veicula) a ideologia da classe dominante, formando estas duas instituições um conjunto de aparelho de dominação de classe.

Nesse sentido, tanto na religião, em particular, como na ciência burguesa, "a teoria do Estado serve para justificar os privilégios sociais, a existência da exploração e a existência do capitalismo".² Portanto, seria ingenuidade esperar que a classe dominante e/ou seus aparelhos de dominação ideológica difundissem idéias contrárias aos seus interesses de classe.

À medida que se desenvolvem as relações de exploração, vão se mudando também as concepções que têm as classes sociais acerca destas instituições e, em especial, a concepção acerca do papel do Estado na sociedade.

Para os objetivos a que se propõe este trabalho, o de mostrar o papel desempenhado pelo Estado no processo de acumulação capitalista, entende-se que seja suficiente focar a concepção nitidamente burguesa veiculada na economia política, e algumas (diferentes) abordagens críticas acerca do papel do Estado na sociedade de classes, concluindo com a concepção Marxista-Leninista.

I.1 - AS CONCEPÇÕES BURGUESAS

Do ponto de vista das abordagens burguesas acerca do Estado, este assume características de uma instituição benéfica para toda a sociedade. Às vezes, negam as contradições entre o capital e o trabalho que se manifestam nas pugnas entre os capitalistas e o proletariado, outras vezes, chegam a reconhecer tais antagonismos. Mas de uma forma ou de outra em que a questão social seja encarada, o Estado deve tomar posição no sentido de solucionar tais problemas com objetivos que visam a tranquilidade da classe dominante. *citar A. Smith*

Nesse sentido, os seus representantes, quando se manifestam ao nível das propostas políticas de intervenção do Estado, apontam para objetivos bem definidos.

Estas manifestações podem ser localizadas no Brasil, tanto antes como depois de Revolução de 1930, ou entre 1930-1964, na Constituição de 1946 ou ainda após o golpe militar de 1964. Nos processos de acumulação anteriores à revolução burguesa de 1930, as oligarquias rurais cafeeiras e/ou canavieiras levavam o Estado a intervir nos processos econômicos, de forma a garantir preços artificiais, para os produtos agrícolas que já não conseguiam mercado, ao mesmo tempo em que precisavam para impedir a elevação dos preços da força de trabalho. A correlação de forças existentes na estrutura do Estado, correspondente, portanto, à estrutura da economia, permitia o controle deste aparelho institucional em benefício daquela classe, que era a classe hegemônica no poder, enquanto o proletariado não teve seu espaço garantido neste processo.

Após o evento que levou ao poder Getúlio Vargas, passa a ter peso político cada vez maior a classe industrial, na correlação de forças sociais deste processo.

Forma-se então o chamado Estado de compromisso. O poder do Estado passa a ser dividido entre a oligarquia cafeeira, que perde o monopólio do poder, mas não necessariamente o seu poderio, sustentado no latifúndio em aliança com o Imperialismo e a burguesia industrial.

As solicitações da intervenção do Estado no processo de acumulação se dão, cada vez mais, no sentido de beneficiar às classes no poder — tanto a oligarquia agrário-exportadora como a classe industrial emergente. Mas tais intervenções no que diz respeito ao preço da força de trabalho é escamoteada.

A grande quantidade de "institutos", "confederações", "comissões de fomento", visando atender setorial e sub-setorialmente aos interesses da classe dominante como um todo, foi o que se constatou na intervenção do Estado, favorecendo a esta classe cada vez mais.

É imbuído deste espírito, isto é, desta concepção acerca do papel do Estado no processo de acumulação, que os capitalistas manifestam, através de seus representantes, que o seu congresso (o Congresso Brasileiro da Indústria) reconhece. "Que o Estado longe de interferir diretamente no campo econômico, deve acentuar a sua influência no sentido de criar as condições que asseguram a permanência do desenvolvimento da atividade privada que são a essência da prosperidade da nação".³ (Grifo M. D. A. — Leia-se: essência da prosperidade da classe dominante, em especial, no caso, os capitalistas industriais). Caracterizando um afastamento cada vez maior da concepção liberal da economia, esta vertente do pensamento econômico que assim se manifesta, vai além na solicitação da intervenção do aparelho do Estado: "Considerando: a) que ao Estado incumbe, além das atividades normais (entende-se: de manter o "status quo" vigente, isto é, a normalidade do processo de exploração da força de trabalho, M. D. A.), a tarefa de manter trabalhos e instituições públicas que ultrapassem o alcance das iniciativas privadas, já por serem muito custosos, já por sua influência social (...) b) que incumbe ao Estado, a fim de empreender a necessária organização planificadora da economia, a criação de órgãos técnicos que deverão funcionar com a participação direta das classes produtoras".⁴

Nestes considerandos acima, se entende que a classe industrial, além de ter ao seu lado a instituição que zela pelas atividades privadas que, afirmam ser a essência da prosperi

dade da nação, entendem (exigem) a criação de órgãos técnicos que deverão funcionar com a participação direta das classes produtoras.

Para que o aparelho de Estado atue a contento do que as classes produtoras chamam de "interesses da nação", é preciso que eles tenham presente sua "participação direta".⁵

E para que a máquina do Estado atenda com toda eficiência necessária aos objetivos e às necessidades da reprodução do capital, recomendam ainda que a intervenção do Estado no campo econômico seja: a) Supletiva, cabendo ao Estado interferir para assegurar os bens gerais e permanentes da coletividade; b) Planificadora, no sentido de articular racionalmente as forças produtoras e conseguir assim, o levantamento geral do nível de vida; c) Auxiliadora, para a concessão de facilidades que incentive a produção"⁶ (os grifos são nossos, M. D. A.).

Temos aí nestas formulações resumidas três "recomendações" dos representantes da classe burguesa, que podem servir como ponto de referência do que esta classe espera (e exige) do aparelho do Estado.

Após a Revolução de 1930, ao mesmo tempo que o Estado tem que agir com certa parcimônia, deve ser mais eficiente diante dos questionamentos colocados pelas forças políticas em ascensão, os quais estavam implícitos no próprio processo de desenvolvimento. Passam a ter uma postura cada vez mais intervencionista com relação ao Estado.

Além das classes no poder alojarem no próprio aparelho do Estado interesses contraditórios, tinham que responder aos questionamentos cada vez mais acirrados da classe antagônica ao capital e que tinha, também, suas reivindicações (questão salarial, rompimento com o imperialismo, reforma agrária, etc.).

Como este Estado se defrontava com esta problemática, tinha que tomar medidas que nem sempre agradavam aos capitalistas individuais, isto é, aos grupos que representavam os interesses dos capitalistas em particular.

Mas, tais problemas se resolviam, e se resolvem. O "Estado de compromisso" assumia as reivindicações que muitas vezes, apesar de partirem de grupos distintos representando subsetores da classe dominante na economia, terminavam por serem solidários uns com os outros.

No caso da agricultura, por exemplo, os industriais mais esclarecidos sabiam da necessidade do seu apoio solidário. Por isto, em contrapartida, iam ao encontro das suas reivindicações mais sentidas, naquilo que lhes interessava, como mostra esta citação:

"A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo nunca esteve alheia aos justos anseios da agricultura, para a solução de seus problemas fundamentais".⁷

Estes "problemas fundamentais", sã apareciam nas reivindicações burguesas quando se tratava de recorrer à intervenção do Estado, objetivando medidas que solucionassem os problemas das crises que enfrentavam.

"Estivemos ao seu lado (da agricultura), clamando por providências que abolissem, a tempo, as crises do café. Estamos de parceria no clamar incessante pela melhoria nos transportes. Com ela também, somos solidários, procurando alargar, com a colaboração das fábricas, o consumo dos produtos da citricultura, seriamente ameaçada pela perda de mercados externos".⁸

Além destas reivindicações citadas, a garantia de preços mínimos e a construção de armazéns reguladores, entre outras reivindicações, nunca faltaram a este setor motivos para

se proteger, sob as frondosas sombras do Estado, nos períodos das crises da economia.

Além desta postura das classes dominantes, que revela a concepção que as mesmas têm acerca do Estado, no que diz respeito à sua intervenção no processo de acumulação, podemos ver as mesmas classes se dirigindo a esta instituição em busca da redução dos salários de sua classe antagônica, o que equivale a dizer, pelo aumento da exploração dos trabalhadores.

"A lei de férias já absorve mais de 5% dos salários anuais. O encargo de caixas de aposentadoria absorve 3 a 8% e, se consideramos as obrigações decorrentes dos contratos de trabalho integrado pelas várias leis em vigor, veremos que o governo federal já impõe ao patronato industrial um ônus extremamente pesado"⁹ (...) "quanto mais numerosas foram as cláusulas destes contratos, tanto mais difícil será a concorrência dos produtos nacionais com os similares estrangeiros, se não houver compensação suficiente!"¹⁰

A concepção acerca do Estado, de seu papel e de sua intervenção no processo de acumulação do capital varia muito entre os economistas burgueses.

Uns defendem uma maior, outros uma menor intervenção do Estado nesse processo. Mas o Estado é burguês, mesmo quando a burguesia é contra a intervenção do Estado na economia.

A aplicação prática dos modelos econômicos quase sempre depende da conjuntura política da qual os governos são o produto. E destes dependem os planos e programas econômicos que o Estado (seu aparelho) encaminha no conjunto da sociedade.

As classes no poder, por sua vez, ao escolherem (indicarem ou determinarem) seu governo, já o fazem considerando a prática comprovada de seus componentes.

Se a correlação de forças estiver favorável aos detentores dos meios de produção, isto é, se dentro de um período de crise os trabalhadores estiverem desorganizados, teremos tecnoburocratas forçados a tomarem posições favoráveis a uma redução dos salários, aumentando, conseqüentemente a exploração dos trabalhadores.

No Brasil, por exemplo, com a morte de Getúlio (em 1954), o Ministro do Trabalho foi destituído, com a ascensão ao poder do Presidente João Café Filho. Este cargo foi ocupado por Octávio Gouveia de Bulhões. Este mesmo reassume logo após o golpe militar de 1964,¹¹ o que pode ser tomado como indicativo da capacidade deste burocrata de atender aos interesses mais conservadores da classe dominante.

Se, por outro lado, os trabalhadores se organizam, lutam e conseguem mudar a correlação de forças, criando uma conjuntura a seu favor, poderão forçar a conduzir uma política econômica menos drástica para com a parte do valor correspondente às necessidades de reprodução da força de trabalho. Mas em geral estas situações são conjunturais. É o que ocorreu no governo de Getúlio Vargas entre 1950 e 1954, e o de Juscelino Kubitschek, assim como no de João Goulart. Mas, se as classes conseguem reverter o quadro político, o Estado se expressa em sua essência. Foi o que ocorreu após o golpe de 1964.

O que se quer mostrar nestes casos é que não existe em países subdesenvolvidos tradição de Estado democrático sem o concurso das lutas dos trabalhadores. E mesmo no caso de estes empunharem suas bandeiras, por mais justas que sejam, encontrarão pela frente a figura do Estado burguês conservador e oligárquico, bem mais conservador do que nos países mais desenvolvidos.

Nos quadros da ESG, durante a década de 50 e início da década de 60, articulou-se uma concepção do Estado que, embora falando em "segurança nacional", o que se desenvolveu foi a ideologia da segurança do capital multinacional. Enquanto se exercia neo-liberalismo econômico o Estado passou a regular o preço da força de trabalho através da repressão aos sindicatos.

Para tornar possível a exploração do proletariado pelo capital nacional e multinacional, o Estado brasileiro teria que sacrificar a liberdade e o bem-estar (equivale dizer-se piorar as condições de vida) de parte da população, especialmente dos trabalhadores. A esse respeito eis o que diz o General Golbery do Couto e Silva, um dos arautos do golpe de 1964:

"À medida que se sacrifique o bem-estar em proveito da segurança, canalizando recursos daquele (bem-estar) para esta (segurança), o primeiro decresce, enquanto a segurança aumenta mais que proporcionalmente, a princípio; a partir de certo ponto, porém, sofre a curva de acentuada inflação, e os acrêscimos, agora cada vez menores, acabarão por se anular de todo, quando já se tem alcançado o que, teoricamente, corresponde ao máximo de segurança copatível com a limitação imposta pelos recursos disponíveis".¹²

Golbery defendeu em sua obra acerca da ideologia da Segurança Nacional que foi seguida pela ESG, em sua formação de quadros e aplicada na prática pelo regime militar implantado em 1964, as afirmações do oficial nazista Goering "mais canhão, menos manteiga" como forma "menos justa", mas altamente sugestiva". Conclui ainda seu raciocínio: "E, na verdade, não há como fugir à necessidade de sacrificar o bem-estar em proveito da segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada".¹³

Estes conceitos de ideologia da segurança nacional foram cuidadosamente preparados nas Forças Armadas Brasileiras, in

cluindo aí, alguns empresários que iriam aplicá-las após o golpe que depôs o presidente João Goulart, substituindo o Estado de Direito pelo Estado de força, numa repressão sem precedente na história do Brasil.

Esta concepção acerca da segurança nacional não previa o crivo das instituições representantes da sociedade civil para a sua aplicação. Isto, dado a própria concepção que os seus defensores têm do papel que deve desempenhar o Estado no contexto da sociedade. Daí porque, os golpes de Estado conduzem a concepção de que a pequena casta que os desencadeia e comanda pode pensar por toda a nação, indo se necessário, à guerra, se os antagonismos desenvolvidos na sociedade o exigirem. Daí porque a primeira instituição a ser atingida foi o Parlamento, e com ele os partidos políticos de oposição, que representavam a classe dominada.

Como na sociedade de classes, especialmente no capitalismo, o principal antagonismo existente é aquele implícito no próprio conceito e base do capital, é evidente que o Estado, abafando tais antagonismos pela força, nega o direito à classe explorada de se defender contra a exploração, o que favorece à acumulação capitalista.

"As pressões podem manifestar-se de forma direta ou indireta, apresentar uma característica formal ou latente e significa um perigo atual ou potencial (...)"¹⁴ Assim, se o Estado, nesta concepção, avaliar que as liberdades (relativas) dos trabalhadores representam um "antagonismo latente", todas as medidas serão tomadas no sentido de coibir tais "antagonismos". Apela, conseqüentemente, para a repressão aos trabalhadores, o que demonstra o caráter de classe do Estado Fascista.

"A superação das pressões exige medidas especiais e obriga o Estado a adotar, muitas vezes, providências extraordi

nárias, que escapam ao comum da vida nacional. Pode o Estado chegar até ao recurso extremo da guerra, desde que tenham sido inoperantes os seus esforços, no sentido de vencer ou reduzir as referidas pressões".¹⁵

Estas afirmações nos permitem concluir que (sendo o principal antagonismo numa sociedade de classes aquele que se manifesta entre os detentores dos meios de produção contra os que são obrigados a vender sua força de trabalho), o Estado pode intervir no processo de acumulação de capital, para que não seja alterado o seu ritmo, e as leis impostas por este sistema. E como tais antagonismos aparecem principalmente durante as crises deste Modo de Produção, a intervenção do Estado é colocada como fundamental na "guerra" pela manutenção e/ou aumento da exploração da força de trabalho. Isto tanto através de leis arbitrárias como pelo uso da força bruta na intervenção dos sindicatos, ou na repressão às greves.

Durante os anos do regime militar, os compromissos do Estado com a "segurança interna" se desenvolveu de tal maneira que esta chega a superar as contradições nacionais com os interesses de nações estrangeiras.

"Até o passado recente, o conceito de inimigo estava ligado ao estrangeiro, e, portanto, fácil de identificar no tempo e no espaço. As divergências internas eram entre adversários e não entre inimigos. O problema da Segurança Nacional estava ligado ao conceito de agressão estrangeira, ou seja, aquela ação partindo do exterior e não visava, em particular, ao Território Nacional".¹⁶

Sabe-se hoje que toda a estrutura do Estado brasileiro, após o golpe militar de 64, fora cuidadosamente arquitetada pelos quadros da ESG. Portanto, esta foi a responsável pela

difusão da ideologia do Fascismo implantado pelos golpistas de 1964.

Atuando em conjunto com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), a ESG tornava-se o centro de irradiação da ideologia da Segurança Nacional, cuja concepção acerca do papel do Estado é que este tinha como principal objetivo combater o "inimigo interno".

"Em sua variante técnica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na Política Mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos de economia Keynesiana ao capitalismo de Estado".¹⁷ (Grifo M. D. A.).

Se se tomar como objeto de estudo o modelo econômico implantado no Brasil em 1964, modelo que durou mais de 20 anos, as evidências constatadas só poderão nos levar à conclusão de que a afirmação da autora supra citada são consistentes. É nestas intervenções estatais, que ela chama de "economia Keynesiana", que continham teoria da ideologia da Segurança Nacional o objetivo de defender o capital tanto estrangeiro como nacional e não o bem-estar da Nação. Isto porque, "a segurança da frente externa vinha sendo, entretanto crescentemente comprometida pela insegurança da frente interna (...)".¹⁸ O "inimigo interno" assumia tal proporção dentro da ideologia da Segurança Nacional que este se tornava mais importante de ser combatido do que o inimigo externo. E não poderia ser diferente. Eram (e ainda são) tão profundas as raízes do capital estrangeiro enterradas no país, que sua segurança se impunha a qualquer custo.

E a geopolítica do General Golbery, por exemplo, tentava justificar a repressão militar desencadeada no país depois de anos de gestação e que, finalmente, aĩ estava para defender os interesses deste capital, conforme aponta a seguinte afirmação de N. W. Sodré:

"Não escapa à análise menos atenta que a subordinação que o imperialismo norte-americano impõe aos países latino-americanos assumiu, nesta fase de capitalismo monopolista de Estado, a forma de ditadura militar e militarização da economia".¹⁹

A acumulação do capital passou a ser uma questão de segurança e desenvolvimento. A intervenção do Estado no processo de acumulação, favorecendo ao capital em detrimento da força de trabalho, tornou-se uma "questão de segurança".

Uma concepção menos conservadora acerca do Estado é aquela que transparece nos trabalhos do Instituto Superior de Ensino Brasileiro - ISEB. Este Instituto desempenhou um papel importante no governo de Juscelino Kubitschek, na defesa intransigente da ideologia do desenvolvimento.

Apesar da ilusão de classe a que conduzem as concepções que permearam o ISEB, este afirma, por exemplo, que: "o imperialismo criara, no Brasil, instrumento ideológico específico destinado a possibilitar a conjugação mais estreita entre a cúpula militar reacionária e os dirigentes civis correspondentes, elementos do aparelho de Estado e das grandes empresas privadas (...). Por todos os motivos, a Escola Superior de Guerra - que era tal instrumento - aparecia entre nós como excrescência".²⁰

Sodré caracteriza ainda a ESG como instrumento de alienação, infenso às influências do meio, da realidade em que havia sido artificialmente inserida.

Sodrê manifesta, em seus trabalhos, a preocupação com o fato de que a ESG representa os interesses externos da nação, isto é, representa alguma coisa alienante e alienígena.

Nos quadros da ESG então (e conseqüentemente de grande parte da elite do exêrcito brasileiro) se organizou a defesa dos interesses do capital estrangeiro. Principalmente se este capital tinha sua origem nas matrizes das empresas multinacionais sediadas na Europa e nos EEUU. E, se alguma manifestação de alerta contra os interesses destes capitais, ou dominação dos países de sua origem surgia de algum partido político ou de qualquer outra forma de organização da sociedade civil, estava constatado um caso de "agressão ou pressão interna". Portanto, um inimigo interno estava localizado. Contra este "inimigo interno", "subversivo" aos interesses da "Segurança Nacional", tinha que ser lançado todo o aparato militar com algumas técnicas de tortura, também importadas junto ao capital forâneo.

Estes fatos ocorreram em consonância com a propalada ideologia da Segurança Nacional, onde tudo tinha que ser sacrificado na defesa do capital estrangeiro e as grandes empresas nacionais. Dada a quantidade de propaganda que era diariamente massificada a imagem do Estado estava endeuzada para grande parte da população que ficava inteiramente alienada.

Como o desfecho do golpe militar de 1964 se baseava na defesa dos interesses da Nação, os governos que se sucederam tinham um discurso que atraiu no início a classe dominante, organizada nos partidos oligárquicos principalmente o PSD e a UDN. Este último foi o principal colaborador com seus princípios norteados pela doutrina do liberalismo à brasileira.

Ocorre que o princípio que norteia o estatuto do pensamento liberal é a defesa da propriedade privada, a livre inicia-

tiva, a concorrência de mercado, teoria do valor subjetivo. Pelo menos os defensores do liberalismo clássico, via de regra, o opõe ao socialismo. Logo, a sua concepção acerca do Estado não coincide com aquelas que têm no Estado um papel que vá ao encontro do social. Enquanto no socialismo se tem como base o princípio da propriedade coletiva, comunal, no liberalismo se torna como base a propriedade privada. Com este pensamento, Mises resume o pensamento liberal: "Os liberais mantêm a opinião de que o único sistema de cooperação humana que, de fato, funciona numa sociedade, baseada na divisão do trabalho, é a propriedade privada dos meios de produção".²¹ Segundo este autor todas as outras exigências do liberalismo resultam deste princípio fundamental. Logo, para os liberalistas, a ética, a lógica e tudo que diz respeito ao que defendem se embasa no princípio da propriedade privada dos meios de produção. Evidentemente, o Estado, no pensamento liberal não poderia girar em torno de outro princípio que não o de defesa dos princípios da proteção da propriedade privada.

"É esta a função que a doutrina liberal atribui ao Estado: a proteção da propriedade privada, a liberdade".²² Neste sentido Mises define todo o aparelho de Estado, expressando também, no pensamento que se segue a ética que norteia as ações políticas do Estado, na forma de governo:

"Chamamos de Estado o aparelho social de compulsão e coersão que induz as pessoas a obedecerem às regras de vida em sociedade; chamamos de Lei as regras de vida em sociedade segundo as quais o Estado age; e de governo os órgãos encarregados da responsabilidade de administrar o aparelho coercitivo".²³ E não ficam nestes princípios as razões que levam os liberais verem no Estado uma instituição necessária. Este teria também o papel de defender o status quo vigente, garantindo o funciona -

mento do sistema também baseado na propriedade privada. "O Estado deve não apenas proteger a propriedade privada. Deve também, ser constituído de tal forma que o curso suave e pacífico de seu desenvolvimento nunca seja interrompido por guerras civis, revoluções ou insurreições".²⁴ Munido destas concepções o aparelho de Estado de uma sociedade liberal tende a uma polarização oposta ao de uma sociedade socialista já que os princípios igualitários deste estariam em confronto com as desigualdades sociais a que estão submetidas as sociedades de classes principalmente no capitalismo, sistema em que floresceu o liberalismo. As evidências históricas permitem que se relacione a doutrina liberal ao capitalismo, embora haja teóricos desta doutrina que pretendam separá-la do sistema que nasceu junto no espaço e no tempo, como irmãos siameses, conduzindo os mesmos princípios éticos, filosóficos, sociais e econômicos. Podemos citar Macpherson entre estes teóricos que tentam separar estas partes indivisíveis do todo. "O fato de que os valores liberais tenham germinado nas sociedades capitalistas de mercado não é em si razão pela qual o princípio ético central do liberalismo — a liberdade do indivíduo para concretizar suas capacidades humanas — tenha de confinar-se sempre necessariamente a essas sociedades".²⁵ Apesar de definir o princípio ético central do liberalismo como traduzindo a liberdade do indivíduo para concretizar suas capacidades, o próprio Macpherson reconhece existirem interpretações contraditórias na tão propalada liberdade da doutrina do liberalismo e não constatada objetivamente no movimento do capital: "...liberal" pode significar a liberdade do mais forte para derrubar o mais fraco de acordo com as regras de mercado; ou pode significar de fato igual liberdade para todos empregarem e desenvolverem suas capacidades. Esta última definição é contraditória com a primeira".²⁶ Não se está aqui preocu

pado em discutir qual das duas "interpretações" prefere o autor que defende a doutrina liberal tentando "dourar a pílula", mas o desenvolvimento do capitalismo tem nos mostrado que a luta pela sobrevivência neste sistema supera de longe a que ocorre no mundo animal obedecendo às leis Darwinianas. Ao contrário do que afirmam os defensores do liberalismo e do capitalismo, neste sistema o desenvolvimento da individualidade torna-se quase impossível para a esmagadora maioria dos trabalhadores por não terem acesso à educação e a cultura, vivendo à margem dos processos de civilização. Esta situação se agrava no caso dos países da periferia do sistema imperialista onde a força de trabalho se constitui uma mercadoria vendida abaixo do valor. Portanto, para se ter as condições mínimas de desenvolvimento do indivíduo seria necessário que este dispusesse das condições mínimas de recursos materiais. E estas condições só existem com a coletivização das formas de apropriação do valor. Estas condições só se pode concretizar em condições socialistas de organização social. Foi Marx quem conseguiu definir as condições sociais em que se torna possível o desenvolvimento da individualidade com a eliminação das desigualdades. Daí se concordar com o cientista político Luiz Fernandes quando este afirma que, "são inteiramente infundadas as acusações dos ideólogos do anticomunismo que procuram apresentar o marxismo como a negação da individualidade".²⁷

Como a doutrina liberal tem como principal objetivo proteger a propriedade privada, qualquer movimento que se organize com objetivo de transformar a sociedade questionando a propriedade privada dos meios de produção e neste caso, o capitalismo terá que defrontar-se com a doutrina liberal. Como o papel do Estado liberal é manter e garantir a estabilidade política e social do processo de acumulação do capital, certamente, os trabalhadores não poderão criar nenhum movimento de classe que

venha a desestabilizar os processos produtivos do capital. Esta concepção do Estado se cristalizou historicamente no mundo após a revolução burguesa da Inglaterra (1640-60). Pela primeira vez na história da humanidade o poder de Estado dos que defendiam as premissas do capitalismo clássico, tais como o desenvolvimento do capital mercantil e tanto os interesses dos industriais nas cidades como os dos pequenos proprietários do campo. Era o fim do despotismo do Rei Carlos I junto às forças reacionárias da Igreja na Inglaterra. Tais fatos históricos e econômicos são os mesmos determinantes da Revolução Francesa de 1789, quando se consolidou os princípios (também liberais) da "Liberté, Egalité et Fraternité" indispensáveis ao desenvolvimento do capital.

Aquelas reformas estruturais no Velho Mundo foram influenciadas com a descoberta da América, tendo contribuído para formação do Estado Moderno também nesta região. Assim, tanto o Estado "Leviatã" de Thomas Hobbes descrito em 1651 como o "Estado de Natureza" de Jonh Locke no seu segundo tratado de governo em 1690 defendem o direito a propriedade e nela se baseiam. Da mesma forma, com base na defesa da propriedade, posteriormente Rousseau descreve o seu "Contrato Social" onde se desenvolvem as bases da defesa da propriedade capitalista que são os condimentos que formam o caldo de cultura por onde avança o pensamento liberal clássico. Como se verá em outra parte deste Capítulo, a concepção marxista do Estado é que rompe com aquelas existentes até o século XIX. As concepções de indivíduos partindo de lógica abstrata e sem uma situação do ponto de vista histórico são superados pelos revolucionários Marx e Engels. Só para tomar como exemplo, pode-se citar a obra O Manifesto do Partido Comunista de 1848 no qual os autores mostram o caráter progressista do pensamento liberal, o papel revolucionário do capitalismo com relação aos modos de produção anteriores, como aque -

le pensamento (liberal) assim como sistema (capitalista) tornam-se posteriormente os grilhões dos trabalhadores na história da humanidade.

Da mesma forma que as idéias liberais tiveram um papel progressista do ponto de vista histórico, isto é, na época do seu surgimento, também no terreno da economia tiveram papel relevante. Apesar de suas limitações os economistas clássicos que defendiam as idéias liberais deram grandes contribuições para o desenvolvimento das ciências sociais. Defendiam que o homem deve ser livre para desenvolver suas capacidades, suas potencialidades. Como exemplos podemos citar John Stuart Mill, Adam Smith e David Ricardo. Estes tiveram a influência da Revolução Industrial e contribuíram para uma concepção das idéias capitalistas dentro do pensamento liberal traduzido no slogan "laissez faire, laissez passer" (deixai fazer, deixai passar) dos fisiocratas do século XVIII.

Mas dentro do princípio do Materialismo Dialético e do Materialismo Histórico, da tese e da antítese, o liberalismo sofreu as mudanças correspondentes as que ocorreram com o capitalismo. Este sistema contribuiu com o desenvolvimento das forças produtivas a tal ponto que influenciou também nas transformações das relações de trabalho que vieram a questioná-lo historicamente. Com o surgimento do Imperialismo, no fim do século XIX e no limiar do século XX, novos elementos políticos e econômicos são colocados no terreno da economia política. É que com o desenvolvimento, da concentração e da centralização do capital surgiram os monopólios. O próprio Estado se desenvolveu, assumindo novas funções econômicas e políticas. Como uma das características desta etapa do desenvolvimento do capitalismo, a etapa do Imperialismo surge o Capitalismo Monopolista de Estado, onde este passa a gerir cada vez mais setores da economia. Nestas circunstâncias os neoliberais não tendo condições de con-

correr com as mercadorias que abarrotam os mercados e em certos casos impõem preços, numa guerra desigual nos mercados terminam por recorrer à intervenção do Estado no processo econômico.

Quando predominava a livre concorrência nos terrenos econômico e político a burguesia defendia a não intervenção do Estado na economia. Defendia a lógica liberal das leis de mercado. Mas o desenvolvimento econômico e o surgimento do monopólio, trouxe novas necessidades para o capitalismo, surgindo o neoliberalismo.

Com o surgimento do monopólio, mesmo alguns defensores do liberalismo econômico baseados na liberdade de mercado, passaram a defender a intervenção do Estado no processo econômico. Contanto que esta intervenção viesse a favorecer a acumulação de capital, contando agora com o irrestrito apoio do Estado burguês. E dentro das variantes desta concepção do Estado, os liberais assumem no Brasil um papel de destaque. Isto devido ao fato dos defensores desta concepção ter influenciado nas leis trabalhistas do país tanto nas leis ordinárias como também e principalmente nas constituições.

Tendo a classe dominante imposto o seu poderio econômico no processo constitucional conseguiu passar nas constituições que foram promulgadas a partir da revolução burguesa de 30 as leis que defendessem os interesses do capital, favorecendo a sua acumulação em detrimento dos detentores da força de trabalho. Os portadores desta concepção tiveram um papel importante no sentido de implantar o Estado de direito nos países onde ocorreu o Feudalismo Clássico e/ou onde as relações de Trabalho guardavam os resquícios daquele modo de produção, ou mesmo onde ocorreram as relações de trabalho escravistas. Mas, por outro lado, no momento de avançar para outras relações de trabalho os trabalhadores esbarram com a doutrina do liberalismo, dou

trina que cristaliza no Estado as leis instrumentais da classe dominante.

Nas condições específicas do Brasil, o liberalismo nunca traduziu o seu ideário europeu de origem nem suas características atuais dos Norte-Americanos onde tanto floresceu. As oligarquias dos latifundiários escravistas que dominaram e influíram na formação do Estado Brasileiro é que imprimiram neste a sua marca. O controle da política econômica monopolizada pelos barões do café e da cana-de-açúcar não dariam espaço de imediato para a burguesia industrial emergente, a classe operária não tinha força suficiente para reverter o quadro e os camponeses eram submetidos aos latifundiários, apesar de a burguesia industrial ter se desenvolvido sob a sombra dos conflitos interoligárquicos.

Luiz Werneck Vianna dá uma grande e valiosa contribuição para se compreender a questão do liberalismo no Brasil, principalmente no que diz respeito à questão do Estado e sua intervenção no mercado, da força de trabalho a partir das décadas de 20 e 30, onde o autor privilegia os aspectos e os momentos de definição da ordem institucional-legal brasileira em relação aos trabalhadores que são os portadores desta força de trabalho. Assim, Werneck Vianna caracteriza as origens do liberalismo nas condições específicas do Brasil: "o liberalismo brasileiro surge marcado por um caráter altamente excludente. A escravidão implicava na existência de uma desigualdade básica na sociedade, incompatível com o ideário liberal de uma igualdade natural e, conseqüentemente, de um mercado livre para a força de trabalho".²⁸ Mas tendo em vista a incapacidade da classe industrial emergente de romper com o poder da oligarquia agrário-exportadora, e tendo em vista a impossibilidade das classes subalternas (frações do proletariado) de pressionar aqueles que representavam o poderio econômico, da revolução de 30 saiu o que se chama de estado de

compromissos. Enquanto este Estado polariza interesses conflitantes das classes dominantes impõe sobre os trabalhadores as organizações de tipo corporativistas numa tentativa de NEGAR o seu caráter de classe, visando evitar o conflito oriundo da contradição antagônica entre o capital e o trabalho. É nesta conjuntura que se plasman as concepções liberais à brasileira. O liberalismo da oligarquia agrária e os postulados da burguesia industrial se submetem ao aparelho do Estado que passa a exercer o seu poder através das instituições e corporações que foram criadas a partir de 1930. E é este Estado que vai dominar durante o primeiro governo de Vargas com marchas e contra-marchas até à metade da década de 40. Após a deposição de Vargas ocorre um período de relativa democracia e liberalismo econômico em que entre todos os partidos existentes (ver capítulo II) a União Democrática Nacional é o partido que mais se aproxima do perfil liberal (Neoliberal), cujas premissas são soterradas pelo golpe militar de 1964 e jogados no ostracismo, tal é a sua incapacidade de resistir à pressão do autoritarismo. Ao contrário, o que a maioria fez de fato foi engordar suas contas bancárias e/ou ampliar seus bons negócios de boca calada e de barriga cheia.

Joffily comenta de maneira resumida em seu trabalho Liberalismo: Velha Arma da Burguesia, o papel histórico que tem desempenhado esta doutrina como instrumento da classe dominante como suporte do movimento do capital. Com relação ao comportamento dos liberais "tupiniquins" brasileiro em sua conduta política conciliatória Joffily afirma: "É certo que os generais no poder relegaram seus parceiros paisanos para papéis meramente decorativos, ou de figurantes, quando não para o ostracismo ou a lista negra dos cassados. Mas é igualmente verdadeiro que a maioria dos nossos liberais se conformou docemente com a ditadura". 29

Resumindo, a concepção burguesa não se baseia numa investigação histórica. Não relaciona o Estado com as etapas de desenvolvimento da sociedade, isolando o indivíduo deste processo. Portanto, não explica o seu surgimento nem o seu desaparecimento. Não explica o Estado como uma instituição de classe. Relaciona-o com o indivíduo, que, por sua vez lhe deve total obediência. Como na concepção do Estado burguês se entende que todos os "cidadãos" são iguais perante a lei, esta seria suficiente para amparar o homem (indivíduo) de qualquer injustiça social. Já que nesta concepção todos são iguais perante a lei e o Estado de direito garante esta igualdade em seu aparato jurídico não há porque explicar as contradições do capital nem das classes que este pressupõe. As diferenças sociais (dos indivíduos) que diz respeito à riqueza se deve, segundo esta concepção, ao fato de existirem preguiçosos, os que sempre foram pobres, e trabalhadores e inteligentes que são aqueles que subiram na vida, isto é, ficaram ricos. Se o trabalho é que leva o homem a riqueza, tirando-o da miséria e do sofrimento, e o Estado deve incentivar o indivíduo para trabalhar cada vez mais, termina não sendo o Estado nem o sistema de classes responsáveis pela desgraça de quem é pobre ou sucumbiu na lei da concorrência. Ao contrário, pode até culpá-lo pelos "infortúnios". Nesta concepção o Estado é uma abstração teórica sem explicação nenhuma acerca do seu surgimento ou do seu desaparecimento. Se o sistema de classes é eterno o Estado que o protege e guarda também o é.

1.2 - A LÓGICA REFORMISTA

Outra concepção acerca do Estado é aquela que se baseia na lógica reformista. Entre os seus defensores, estão os eurocomunistas e os social democratas de diversos partidos, que são os mais conhecidos historicamente. Além destes existem ainda, os revisionistas que exerceram influência no movimento revolucionário mundial a partir de década de 50.

Conforme as posições assumidas pelos defensores do Estado reformista, este, realizando reformas sucessivas em determinados "setores" da sociedade capitalista, iria superando algumas contradições inerentes a este sistema e terminaria por transformá-lo completamente. Esta transformação se daria de maneira pacífica.

No plano econômico, estas transformações se daria a partir da estatização de setores chaves da produção. À medida que tais setores "socializados" fossem alcançando uma alta eficiência, o Estado burguês "socializaria" outros setores, e assim por diante.

A concepção reformista do Estado tem como pressuposto o objetivo de defender a revolução pacífica transformando sem violência as contradições da sociedade capitalista. Ou em lugar de revolução social os defensores e representantes desta concepção preferem as reformas sociais. Não se trata esta concepção de nenhum achado inocente na história da luta de classe. Mas tão antigas e conhecidas são as propostas reformistas da sociedade burguesa, quanto o são as vezes que foram desmascaradas ao longo da história. Desde os meados do século XIX o marxismo já derrotava o Lassalismo e o prondhonismo, doutrinas pequeno-burguesas existentes nos movimentos operários. À medida que se desenvolveu o capitalismo e mais recentemente surgiu

acirnam-se
 o imperialismo criaram-se as condições objetivas para se consolidarem os partidos marxista-leninistas. Consolidou-se então a doutrina que é o instrumento da luta do proletariado. Mas por outro lado, também foram se desenvolvendo as condições objetivas para o surgimento de uma aristocracia de classe no seio da classe operária mais bem remunerada que passa a defender no meio desta os interesses da burguesia. Nesta luta os revolucionários defendem a revolução violenta, colocando como resposta à violência da minoria burguesa no processo de exploração a violência da maioria proletária em busca da liberdade. Enquanto isto, os reformistas defendem as melhorias graduais de parte da classe operária. Mas nos marcos da democracia burguesa, conciliando-se com ela sem defrontar-se com o Estado burguês, sem questioná-lo, sem destruí-lo e preservando o sistema de classes que o mesmo representa. Assim são os partidos social-democratas. Por isto, nos momentos de crise do capitalismo não levam para as organizações sindicais o questionamento do Estado burguês no rumo de sua destruição, e não propõe a liberdade dos trabalhadores dos grilhões daquele sistema. Acenam com propostas reformistas tanto do Estado burguês como consequentemente da sociedade que ele representa.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil começaram a surgir as propostas reformistas para o desenvolvimento do país. Tais propostas ou posturas esboçadas por economistas, sociólogos e outros intelectuais cooptados pelos governos aproveitavam os momentos de luta nacionalistas contra o capital estrangeiro com propostas nacionalistas, mas esqueciam-se de colocar no bojo destas lutas as bandeiras de interesse do proletariado enquanto classe antagônica ao capital. Desta forma, terminavam por levar o proletariado a reboque do chauvinismo, e da colaboração de classe esquecendo-se da contradição fundamental da sociedade.

A campanha pela nacionalização do petróleo e o apoio ao segundo governo de Getúlio Vargas e ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek tinham esta perspectiva.

Os economistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), assim como os intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Ensino Brasileiro) veiculavam, em suas análises acerca da Economia Brasileira, algumas avaliações que, no mínimo, eram equivocadas, e formulavam propostas reformistas para a solução dos problemas aflorados nas crises do capitalismo no Brasil. Isto porque, em suas propostas para superar os graves problemas da economia brasileira, não levavam em consideração o fato de estes problemas serem próprios das economias capitalistas e só poderem ser superados com a supressão do próprio capitalismo, enquanto sistema de exploração do homem pelo homem.

Tanto a concepção burguesa como a reformista compreendem o Estado como sendo uma instituição acima das classes, externo à sociedade civil, tendo, portanto, condições de intervir no processo de acumulação, resolvendo seus conflitos. A intervenção do Estado teria, dentro das concepções reformistas, condições de sanar as contradições da sociedade capitalista sem a eliminação de sua contradição básica que é a exploração do homem pelo homem. E, estando na sociedade brasileira, como em toda a sociedade moderna, generalizando o modo de produção capitalista, o Estado é necessário à reprodução do capital, mas não pode superar as contradições inerentes a este sistema.

Embora tenha prestado um valioso trabalho no sentido de fortalecimento de uma consciência nacional, o ISEB se caracterizava por algumas limitações no que diz respeito à ideologia de classe. Portanto, este instituto conduziu a sociedade brasileira a erros de avaliação da problemática que afetava a Nação e, em especial, ao proletariado brasileiro.

Tratam os trabalhos produzidos no ISEB da questão da alienação e do imperialismo, tecendo críticas acerca da intervenção do Estado. Caio Toledo Navarro, por exemplo, avaliando alguns trabalhos de autores Isebianos, mostra que os mesmos, de certo modo, negam a existência da ideologia do proletariado como forma de luta de classes: "A luta de classes e a luta ideológica, aqui se transmutam na oposição entre ciência e ideologia em geral de uma sociedade de classes (não se fala, pois, em ideologia de classe) é a ideologia da classe dominante mistificadora, dissimuladora, deformadora, etc.".³⁰

Como o pensamento dos cientistas sociais Isebianos era muito amplo, como um leque, vale registrar aqui a posição de Hélio Jaguaribe acerca da questão do Petróleo, que envolveu o problema da intervenção do Estado no processo econômico e que representou um momento de mobilização do povo brasileiro em torno de um debate que a nação assumiu acerca da soberania nacional. "O que torna nacionalista a atual política não é o fato de a Petrobrás ser uma empresa do Estado brasileiro, dirigida por brasileiros, etc. (...) "a política nacionalista poderia ser realizada pela Standard ou qualquer outra empresa, desde que, concretamente, na situação presente do país, esse fosse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro e proporcionar, à economia nacional, o pleno uso do controle de matéria-prima".³¹ Aqui se percebe uma posição que predominou na ideologia do desenvolvimento Juscelinista, onde não importava de onde vinha o capital, desde que fosse para "desenvolver" a economia do país.

A relação que existe entre esta questão e a concepção do Estado que se manifestou durante toda história do ISEB, é que estes cientistas sociais que eram tutelados pelo governo de J. K. não percebiam (ou não queriam perceber) a relação existente entre a entrada de capitais estrangeiros e a perda da sobera

nia nacional. E neste caso, a própria subordinação da nação às superpotências que exportavam estes capitais, sob diferentes formas, mas com um só objetivo, o de se valorizar".³²

Um dos Isebianos que mais avançou nas propostas transformadoras da sociedade confessa suas limitações ao comparar o ISEB a ESG e mostra até onde ia o conservadorismo desta e as "mudanças" daquele:

"(...) A Escola Superior de Guerra representava, ideologicamente, o sentido de conservação, de resistência à mudança, refletindo os interesses do imperialismo e do latifúndio, muito mais aqueles do que estes, o ISEB representava o sentido de mudança, dentro de certos limites, refletindo os interesses da burguesia nacional e da pequena burguesia".³³

Convém lembrar que foi exatamente a confiança nesta burguesia nacional um dos fatores que levaram a esquerda brasileira, e, junto a ela, o próprio ISEB, a amargar o pô da derrota com o golpe militar de 1964. O preço que o proletariado brasileiro e suas organizações pagaram por este erro de avaliação ainda se reflete 20 anos depois.

Este é também o Estado que permeia o pensamento da CEPAL, a partir de 1948, e cujas teses também foram esposadas pelo ISEB, durante toda sua existência, assim como, grande parte de alguns partidos de esquerda que conduziam teses equivocadas acerca da transformação da sociedade de classes.

Mas o que separa a intervenção deste Estado das demais intervenções anteriores é o fato de que, após e durante a década de 50, tais intervenções são precedidas do planejamento econômico.

Desta forma, este Estado tinha suas ações respaldadas no planejamento, que por sua vez veiculava as formas de acumulação do capital através de comissões, grupos e superintendências

(SUDENE, por exemplo), organizadas pelo governo, criando formas de administração paralela sem dar satisfação aos partidos políticos que no departamento lhe davam base de sustentação. Como na década de 50 o governo tinha ampla base de sustentação na sociedade civil, o planejamento, o colocava acima de qualquer suspeita.³⁴

Com esta base de legitimação que se manifestava no regime político vigente, o governo brasileiro conseguia manter até um certo afastamento dos canais de expressão da sociedade civil. Criava comissões, grupos e programas dirigidos por técnicos burocratas nomeados, por onde veiculava as decisões e interesses dos grupos econômicos dominantes.

No arcabouço das idéias dos burocratas estrangeiros e nacionais, que defendiam a intervenção do Estado na economia em nome do nacional-desenvolvimentismo, estavam, por exemplo, os interesses da expansão do capital, e, portanto, os interesses da classe capitalista, tanto nacional como estrangeira.

Como o desenvolvimento da economia exigia um maior investimento em setores com baixas taxas de lucro e/ou com possibilidades de retorno mais lento, tornava-se fundamental e importante a intervenção do Estado. Daí as proporções que tomara o debate acerca de uma maior ou menor intervenção do Estado na economia após a 2a. Guerra Mundial. Sobre esta questão, Carvalho esclarece que "o desenvolvimento da sociedade, realizado a partir de uma maior ou menor intervenção do Estado e, como consequência, de uma maior ou menor intervenção "planejada", pressupõe a compreensão da própria sociedade civil, da sua estrutura de classes sob a égide do capitalismo e a partir daí, o caráter que o Estado deve assumir para a viabilização dos interesses dos grupos sociais com o poder econômico e político hegemônico".³⁵ (os grifos são nossos. M. D. A.).

Carvalho tece vigorosa crítica aos autores de projetos que persistem em apontar para uma concepção de um Estado para todos, um Estado do bem-estar, em uma sociedade de classes e com a riqueza tão concentrada como a do Brasil. Toma como exemplo de proposta deste Estado a do tipo social-democrata, muito difundida nos dias atuais pelos partidos reformistas. Quando Carvalho analisa J. K. Galbraith, por exemplo, afirma que: "para este, tanto o Estado como o planejamento são enfocados sob a ótica do desenvolvimento capitalista, na busca teórica de soluções e de concepções que equacionem a efetiva e real intervenção do Estado e os conflitos imanentes à sociedade capitalista".³⁶

Carvalho chama ainda a atenção para o fato de que "a compreensão do Estado como centro de exercício do poder político pressupõe contradições entre as classes e frações de classes na disputa do poder político".³⁷

As concepções reformistas acerca do Estado foram assumidas por setores conhecido como de esquerda no Brasil, principalmente a partir da segunda metade da década de 50.

A morte de Getúlio Vargas, em 1954, e as denúncias contidas na sua carta testamento, revelaram de maneira clara a relação do imperialismo com a situação de miséria dos trabalhadores divulgados na carta-testamento. Não foi difícil relacionar as ações do capital estrangeiro e seus aliados internos com a exploração dos trabalhadores, e as ações dos agentes do imperialismo com diversas formas de extorquir a nação. Tal processo acentuava a dependência nacional e a supressão das liberdades do povo ao capital estrangeiro.

A crise política gerada com a morte de Getúlio Vargas atravessou o curto período do governo de Café Filho e se acentuou durante a eleição e posse de Juscelino Kubitschek. Neste

processo de lutas, foram envolvidas as forças políticas mais progressistas do país através de grandes mobilizações populares. A conjuntura formada neste processo favoreceu ao desenvolvimento dos debates acerca do papel do Estado no processo de desenvolvimento.

Neste contexto, Juscelino, habilmente, com manobras populistas, arrastou diversos setores políticos para sua órbita de influência. Além do citado ISEB difundir as idéias desenvolvimentistas que eram a tônica de seu governo, o Partido Comunista do Brasil - PCB - também teve suas fileiras conduzidas para a defesa do desenvolvimentismo do governo. Assim, o governo de Juscelino Kubitschek contou até com grande parte dos quadros dirigentes do Partido Comunista do Brasil para contribuir para a legitimação das ações do governo. Para justificar estas posições, tais dirigentes faziam análises contraditórias, tanto do ponto de vista lógico como histórico, acerca do Estado no Brasil. Afirmavam que "o Estado brasileiro aparece na história como Estado politicamente independente depois da extinção do jugo colonial português".³⁸ Esta formulação perde o seu sentido se considerarmos que, logo após a "independência" política do país, foi negociado um empréstimo de 3,6 milhões de libras esterlinas, tendo sido hipotecados o Rio de Janeiro, a Bahia, Pernambuco e o Maranhão (CPI da dívida externa).³⁹

Além desta dívida contraída com a Inglaterra e os empréstimos tomados à França, os governos brasileiros passaram a recorrer constantemente aos Estados Unidos em busca de dólares. O próprio documento em que o partido avalia a situação do Estado brasileiro afirma: "O imperialismo norte-americano, que ainda possui forte influência no aparelho de Estado brasileiro, também se utiliza, para seus fins, de algumas formas de capitalismo de Estado".⁴⁰ Além desta subordinação da Nação ao capital estran-

geiro, o que nega a sua independência, não se pode perder de vista que, na sociedade de classes, o Estado é o produto da correlação de forças internas. Como a classe hegemônica no poder na década de 50 era a dos latifundiários (barões do café, coronéis, etc.) não se podia pensar em intervenção do Estado que não fosse para atender aos interesses daquela classe.

Apesar da constatação correta de que o aparelho de Estado burguês brasileiro estava subordinado aos interesses do capital estrangeiro, e que, este tinha como principais aliados no país os latifundiários, alguns dirigentes do Partido Comunista do Brasil ainda acreditavam nos meios pacíficos de chegar ao poder. "Dada a sua possibilidade real, o caminho pacífico da revolução é o que convém à classe operária e a toda a nação. Representantes de vanguarda da classe operária e patriotas consequentes, os comunistas, tanto quanto deles dependam, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade, superando a inevitável oposição das forças entreguistas e reacionárias e os eventuais retrocessos".⁴¹

Partindo destas formulações cheias de contradições, aqueles dirigentes difundiam a confiança excessiva no "caminho pacífico" da revolução brasileira, embora nada tivessem de concreto que confirmasse tais utopias. Pois concepções reformistas indefinidas, não analisa logicamente as proposições nem chega a conclusão nenhuma. Afinal, o que seria uma concepção reformista de Estado? Quais as diferenças entre o reformismo e as concepções burguesas?

Em nenhum momento da história da luta de classe se registrou esta "possibilidade real" para caminho pacífico de revolução. A não ser aquelas tiradas das cabeças dos teóricos da social-democracia, dos quais Kautski tornou-se o mais fiel representante. Com relação a esta proposta reformista do que

os teóricos da social-democracia apresentavam Lenin tece a seguinte crítica:

"Ao definir a ditadura, Kautski tem feito todos os esforços possíveis para ocultar ao leitor a característica fundamental deste conceito: a violência revolucionária. E agora sai a reduzir a verdade. Trata-se da oposição entre revolução pacífica e revolução violenta".⁴²

Esta é a razão fundamental dos reformistas tentarem enfeitar o Estado burguês. Somente assim, ocultando o seu caráter de classe podem defender a sua mudança gradual; só desta forma podem conceber a "possibilidade real" da chamada revolução pacífica. E não é só o Partido Comunista Brasileiro que defendia e defende a "revolução pacífica" no Brasil. Também há outros partidos que defendem propostas social-democráticas. Podemos citar como exemplo deles os criados sob o manto da legalidade na mesma fase em que todos os partidos que questionavam o sistema encontravam-se na ilegalidade: O Partido Democrata Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), que cada vez trilha mais este caminho.

Torna-se necessário que se deixe claro a questão das reformas e em que circunstância elas são necessárias; em que situação as reformas contribuem ao avanço, no rumo do socialismo ou para o retrocesso rumo ao atraso das conquistas do povo. Nenhum governo revolucionário poderia prescindir das reformas na construção do socialismo. Neste caso, a prática reformista não apresenta aspectos negativos pelo que as reformas representam e sim pelo uso que delas fazemos. Às vezes as reformas são necessárias como proposta aglutinadora. Neste caso, elas servem para o acúmulo de forças dos partidos mais combativos. Mas em outras servem para justificar o recuo desnecessário ou a acomodação de elementos oportunistas.

No primeiro caso, isto é, na postura revolucionária, a reforma não é o todo, colocando a perspectiva revolucionária em primeiro plano; a reforma serve apenas como apoio as ações i legais mesmo que legítimas) em certas circunstâncias. No segundo caso, no reformismo, se perde a perspectiva revolucionária tendo as reformas como ponto central. E para adotar-se uma ou outra destas posturas torna-se de fundamental importância a concepção que se tenha acerca do Estado. Quando se acredita que seja possível chegar ao socialismo sem destruir o Estado burguês, apenas modificando-lhe alguns aspectos secundários, se está diante do reformismo. Quando se coloca em questão o poderio econômico social e político da burguesia centralizado na máquina do Estado burguês que defende os interesses da classe dominante, se está caminhando rumo ao desbaratamento do sistema capitalista, rumo à estratégia do socialismo propriamente dito. Neste contexto se está colocando e definindo o Estado na sociedade de classes do ponto de vista revolucionário.

1.3 - AS CONCEPÇÕES REVOLUCIONÁRIAS ACERCA DO ESTADO

Na fase atual do desenvolvimento do capitalismo, o Estado se reveste de uma grande importância. Isto porque a sociiedade moderna se caracteriza pela presença, cada vez mais constante, do Estado em todas as questões que se discute, seja qual for a concepção que se tenha do processo de transformação social. Sempre que alguma transformação acontece na sociedade capitalista moderna ou está para acontecer na sociedade capitalista os seus agentes se deparam com a máquina do Estado, retardando, já que os reformistas recorrem a esta instituição para "so-cializar" a economia, enquanto os reacionários buscam nela o impedimento das transformações. Os primeiros se iludem e ao po

vo enquanto os últimos recorrem a todos os meios lutando pelo retrocesso.

As duas concepções estudadas anteriormente refletem o tipo de transformação que a burguesia pretende adotar nesta sociedade. Tanto os veiculadores das propostas burguesas reacionárias de transformação social como os reformistas pensam o Estado como algo externo à sociedade. Os defensores das concepções nitidamente burguesas manifestam o interesse de sua classe, entendendo que, o papel do Estado se resume a um instrumento cujo objetivo é manter a reprodução da sociedade através de leis conservadoras, reprimindo toda e qualquer manifestação revolucionária que ocorra no processo da luta de classes. Para estes, a principal função do Estado é a manutenção da propriedade privada.

A concepção reformista, por sua vez, e, como se analisou anteriormente, embora avance em alguns pontos secundários do processo de transformação em suas propostas, não atinge o fundamental neste processo que é a questão da tomada do poder. Não questionando o poder que é representado pelo Estado burguês, termina representando uma variação da concepção nitidamente burguesa da forma disfarçada. Esta concepção conduz os interessados nas transformações revolucionárias da sociedade a uma perspectiva ilusória do processo traindo, desta forma, a causa do proletariado. Ilude àqueles que acreditam, isto é, passam a acreditar em falsos caminhos para as transformações sociais.

A concepção que apreende a real natureza do Estado burguês é aquela que o relaciona com a luta de classes. Os estudiosos que melhor apreenderam o caráter ou a natureza do Estado na sociedade de classes, entendemos, foram Marx, Engels e Lenin. Estes, jamais deixaram de contemplar a questão da natureza e papel de classe desta instituição no processo de transformação re-

volucionária ou contra-revolucionária da sociedade.

No processo de acumulação primitiva, já estão presentes as ações do Estado através de legislações sanguinárias contra os expropriados e nas leis para rebaixar os salários, na gênese histórica do capital. "A burguesia nascente precisava e empregava a força do Estado, para "regular" o salário, isto é, comprimí-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência".⁴³

No Manifesto Comunista de 1848, por exemplo, Marx não deixa dúvida de que o processo histórico se dá através de lutas constantes.

"A história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes".⁴⁴

Estas classes que se defrontam em luta, ferrenha, não estão definidas, transparentes, em todas as sociedades em todos os países, e em todos os tempos. Mas seja qual for a maneira que se apresenta a sociedade atual, existe uma contradição antagônica. Esta contradição se manifesta através da hostilidade de classe.

"A nossa época, a época da burguesia, possui uma característica: simplificar os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam — a burguesia e o proletariado".⁴⁵

Na luta que se processa entre as classes antagônicas, a burguesia tem aperfeiçoado seu poder de dominação em todas as épocas, tendo, no Estado representativo moderno a sua mais perfeita forma de subordinar o proletariado em suas formas de governo: "o governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios de toda burguesia".⁴⁶

Entende-se que, mesmo nos momentos em que o Estado burguês defende interesses que aparentemente são os interesses de toda a nação ou de todo o povo, quase sempre o discurso explícito dos funcionários do Estado serve apenas para esconder os interesses da classe dominante, a classe dos detentores dos meios de produção. Esta instituição coletiviza os problemas econômicos da burguesia de forma a interferir neles aparentemente de fora da economia e da formação social. "Províncias independentes, ligadas apenas por laços federativos, com interesses, leis, governo e tarifas diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, um só código de leis e um só interesse nacional de classe e uma só barreira alfandegária".⁴⁷

Daí, pode-se deduzir que não é verdade que o aparelho de Estado esteja dirigido para a solução de todos os problemas econômicos e sociais de toda a nação. A não ser que as relações sociais existentes e predominantes em seu interior não refletissem os interesses da classe que domina esta sociedade.

Estas formulações deixam implícito o fato de que existem contradições entre frações do capital, tais como as contradições existentes entre o capital financeiro e o capital industrial, ou entre o capital monopolista e o capital não monopolista. Mas estas contradições de um modo geral nem são antagônicas nem superam as contradições fundamentais existentes neste sistema, que são as contradições entre o capital e o trabalho.

Daí porque Marx não entende luta de classe que não tenha como eixo e objetivo a elevação do proletariado à condição de classe dominante.

"O fim imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os outros partidos proletários; constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado".⁴⁸ (grifos nossos)

Marx não deixa dúvida de que é necessário que a classe proletária, uma vez no poder, isto é, "elevada à condição de classe dominante", consolide a ditadura do proletariado até destruir todos os resquícios da burguesia e da sociedade de classes. "O proletariado utilizará sua supremacia para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, centralizando os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante e para aumentar o mais rápido possível o total das forças produtivas".⁴⁹

Diferentemente das concepções burguesas vistas anteriormente, e que inclui a concepção reformista, nas análises de Marx não existe lugar para Estado neutro ou externo às contradições de classe na sociedade. Da mesma forma, não existe uma concepção de Estado para cada país ou região. No modo de produção capitalista, o Estado tem uma base geral, embora se diferencie em aspectos secundários, a depender da formação de cada sociedade.

Em seu trabalho "Crítica do Programa de Gotha" Marx se contrapunha veementemente à proposta do programa de unificação do partido operário alemão e deixa claro esta universalidade do Estado entre os países capitalistas: "sem dúvida, os distintos países civilizados, pese a diversidade de suas formas, têm em comum o fato de que todos eles se acentuam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que esta se encontre em um estágio mais desenvolvido do que outros, no sentido capitalista. Tem também, portanto, certos caracteres essenciais comuns".⁵⁰

Outro estudioso que realizou relevantes estudos sobre o Estado foi F. Engels. Suas obras sobre o Estado dão uma visão necessária e inequívoca para a compreensão da lógica do seu surgimento, com base em fatos históricos, ontológicos e antropológicos, e a experiência acumulada das lutas de classe. Engels concluiu, a partir das pesquisas já feitas em sociedades primitivas, que o Estado nem sempre existiu no processo de desenvolvimento

da humanidades. Houve estágios em que o homem não necessitou do Estado para sua existência, pois a sociedade não era dividida em classes.

Segundo Engels, foi o desenvolvimento das forças produtivas representadas entre outros, pelos instrumentos de caça e pesca, que proporcionaram ao homem a condição de produzir mais do que o suficiente para a sua manutenção e despertarem o interese se pelo trabalho alheio. "O desenvolvimento de todos os ramos da produção, criação de gado, agricultura, ofícios manuais domés ticos - tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário à sua manutenção".⁵¹

Se antes os prisioneiros de guerra constituíam um peso para os vencedores, agora, ao contrário, representavam força de trabalho capaz de produzir para o seu sustento e ainda um excedente para aqueles que os escravizavam. À medida que as forças produtivas foram aumentando a produtividade do trabalho humano, aqueles que possuíam mais escravos, mais terras, e mais gado iam resistindo às intempéries, iam aumentando a riqueza. Cada vez mais ia aumentando a quantidade de escravos propriedades dos homens livres.

"Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não são, não podiam ser conciliados, como ainda tinham que ser levados a limites extremos".⁵²

Enquanto o regime de propriedade era comum a toda a tribo ou toda a gens, as guerras só ocorriam entre tribos e gens. O exército não era permanente e se dissolviam as milícias logo após as guerras. O desenvolvimento das contradições entre os que tinham e os que não tinham tornou necessária a criação de um ter

ceiro poder no processo de desenvolvimento da nova sociedade. Este poder já não podia ser temporário, já que os conflitos de classe também não são temporários. O processo de trabalho forçado do regime de escravidão precisava cada vez mais de uma força de coação organizada. À medida que se consolida este poder, durante longo processo histórico, ele passa a parecer natural, tolerado no início, aceito depois, mas sempre poder da classe dominante.

"Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal".⁵³ (grifos M. D. A.). A divisão da sociedade em classes, portanto, deu origem ao Estado. E este, além de manter a nova sociedade de classes erigida sobre as ruínas do regime gentílico, proporciona àquela uma harmonia aparente, ao mesmo tempo que assume as características de Estado neutro, acima das classes.

Mas, para Engels, esta neutralidade aparente do Estado, guardando certa equidistância das lutas de classe, perde sua lógica se a relacionarmos com a estrutura econômica da sociedade que deu origem ao Estado e da qual ele é o reflexo. Engels afirma que, como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Neste sentido, não podemos ter dúvida de que o Estado nasce para manter uma classe economicamente poderosa. Como esta classe é que detém os meios de produção (o que a faz poderosa econômica -

mente) é esta que define as ações do Estado. Este fato no regime capitalista não está claro ao nível das aparências. Não está transparente na sociedade. O Estado aparece gerindo os negócios dos capitalistas, interferindo nas greves de trabalhadores, contraindo dívida pública, como se se tratasse de uma entidade autônoma e não estivesse defendendo nenhuma classe em particular, porque, quando assim se conduz, o faz em nome da paz social, da "harmonia" da sociedade e em benefício de todos. Mas é exatamente este aparente afastamento do Estado das classes em choque que permite que este consiga manter a sociedade capitalista e seja mantido por ela, ao mesmo tempo que consiga defender a classe dominante e pareça defender toda sociedade. A criação do sistema de corporações de trabalhadores, onde estas são meros apêndices do Estado, obedecendo suas diretrizes em nome das categorias de profissionais, veio reforçar esta aparência fetichista do Estado.

Mas todo o fetiche do Estado desaparece nos períodos de crises intestinas e temporárias que se dão no Modo de Produção Capitalista. Nessas crises, o Estado intervém no processo de acumulação, tornando transparente a sua natureza real e o seu papel. Para tanto, basta os trabalhadores começaram a lutar pelo seu direito ao emprego e por salários condignos. Aí, lhes são negados os mínimos direitos, mesmo aqueles conquistados nos marcos limitados do Estado representativo moderno. No momento que se esgotam os recursos emuladores dos aparelhos ideológicos do Estado, este passa do recurso das mensagens emuladoras às ações do aparato repressivo. Neste momento da luta de classes, o Estado tende a aparecer como o que ele realmente é: o Estado da classe dominante, que é capaz de lançar mão de qualquer recurso para defendê-la. Pode recorrer à força bruta do aparato militar, pode prender e torturar aqueles que se opuserem à "ordem vigente", que via de regra é a "ordem" ideal para se viabilizar a exploração da força de trabalho.

Engels se refere ao Estado moderno como um capitalismo coletivo, isto é, uma máquina que representa um capitalismo desenvolvido. "O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista: é o Estado dos capitalistas, é o capitalista coletivo ideal".⁵⁴

No capitalismo moderno, o Estado, que se desenvolveu a ponto de se tornar capitalista coletivo, passa a estatizar alguns setores da produção, apropriando-se das forças produtivas. Os reformistas e os veiculadores das concepções reformistas do Estado confundem estatização com revolução, entendendo que a estatização pura e simples consolida o regime socialista. Para Engels (e para qualquer marxista no sentido correto) Não se pode chamar estas reformas de revolução pacífica, porque não mudaria em quase nada ou em nada a situação do proletariado. Neste caso, a exploração continua, os trabalhadores sendo explorados e não dirigindo os processos produtivos. O Estado, neste estágio de desenvolvimento da sociedade, ainda é dito "de todos". Mas, na verdade, continua sendo o Estado de uma classe, a classe dos exploradores. "O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese em um corpo social visível, mas apenas na medida em que era o Estado de todos, o que nunca aconteceu".⁵⁵ Esta situação de o Estado representar toda a sociedade só poderá acontecer quando a classe dos oprimidos se apoderar do poder do Estado, fazendo-o seu representante, o representante de toda a sociedade, com a desapropriação dos capitalistas. Mas isto significa arrebentar a máquina do Estado burguês e abolir o sistema de propriedade privada. O novo Estado da revolução é o que representa o proletariado organizado.

O eixo desta seção deste trabalho é mostrar que o Estado em toda sociedade de classes é sempre uma forma de ditadura, seja qual for o seu estágio de desenvolvimento. Ditadura de uma classe sobre outra. Na sociedade capitalista, o Estado é uma

máquina de dominação da burguesia sobre o proletariado. Mesmo na república democrática, onde esta ditadura é disfarçada pelo sufrágio universal. E o Brasil não foge a essa regra geral.

O sufrágio universal, embora sirva de termômetro para mostrar o grau de consciência que o proletariado tem de sua situação, não oferece oportunidade para este se livrar do jugo do capitalismo nem da exploração do capital.

Por estas razões é que as concepções burguesas e reformistas (ou revisionistas) acerca do papel do Estado, servem apenas para mostrar seu equívoco e o interesse de classe que escondem de maneira explícita ou implícita.

Contra estes equívocos que conduziram e conduzem alguns partidos políticos a tomar posições ilusórias no processo de luta de classes, somos forçados a apresentar a atualidade e a coerência da concepção marxista-leninista acerca do Estado.

Não devem causar surpresa aquelas posições que a burguesia defende sobre o Estado burguês, já que não são novas nem refletem um achado inocente destes partidos ou destas forças políticas que escondem dele o seu caráter de classe. Com relação a estes, Lenin afirma que: "A teoria do Estado serve para justificar os privilégios sociais, para justificar a existência da exploração, para justificar a existência do capitalismo".⁵⁶ (...) Que, neste caso, "seria o maior dos erros esperar imparcialidade nesta questão, como se as pessoas que se reclamam da objetividade científica pudessem dar-nos aqui o ponto de vista da ciência pura".⁵⁷ Os estudiosos da economia política que abordam a questão do Estado emitem nestas abordagens suas posições de classe sobre o Estado. Daí porque, concebem o Estado como um organismo "neutro", externo à luta de classes, capaz de arbitrar em todas as questões surgidas, neste terreno.

Em sua obra "O Estado e a Revolução", Lenin faz um estudo sistemático acerca da concepção marxista do Estado. Analisando as obras de Engels, Lenin constata e reafirma a conexão histórica existente entre o surgimento do Estado e o surgimento das classes na sociedade, assim como a lógica de sua existência (do ponto de vista revolucionário). "O Estado é o produto e a manifestação do fato de que as contradições de classe são inconciliáveis. O Estado surge, no momento e na medida em que, objetivamente, as contradições de classes não podem conciliar-se. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis".⁵⁸ Se as contradições são inconciliáveis, não há possibilidade de se defender a revolução por meios pacíficos ou confiar nas peças da máquina do Estado burguês para consertá-las, ou para corrigir os vícios que o faz refletir as contradições do capitalismo nas diversas formas de governo.

Lenin não se limita a reescrever os trabalhos de Marx e Engels acerca do Estado. Ele toma daqueles estudiosos a experiência histórica acumulada nas lutas do proletariado e as atualiza nas condições do imperialismo. Conceitua o capitalismo monopolista como o capitalismo desenvolvido, já com gigantescos monopólios, época do capital financeiro.

O monopólio é apresentado por Lenin como uma das características do imperialismo. "Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo".⁵⁹ Apesar de ter definido o imperialismo como fase superior do capitalismo, este estágio surgiu do próprio desenvolvimento e da própria sequência direta das propriedades essenciais deste último. O papel do Estado, nesta fase do capitalismo, se torna de grande importância, pois grande parte dos empréstimos que são tomados dos países imperialistas são feitos de Estado para Estado, onde o devedor fica política e economicamente subordinado ao credor. A este último Estado,

Lenin caracteriza-o como "Estado-rentista, Estado parasitário, pois apesar da importância que assume a exportação de capitais, nos países importadores, aumenta também em proporções consideráveis a importância relativa dos juros, emissões, comissões e especulações na economia destes países, isto é, aumenta também a aplicação e os investimentos de forma parasitária. "O Estado-rentista é um Estado de capitalismo parasitário, decomposto; e tal não pode deixar de ter influência sobre as condições sociais políticas do país, em geral, e sobre as duas tendências do movimento operário, em particular".⁶⁰ Estes Estados-rentistas, segundo Lenin mantinham condições tais de exploração que conseguiam sustentar duas tendências no movimento operário: uma casta de proletários nestes países do centro do imperialismo que tendia a aburguesar-se; outra cada vez mais pobre. Isto era conseguido graças aos super lucros tirados das colônias, onde os monopólios imperialistas obtinham vantagens na concorrência sobre as pequenas empresas destes países explorados. Segundo ele, esta era a base concreta que dava origem ao oportunismo e que os mantinha no seio dos operários. "A ideologia imperialista penetra também a classe operária, que não está separada das outras por uma muralha da China".⁶¹ Estes defensores do Estado que, sob o imperialismo, não tomam o partido do proletariado, e sim, o do grande capital, nos momentos de crise política, propunha-se que reformassem a máquina dos capitalistas para oprimir os trabalhadores. Além disto, não levavam a luta contra o imperialismo a suas últimas consequências, isto é, a supressão do capitalismo enquanto sistema de exploração. Quando, sob o modo de produção capitalista, a economia atinge a forma de capitalismo monopolista de Estado, este submete (utiliza) o setor público, que cresce estrondosamente, para beneficiar, direta e indiretamente, aos setores mais importantes da indústria privada, à qual está ligada a casta operária privilegiada. O Estado gerencia a produção

social, em benefício particular, em benefício de uma classe, a classe dos (grandes) capitalistas. Esta gestão faz parte do papel que o Estado burguês cumpre em benefício da classe que representa. Daí porque, esta classe financia e mantém seus representantes infiltrados no seio dos operários, como as tendências social-democráticas de todos os matizes que se espalham pelo mundo.

Vale retomar, neste ponto, o que diz Engels acerca desta questão: "Se as crises revelam a incapacidade da burguesia para continuar gerindo as forças produtivas modernas, a transformação dos grandes organismos de produção e comunicação em sociedade por ações e em propriedades estatais revela que a burguesia não é necessária para o exercício desta gestão".⁶² Por grandes organismos da produção e sociedades por ações, o autor se refere aos grandes organismos de comunicação como correios e telégrafos, estradas de ferro, etc. Estas empresas são estatizadas, em geral transformadas em sociedades de economia mista. Ao invés de Estado socialista, Engels chama este de capitalista coletivo. "O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista: é o Estado dos capitalistas, é o capitalista coletivo ideal".⁶³ Este Estado para o autor é um capitalista coletivo de fato, pois nestas circunstâncias o proletariado continua explorado pela máquina do Estado, cada vez mais potente em decorrência de sua apropriação das forças produtivas. Enquanto isto, os proletários permanecem sendo assalariados sob o domínio capitalista. Assim sendo, a estatização de setores dinâmicos da economia como transporte, energia, etc., não representa ainda o socialismo, embora em certos casos seja um passo no seu caminho. Os marxistas entendem que, neste momento, neste estágio do processo de acumulação do capital, o que os proletários devem fazer é quebrar a máquina do Estado de cima a baixo (expressão de Marx) e assumir as forças produtivas de maneira co

letivizada, e desta vez, de maneira organizada e consciente, e não legitimar aquele estado burguês capitalista coletivo, como se propõem os reformistas.

1.4 - A INTERVENÇÃO DO ESTADO E A TENDÊNCIA A QUEDA DA TAXA DE LUCRO

Vários estudiosos explicam a intervenção do Estado em suas diferentes formas como um dos fatores que poderia contrapor a lei tendencial à queda da taxa de lucro.

Apesar da crescente polêmica existente hoje acerca da validade da sua persistência, com o desenvolvimento do sistema capitalista e o avanço da economia política, cada vez aumenta mais o número de trabalhos que apontam para a atualidade desta lei.

Esta questão se reveste de tal relevância que o próprio Marx afirmou ser "uma lei que, apesar de sua simplicidade, até agora nunca tem sido compreendida, e, menos ainda, expressa conscientemente". E que, "é esta, em todos aspectos, a lei mais importante da moderna economia política e a essencial para compreender as relações mais dificultosas. E, do ponto de vista histórico, a lei mais importante".⁶⁴

Embora reconhecendo a necessidade de aprofundamento merecido a esta parte da grande obra *O Capital*, várias circunstâncias obrigam que se coloquem neste trabalho a questão da tendência ao descenso da taxa de lucro de maneira resumida, pois entende-se ser o suficiente para se ter uma idéia da sua importância nos dias atuais.

Neeste trabalho, -far-se-á um esforço para que se possa compreender a relação que existe entre esta lei e a intervenção do Estado no processo de acumulação do capital. Pois sem este recurso ficaria difícil de compreender tais questões, principal

mente no que diz respeito às crises cíclicas do sistema.

Quando se toma diferentes estudiosos que fazem análises empíricas desta lei geral se detecta conclusões diferentes, tanto no que diz respeito às leis inerentes ao movimento do capital, na fase concorrencial e na fase monopolista, como nas formas como se manifesta a intervenção do Estado, como tentativa de contrapor ao descenso da taxa de lucro. Mas, compreende-se, que tal fato se deve ao estágio de desenvolvimento do próprio capital, que exige diferentes formas de intervenção estatal, para casos específicos. Nos países onde o processo de industrialização já se encontra em nível mais avançado (pelo menos com relação aos países subdesenvolvidos) o capital exige formas de intervenção diferentes daquelas que se constata nos países dependentes, países estes que em geral se encontram na periferia do sistema imperialista, e dele fazem parte, havendo casos de acumulação primitiva. Além destes estudiosos adotarem métodos de trabalho diferentes daquele adotado pelo autor de O Capital.

Nos países chamados de capitalismo maduro a intervenção se dá através do seu estatuto jurídico, sem romper com o estado de direito. Naqueles países as taxas de lucro são mais elevadas mesmo sem necessitar do rompimento com o sistema legal, os lucros retirados dos países da periferia do sistema se somam aos índices de produtividade do centro. Além disto, predomina aí a mais-valia relativa o que contribui para os trabalhadores manterem-se sob condições mínimas de sobrevivência, já que também aí geralmente os detentores da força de trabalho já alcançaram um mais elevado grau de organização, reunindo meios de se defender dos abusos das leis do Estado burguês. Assim sendo, o Estado intervém naqueles países, no processo econômico sem necessitar de golpes militares, sem as instabilidades políticas comuns aos países latinoamericanos na maioria deles quando acirram as crises econômicas, políticas e sociais. Nesta região a maioria

dos Estados já são organizados concentrando o poderio da classe dominante no poder Executivo, o Judiciário anda sempre a passos de tartaruga e o Legislativo reflete a concentração da renda, a interferência do capital financeiro nos processos eleitorais e constituintes criando leis compensadoras que preservem seus interesses, e a concentração da terra. Como as formas de governo (Presidencialismo) permitem a concentração do poder, quando ocorrem os golpes militares o país onde predomina o militarismo se transforma num verdadeiro quartel, onde quem manda são os militares. Nestas condições, a quase ausência do controle do Estado de forma direta ou indireta pela sociedade civil principalmente através do exercício da pressão popular a acumulação do capital recai sobre o grau de exploração da força de trabalho. Além do capital financeiro encontrar verdadeiros paraísos as suas ações de rapina com a criação de Decretos arbitrários que favorecem esta forma de acumulação do capital, as organizações dos detentores da mercadoria força de trabalho são barbaramente trucidados pela truculência do braço armado do Estado burguês. (Ver cap. III deste trabalho). Nas regiões de fronteira agrícola a intervenção do Estado se caracteriza pela entrega de grandes áreas para a exploração do grande capital, que às vezes passam a controlar tais terras como reservas de valor depois de expulsar ocupantes anteriores. Nestas condições são criadas organizações paramilitares exterminando sindicalistas, posseiros e índios contando para isto com a aparente indiferença do Estado burguês. (Ver IV Capítulo deste trabalho). A acumulação aí se dá de forma primitiva, com a expropriação das terras dos seus ocupantes que ali trabalharam dezenas de anos. É difícil se discutir a acumulação capitalista sem referir-se ao aumento da composição orgânica do capital e esta por sua vez não pode ser descrita sem o descenso da taxa de lucro. A acumulação do capital pressupõe a realização da mercadoria e a reinversão da mesma. Porém,

dado à contradição intrínseca do próprio Modo de Produção Capitalista os empresários capitalistas tendem a inovar os processos produtivos devido à concorrência do mercado. Estas inovações levam tais empresários capitalistas a aumentarem a composição orgânica do capital. No aumento da composição orgânica do capital consiste na inversão cada vez maior em capital constante em detrimento do capital variável; isto é, ocorre uma inversão cada vez maior de trabalho morto, trabalho objetivado em detrimento de trabalho vivo, trabalho que produz mais-valia, trabalho que cria valor. Neste processo, embora saiam favorecidos os capitalistas individuais ocorre redução na taxa de lucro para dada sociedade, o que não impede os capitalistas individuais de buscarem lucros extraordinários com a introdução de novas tecnologias nos processos produtivos.

Ao inovar os processos produtivos em determinados ramos da economia os capitalistas individuais conseguem obter lucros extraordinários enquanto mantêm o monopólio de dado método de produção. Este fato leva os demais capitalistas a buscar novos métodos que os permita colocar seus produtos no mercado. Assim, a concorrência, que é própria do sistema capitalista caracteriza este sistema como o mais dinâmico em relação aos anteriores conferindo-lhe o papel de revolucionar constantemente os processos produtivos, na busca da valorização do capital.

Logo, o aumento da composição orgânica do capital é um fenômeno inerente ao próprio sistema. A composição orgânica do capital (C) é a sua divisão, segundo o valor em capital constante (c) e Capital variável (v) e que produz mais-valia (m). A relação entre a mais-valia (m) e o capital variável (v), Marx chamou de taxa de mais-valia = $\frac{m}{v}$ designada por m' . Se $\frac{m}{v} = m'$, $m = m'v$. Quando se refere ao capital total (C) e não apenas ao capital variável (v), a mais valia (m) chama-se taxa de lucro e sua relação com o capital total C

chama-se taxa de lucro (l'). Sendo assim, $l' = \frac{m}{C} = \frac{m}{c+v}$. Substituindo-se m por $m.v$ chega-se a $l' = m' \frac{v}{C} = m' \frac{v}{c+v}$ $\therefore l' : m' = v : C$

Vejamos agora o que pode acontecer quando ocorrem as inovações tecnológicas implicando no aumento da composição orgânica do capital.

A taxa de lucro (l') para uma dada sociedade esta em função da taxa de mais-valia (m'). E esta está em relação com a proporção em que se divide o capital total (C) em Capital constante (c) que é a parte do capital aplicado em meios de produção e a parcela do capital variável (v) que é aplicado em força de trabalho, relação que Marx chamou de composição orgânica do Capital. Esta relação, demonstrada matematicamente, e para um único período de rotação do capital é a seguinte:

$$l' = \frac{m}{C} = \frac{m}{c+v} = \frac{m/v}{c/v+1} = m' \cdot \frac{1}{c/v+1}$$

Conforme o exposto, a taxa de lucro está na razão direta da taxa de mais-valia e na razão inversa da composição orgânica do Capital.

O aumento da composição orgânica do capital, permanecendo constante a taxa de exploração, provoca a queda da taxa de lucro. Entretanto, ao mesmo tempo que o aumento da composição orgânica do capital provoca esta queda da taxa de lucro, leva consigo fatores que atuam no sentido contrário àquela tendência.

E é exatamente a atuação destes fatores contrários à tendência geral do descenso da taxa de lucro que lhe dão o caráter de lei TENDENCIAL. Da mesma forma, por se tratar de uma tendência, é difícil de ser observada em certas especificidades. E necessita-se de longos períodos históricos para seu estudo.

Os fatores relacionados por Marx são 06 (seis): 1) aumento do grau de exploração da força de trabalho; 2) redução

dos salários; 3) baixa de preço dos Elementos do Capital Constante; 4) superpopulação relativa; 5) comércio exterior; e 6) aumento do Capital em ações.

Podem atuar em conjunto ou de maneira isolada. E embora para os objetivos deste trabalho uns ganhem maior relevância do que outros, (como é o caso da influência da intervenção do Estado com uma legislação que favorece aos capitalistas a redução dos salários e/ou o aumento do grau de exploração da força de trabalho) a sequência adotada para a sua exposição, não significa que uns tenham menos importância do que outros.

Outra causa destes efeitos é o COMÉRCIO EXTERIOR.

Assim Marx se refere a este fator: "O comércio exterior, ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte o capital variável, contribui para elevar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais-valia e reduzindo o valor do capital constante".⁶⁵

Marx mostra ainda que nos países subdesenvolvidos, os países exportadores de capital aplicam tecnologias sofisticadas, gozando de privilégios diante do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, realizando aí um superlucro. É o caso das indústrias introduzidas pelas empresas multinacionais que criaram verdadeiros "enclaves", nos países subdesenvolvidos. Pois estas trazem indústrias inteiras e montam (quando não trazem montadas) nos países subdesenvolvidos, onde as fabriquetas locais ainda não têm condições de concorrer com aquelas no mercado, nem contam com suas inovações tecnológicas. Nestas indústrias modernas as mercadorias produzidas, apesar de consumirem menor massa de trabalho vivo, a redução da quantidade de trabalho vivo redundando numa maior quantidade de trabalho não pago por jornada de trabalho. Aumenta a mais-valia relativa, aumentando o grau de exploração da força de trabalho.

Outro fator citado por Marx é o aumento de parte do Capital em ações, as quais rendem lucro (grande ou pequeno) o qual não entra no nivelamento da taxa geral de lucro. Pois se entrasse a faria cair muito mais.

Outro fator de grande importância e que atua como contratendência à lei do descenso da taxa de lucro é a SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA. A superpopulação relativa permite que em muitos ramos da produção perdue mais ou menos incompleta a subordinação real do trabalho ao capital e "por mais tempo do que seria a primeira vista de esperar", segundo o próprio Marx afirma. Isto acontece por baratearem e se tornarem abundantes os trabalhadores de empregados ou liberados, e por vários ramos da produção, oporem de acordo com a sua natureza, maior resistência às transformação do trabalho mecânico.

Marx atribui à natureza do trabalho a se realizar a resistência e o fato de, em certos ramos da produção, ocorrer a transformação do trabalho manual em trabalho mecânico, o que é verdade. Mas além da natureza do trabalho, podemos citar ainda o fato de O Capital concentrar recursos em certas fases do processo produtivo, deixando outras sem acesso à pesquisa, o que termina por retardar o desenvolvimento das forças produtivas nestes setores.

As políticas adotadas no modelo econômico após 1964 no Brasil, por exemplo, privilegiou certas culturas de exportação com crédito subsidiado e muitas vezes até com juros negativos, especificamente para a compra de certas máquinas, implementos e outros insumos industrializados. Enquanto isto, na mesma agricultura, muitas vezes nas mesmas regiões, outras culturas de subsistência não tiveram acesso a essas facilidades (ver capítulo IV deste trabalho).

Não tendo acesso à pesquisa, o desenvolvimento das forças produtivas foi retardado nestas culturas, pois as inovações aí ficaram atrasadas em seus processos produtivos. Como tais culturas são insuficientes para absorver a força de trabalho liberada em outros setores da agricultura, tal força de trabalho passou a ficar flutuante. Esta resistência às transformações dos processos produtivos se constata também nas diferentes fases de alguns processos produtivos dentro de uma mesma cultura. Esta pode desenvolver a mecanização no preparo do solo, e/ou química dos tratamentos culturais, enquanto a colheita permanece sendo feita através de trabalho manual.⁶⁶ Esta é uma das razões do aumento dos "Bóias Frias" na agricultura brasileira.

Há ainda dois fatores citados como fazendo parte daqueles que se contrapõem à tendência ao descenso da taxa de lucro. Um deles é a REDUÇÃO DOS SALÁRIOS, que o autor, apesar de não se deter na sua análise, por "está situado no domínio da concorrência", afirma ser este um dos mais importantes.

Por último, mas não menos importante, temos como fator que atua no sentido contrário à tendência ao descenso da taxa de lucro, o AUMENTO DO GRAU DE EXPLORAÇÃO da força de trabalho.

Há duas formas fundamentais do capitalista aumentar a mais-valia. Uma delas é prolongando a jornada de trabalho; outra, é intensificando o ritmo de trabalho. A primeira é a mais-valia absoluta; a segunda, a mais-valia relativa. A implantação da indústria moderna, em geral, implica na utilização de relativamente menos trabalhadores para dada magnitude de capital. A tendência é cada vez menos trabalhadores movimentarem cada vez mais volume de trabalho, dada a intensificação dos processos produtivos nas indústrias modernas; o homem, nestes processos modernizados tem que se esforçar o máximo para acompanhar o ritmo da máquina.

A compreensão da lei tendencial ao descenso da taxa de lucro é de grande importância para se explicar a origem das crises do sistema capitalista. Pois a sua não compreensão tem levado alguns estudiosos da economia política a formular diferentes afirmações acerca das causas das últimas crises que têm abalado politicamente a sociedade brasileira. Somente a título de exemplo, pode-se ver algumas formulações a este respeito:

Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo, por exemplo, formulam o seguinte raciocínio acerca da crise que se projetou no final dos anos do desenvolvimento jusselinista:

"Nossa hipótese geral de explicação para o caráter cíclico do crescimento do PIB, a partir da segunda metade da década de cinquenta, é de que este caráter é inerente à natureza de-sequilibrada da estrutura de crescimento industrial".⁶⁷ (grifo M. D. A.). O pensamento central dos professores citados se desdobra em outras duas hipóteses: 1) uma industrialização pesada em condições de subdesenvolvimento conduz a uma grande instabilidade nas taxas de crescimento dos setores líderes — bens de crescimento acelerados são incapazes de autosustentar-se (grifos nossos, M. D. A.), por muito tempo, devido a seu limitado peso relativo na composição do gasto e na produção industrial global".⁶⁸

2) "Os desequilíbrios agudos no balanço de pagamentos e a aceleração inflacionária que caracterizam o final dos períodos relativamente curtos de expansão, mais do que determinantes da crise interna são uma manifestação do esgotamento da fase expansiva".⁶⁹

Vê-se aí que, segundo os autores, os grandes problemas porque passa a economia brasileira em períodos críticos são devidos à desproporcionalidade do crescimento interdepartamental. Neste caso, se houvesse um equilíbrio na dinâmica do crescimento dos Departamentos da economia, esta estaria insenta de crises; ou

se o Estado corrigisse estas distorções, certamente não ocorreriam crises no capitalismo no Brasil.

Francisco de Oliveira, por sua vez, deu uma grande contribuição no sentido de explicar o erro daqueles que defendiam a tese do dualismo estrutural, onde a economia brasileira, assim como de outros países da América Latina estariam condicionados a permanecerem no subdesenvolvimento. Mas Oliveira terminou caindo no rol dos desproporcionalistas também, ao afirmar que: "sem nenhuma dúvida a própria performance de expansão do Departamento III recriou e criou novas e potentes desproporcionalidades, que constituem agora a esfinge da expansão da economia nacional".⁷⁰ Esta desproporção interdepartamental, para o autor de Economia da Dependência Imperfeita, teria sido responsável pelo endividamento externo, já que, o Departamento I, de produção de bens de produção, praticamente estava localizado no centro do imperialismo, segundo F. de Oliveira. Os países mais desenvolvidos forneciam os insumos básicos para o funcionamento das empresas do Departamento III. A produção das empresas deste Departamento ficava comprometida pela falta de capacitação do Departamento I. A produção do Departamento III era drenada para o exterior para importar máquinas sofisticadas e implementos. Estes fatos, segundo F. de Oliveira, além de provocar a inflação de custos, elevava a dívida externa, segundo as análises do autor citado.

Outra tese que F. de Oliveira combateu foi aquela que afirma que a crise se devia ao estreitamento ou estrangulamento do mercado. "O padrão de acumulação baseado na predominância do Departamento III entrou em agonia, não por nenhum esgotamento de mercado ou outros argumentos do mesmo jaez; entrou em agonia bloqueado pela intensidade de requerimentos do Departamento I que a própria expansão estimulou. E esse esgotamento se dá principalmente pela contradição entre a industrialização voltada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do ca-

pital do Departamento III, que requer o contínuo, e em elevação, retorno da fração dos lucros à circulação internacional do capital".⁷¹

Esta, entretanto, não é uma questão nova para ser resolvida no terreno da economia. Tampouco esta polêmica surgiu nos dias atuais. Lenin enfrentou esta questão numa polêmica bastante esclarecedora contra os populistas, mostrando que a questão da impossibilidade de realização da mais-valia era um problema estrutural inerente ao próprio sistema capitalista. Nem a tese da desproporção interdepartamental defendida por Tugan-Baranovski e Bulkarov nem a teoria do subconsumo, nem a teoria da anarquia que levaria o sistema capitalista a catástrofe final constituíam a questão de fundo das crises do capitalismo. Todas as questões por eles abordadas eram muito importantes, mas tratava-se de problemas secundários. A questão das crises está ligada à lei da tendência ao descenso da taxa de lucro. São leis gerais que devem ser observadas, e não aspectos particulares que, apesar da sua importância, se abordados como centro do problema, terminarão por empobrecer o debate e não esclarecer o essencial.

Mas como ocorre tal fenômeno ?

No mecanismo das crises do capitalismo estão colocados as principais contradições da economia burguesa. Conforme as formulações algébricas apresentadas em páginas anteriores à medida que aumenta o capital constante (C), mantendo-se constante a taxa de exploração diminui a taxa de lucro, já que esta está na razão inversa da composição orgânica do capital e na razão direta da taxa de mais-valia.

Além disto, com o aumento da produtividade, que leva ao aumento relativo dos valores-capital de maneira mais rápida que a população há estreitamento da base que permitiria à reali

zação do capital. Daí a ocorrência constante de crises de superprodução que ocorrem no sistema capitalista, com a consequente destruição dos valores produzidos. Estes fatos revelam a contradição do valor de uso e do valor de troca das mercadorias.

Assim Marx se refere a esta questão: "na produção de mercadorias a conversão do produto em dinheiro, a venda, conditio sine qua non. Cessa a produção imediata para as próprias necessidades. Então, se não se vende, surge a crise.⁷² Convém registrar que a crise decorrente da ruptura ou impossibilidade da metamorfose da mercadoria constitui uma forma de crise; que esta se manifesta numa das fases do processo de reprodução do capital, que por sua vez inclui nele também o processo de produção. Ocorre que os capitalistas tendem a produzir o máximo que lhe permitem as forças produtivas, sem considerar as condições de mercado (demanda solvente), ampliando o capital constante (C), a reprodução e acumulação do capital, enquanto a massa de produtores fica limitada ao nível médio de necessidade, conforme a própria natureza da produção do capital. Esta é a causa fundamental das crises de SUPERPRODUÇÃO.

Portanto, entendemos também ser a tendência ao descenso da taxa de lucro causada pelo aumento da composição orgânica do capital a principal causa das crises do capitalismo. E que a intervenção do Estado que tem se acentuado na etapa imperialista do capitalismo joga aí um papel muito importante atuando como contratendência embora não consiga solucionar o problema das crises como sugerem os autores brasileiros citados.

Uma abordagem que vem ao encontro das hipóteses que se defendem, às vezes, de forma explícita, outras vezes, implicitamente, é o trabalho de Manuel Castells: "La Teoria Marxista de las Crisis Económicas y las Transformaciones del Capitalismo". Neste trabalho afirma o autor que: "As sociedades são produzidas,

estruturadas, conformadas e transformadas por processos historicamente definidos de lutas de classes".⁷³

Castells nega, nesse trabalho, a consistência da teoria do subconsumo, critica a teoria do estancamento dos benefícios, como fazendo parte daquelas que deixam suas análises restritas à esfera da circulação, assim como, não aceita como válida a teoria do capitalismo de Estado. Mas isto não significa dizer que o Estado e a necessidade de sua intervenção não estejam presentes nas análises do autor, como provas imanentes das contradições que envolvem o processo de acumulação capitalista. "Assim, se resulta que alguns elementos são decisivos no processo das crises capitalistas (como, por exemplo, o problema da realização ou o da intervenção do Estado), haveremos de incluí-los, de forma coerente e significativa, no marco teórico estabelecido".⁷⁴ Na abordagem do autor, o capital é uma relação social e, conseqüentemente, no processo de acumulação capitalista está pressuposta a luta de classes, onde o capital tende a extrair cada vez mais a mais-valia necessária neste processo. "A acumulação de capital é o processo social de conversão de capital em mais-valia e esta em capital de forma crescente".⁷⁵ Nesse processo, segundo o autor, o capital modela a sociedade e a estrutura, necessitando de ampliar cada vez mais as ações do Estado, que, por sua vez, deixa de ser um simples aparato regulador, passando a refletir as contradições da sociedade cujas crises passam a ser também crises do Estado. "Expandindo-se à mercê do Estado, o capital nega sua própria lógica e mina sua hegemonia sobre a sociedade civil. A crise da acumulação do capital e a crise do Estado capitalista estão cada vez mais ligadas".⁷⁶

Marx já assinalou que o crédito é uma das molas mestras da acumulação e a centralização do capital. Castells confirma esta tese. E a ela acrescenta o surgimento de novos mercados, onde o setor público passa a jogar um papel importante. "A

crescente intervenção do Estado, criando uma demanda pública, e a internacionalização do capital que compreende a formação de um mercado mundial".⁷⁷ Como contratendência à lei tendência do descenso da taxa de lucro, o autor chega a classificar a intervenção do Estado como uma das mais importantes. "A contratendência mais importante para superar as crises é a intervenção sistemática do Estado na Economia".⁷⁸ O Estado atuaria neste caso, segundo o autor, como fonte de modificações estruturais no capitalismo avançado.

O autor toma como referencial histórico os anos que se seguiram à crise mundial de 1929, a fase que a crescente intervenção do Estado passa a caracterizar a economia do capitalismo avançado. Faz uma crítica que se entende ser muito acertada à abordagem Keynesiana da intervenção do Estado, segundo a qual esta teria os seguintes objetivos: "estimular a demanda, mediante uma inversão pública, não seletiva e a curto prazo, e fixar uma série de procedimentos para regular e programar as flutuações da economia capitalista, a fim de prevenir às crises".⁷⁹ Ao contrário do ponto de vista Keynesiano, que diz a intervenção estatal não ser seletiva, o autor (Castells) sistematiza e enumera 5 (cinco) formas de intervenção do Estado na economia, nas quais não deixa dúvida de que esta seja seletiva e fundamental para a sobrevivência do capital.

A primeira destas formas de intervenção consiste na desvalorização do capital social comprando sucatas, estatizando empresas decadentes, etc., em benefício dos monopólios. Sobre este aspecto da intervenção, o autor afirma o seguinte: "temos que insistir, sem dúvida, que não se trata de um "serviço" prestado a um determinado capital, senão de um permanente ato de desvalorização para combater a influência da tendência global do descenso da taxa de lucro sobre a taxa de lucro".⁸⁰ Esta forma de o Estado tentar contrapor a tendência ao descenso da taxa de

lucro, tentando evitar as crises, segundo o autor, tem se manifestado principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial.

Outra forma de intervenção estatal exposta pelo autor é a subvenção das inversões do capital pelo Estado. Consiste em empréstimos e/ou créditos em condições vantajosas, assim como a orientação de recursos públicos colocados à disposição de certas empresas particulares. Estas são algumas formas diretas de intervenção do Estado. Como formas indiretas é o caso de o Estado criar infraestrutura industrial, energia e transportes (que são alguns exemplos citados pelo autor).

Uma terceira forma de intervenção do Estado que atua como contratendência ao descenso da taxa de lucro, consiste em o Estado tomar a seu cargo os custos sociais do capital. Sobre esta questão afirma Castells: "Com efeito, a maioria dos custos de reprodução da força de trabalho, segundo suas necessidades historicamente definidas é assumida pelo Estado".⁸¹ A medida que novas tecnologias vão sendo adaptadas nos processos produtivos o Estado vai adequando a força de trabalho às novas necessidades.

Outra forma de intervenção do Estado é o esforço feito por esta instituição, no sentido de abrir novos mercados. Os "serviços" contratados pelo Estado servem para manter uma demanda que, até certo ponto, e em dado momento, é artificial, apesar de necessária, assim como incapaz de solucionar o problema das crises do capitalismo. O autor cita nesta forma de intervenção os gastos militares. "Os gigantescos gastos militares representam um meio considerável pelo qual o Estado apoia a acumulação monopolista".⁸²

Para alcançar os objetivos a que se propõe esta parte deste trabalho, que são os de comprovar a intervenção do Estado na economia como forma de concretizar a acumulação do capital e

a legitimação deste processo, necessário se torna resgatar os conceitos de reprodução e padrão de reprodução.

Isto porque a acumulação do capital segue leis básicas do sistema capitalista de produção: a apropriação de mais valia (absoluta e relativa), as leis gerais da acumulação e centralização do capital, que dão como resultante o predomínio do monopólio em detrimento da livre concorrência. A reprodução do capital em escala ampliada, igualmente segue as mesmas leis gerais deste sistema; sua base é a mesma que se desenvolveu sob o regime de livre concorrência.

Entretanto, a reprodução do capital hoje, na fase imperialista do capitalismo não pode ser bem compreendida se não se levar em conta a forma como a economia de cada país capitalista está inserida na economia mundial. Especialmente se se levar em conta a forma como se desenvolvem a economia brasileira na fase em que envolve o período no qual este trabalho está delimitado, que é entre 1964-1974. Pois aqui se defende o ponto de vista de que a crise que ocorreu de 1962 a 1967, tem estreita relação com o processo de acumulação que se expandiu entre 1956 e 1961. E aquela fase de expansão econômica no Brasil foi fortemente influenciada pela economia do outro do Imperialismo.

Da mesma forma, a expansão que teve lugar entre 1968-1973 não está desligada ou separada do período de recessão dos 6 anos anteriores. Tanto a expansão de 1956-1961, como a recessão de 1962-1967, alternada como nova expansão de 1968-1973. São todos estes ciclos formas de manifestação do processo de acumulação do capital no Brasil. Mas não se dão de forma isolada da lógica do imperialismo.

Evidentemente, estas formulações acerca do papel que o Estado desempenha no processo de acumulação do capital têm em seu bojo um conceito acerca desta instituição diferente daqueles

(implícitos ou explícitos) abordados por alguns estudiosos da economia política brasileira. Suas abordagens acerca do planejamento econômico como forma de solucionar as crises "setoriais" da economia brasileira, os programas regionais e os "polos" de desenvolvimento como formas de quebrar as "barreiras" de desenvolvimento do capital, as comissões, as secretarias de planejamento, formando instâncias executivas de políticas públicas do Estado em certas circunstâncias apontam para concepções acerca desta instituição diferentes daquelas aqui definidas, como veremos. Ver Lenin - sobre o Estado Capitalista - H. M. de Carvalho. Lenin dedica especial atenção ao papel que desempenha o Estado enquanto órgão que defende uma determinada classe, a classe dominante.

Em seu trabalho sobre o "Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", o autor mostra dados de relevante importância acerca desta questão.

Portanto, para uma avaliação marxista do capitalismo hoje, é necessário considerá-lo em suas características atuais, levando em conta que:

"O que caracteriza o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios, é a exportação de capitais".⁸³ Apesar de corretos na sua essência, os dados que a respaldam devem ser atualizados, principalmente após a II Guerra Mundial.

Lenin mostra ainda, que o capitalismo, pelas próprias características que o revestem necessita da exportação de capitais. Não pelas mesmas razões apresentadas por R. Luxemburg, Tugan-Baranovski, Otto Bawer e outros, inclusive defendidas pelos "subconsumistas", os "desproporcionalistas" e outros com idênticas formulações acerca da suposta necessidade do mercado "externo".

Mas porque, afirma Lenin: "Enquanto o capitalismo continuar capitalismo, o excedente de capitais será afetado, não para elevar o nível de vida das massas de um país, pois daí resultaria uma diminuição de lucros para os capitalistas, mas para aumentar estes lucros, mediante exportação de capitais para o estrangeiro, para os países subdesenvolvidos".⁸⁴

Nesta fase de desenvolvimento do capitalismo, a acumulação de capital nos países onde o desenvolvimento das forças produtivas está mais avançado e onde a composição orgânica do capital está mais alta, é que se dá o fluxo de exportação do "excedente" de capital.

Vale salientar que este excedente de capital, conforme Lenin, não consiste de mercadorias provenientes apenas do setor II, isto é, do setor de produção de bens de consumo, mas também, e principalmente, do setor I, que é o setor de produção de bens de produção.

A necessidade de valorização do capital leva as empresas (transnacionais) a romperem as fronteiras das próprias nações e irem em busca de países onde seja mais baixa a composição orgânica do capital.

Lenin afirma ainda, com relação à necessidade da exportação de capitais, que:

"A necessidade do mercado externo para um país capitalista não é, em absoluto, determinada pelas leis da realização do produto social (e da mais-valia, em particular), mas, principalmente, pelo fato de que o capitalismo resulta de uma circulação de mercadorias largamente desenvolvida que ultrapassa os limites de um país".⁸⁵

Estas afirmações do autor em diferentes obras correspondiam a uma preocupação constante em provar aos populistas que, o fato, no modo de produção capitalista necessitar de exportar. A

necessidade de mercado externo, conseqüentemente, não se traduzia numa inconsistência do capitalismo, mas sim: "Essa necessidade revela claramente o histórico papel progressista do capitalismo, que destrói o isolamento e o particularismo (e, conseqüentemente, a estreiteza da vida espiritual e política) dos antigos sistemas econômicos, reunindo todos os países do mundo numa só totalidade econômica".⁸⁶

Nesse sentido, o autor mostra que há uma tendência do imperialismo em se expandir rumo aos países onde possam ser colocados os excessos de capital, que tanto podem ser os países agrários, como também, países já em fase de industrialização.

Assim sendo, nessa fase de desenvolvimento, este sistema passa a enfrentar, não apenas a contradição fundamental do capitalismo: - Capital-Trabalho, mas também, aí se acirram as contradições intercapitalistas, que se expressam na concorrência de mercado.

Conseqüentemente, torna-se necessário uma organização do sistema que responda, não apenas as suas contradições antigas e básicas, que estão relacionados com o aumento do grau de exploração da força de trabalho, mas também, as relativamente novas, que dão a possibilidade de articulação e rearticulação dos interesses dos capitalistas a nível mundial.

Esta organização que desempenha o papel de articular as relações entre as superpotências, entende-se, neste trabalho, que seja o Estado, seguindo a lógica do imperialismo e na defesa dos interesses da classe que representa.

Nesta fase do desenvolvimento das forças produtivas na fase histórica do capitalismo, que é a fase do imperialismo, o Estado serve às leis do modo de produção capitalista, servindo para articular o processo de acumulação do capital também a nível mundial.

NOTAS

1. LENIN, V. Ilith. Uma Grande Iniciativa acerca del Estado.
In: Obras Escogidas. Tomo X, Editorial Progreso, Moscou,
p. 62.
2. LENIN, V. Ilith. Op. cit., p. 62.
3. SIMONSEN, Roberto C. Evolução industrial do Brasil e outros
Estudos. Brasiliana, volume 349, Ed. da UDP, p. 105.
4. SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 105.
5. SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 105.
6. SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 105.
7. SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 145.
8. SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 145.
9. SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 98.
10. SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 98.
11. Não se quer neste trabalho, atribuir excessivo peso (importância) ao "pessoal do Estado", mas mostrar a sua real importância.
12. SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica do Brasil. Livraria José Olímpio Editora, 3a. edição, p. 14.
13. SILVA, Golbery do Couto e. Op. cit., p. 13. Todos os grifos são nossos.
14. BRASIL. Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Departamento de ciclos de Estudos, Biênio 1974/1975 (ADESG). pg. 54.

15. IDEM.
16. ADESG, p. 265.
17. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Editora Vozes, 1984, p. 26.
18. MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da Política externa brasileira na década 64/74. In: Estudos CEBRAP - nº 12, p. 58.
19. SODRÉ, Nelson Werneck. Vida e Morte da DITADURA - 20 anos de autoritarismo. Vozes, 1984, p. 97.
20. SODRÉ, Nelson Werneck. Memórias de um Soldado. Editora Civilização Brasileira. 1977, p. 562.
21. MISES, Ludwig von. Liberalismo. José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1987, segunda edição, p. 22.
22. MISES, Ludwig von. Op. cit., p. 39.
23. MISES, Ludwig von. Op. cit., p. 38.
24. MISES, Ludwig von. Op. cit., p. 41.
25. MACPHERSON, C. B. A Democracia Liberal, Origens e Evolução. Zahar editores, Biblioteca de Ciências Sociais, 1978, p. 10.
26. MACPHERSON, C. B. Op. cit., p. 9.
27. FERNANDES, Luiz. O Marxismo e o Impasse entre Igualdade e Liberdade no Pensamento Liberal. In: Princípios nº 13. Editora Anita Garibaldi, São Paulo, Dezembro de 1986.p. 36.
28. VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil, Paz e Terra, 1978, 2a. edição, p. 96.

29. JOFFILY, Bernardo. Liberalismo Velha Arma Política da Burguesia. In: Princípios nº 11, Ed. Anita Garibaldi, Agosto de 1985, São Paulo, p. 25.
30. TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB, Fábrica de Ideologias, Editora Ática, 1982, 2a. edição, p. 22.
31. JAGUARIBE, Hélio. Citado por TOLEDO, Caio Navarro de. Op. cit., p. 135.
32. Sobre esta questão ver LENIN, V. I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Editora Global, 2a. edição, capítulo IV.
33. SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 562-563.
34. MANTEGA, Guido. Economia Política Brasileira. Polis/Vozes, 1984, 2a. edição, p. 63.
35. CARVALHO, Horácio Martins de. Planejamento e Estado nas Sociedades Capitalistas. In: Encontros com a Civilização Brasileira, nº 9, p. 51.
36. CARVALHO, Horácio Martins. Op. cit., p. 60.
37. CARVALHO, Horácio Martins: Op. cit., p. 66.
38. BRASIL. Partido Comunista do Brasil-PCB. Teses para discussão do V Congresso, 1960.
39. BRASIL -- CPI da Dívida Externa. Câmara de Deputados, 1983, Requerimento nº 8. Mimeo.
40. BRASIL-PCB. Op. cit., p. 32.
41. IDEM, p. 80.

42. LENIN, W. I. A revolução Proletária e o Renegado Kautski.
In: Obras Escogidas. Tomo IX, p. 11.
43. MARX, Karl. Op. cit., p. 854-855.
44. MARX, Karl & ENGELS, F. O Manifesto Comunista de Marx e Engels. Zahar Editores, 2a. edição, 1978, p. 93.
45. MARX, Karl & ENGELS, F. Op. cit., p. 94.
46. MARX, Karl & ENGELS, F. Op. cit., p. 96.
47. MARX, Karl & ENGELS, F. Op. cit., p.98.
48. MARX, Karl & ENGELS, F. Op. cit., p. 105.
49. MARX, Karl & ENGELS, F. Op. cit., p. 112.
50. MARX, Karl. "Crítica del Programa de Gotha". Editorial Progreso, Moscou, p. 28.
51. ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Civilização Brasileira, 8a. edição, p. 181.
52. ENGELS, F. Op. cit., p. 190.
53. ENGELS, F. Op. cit., p. 190.
54. ENGELS, Friedrich. O Senhor During Subverte as Ciências.
In: Friedrich Engels: Política. Editora Ática S. A., p. 158.
55. ENGELS, F. Op. cit., p. 160.
56. LENIN, V. Ilith. "Sobre o Estado", conferência proferida na Universidade de Sverdlov em 11 de julho de 1919. In: Obras Escolhidas, Editora Alfa Ômega, vol. 3, 1980, p. 177-178.

69. IDEM.
70. OLIVEIRA, Francisco. A Economia da Dependência Imperfeita. Geral Biblioteca de Economia, 2a. edição, p. 100.
71. OLIVEIRA, Francisco. Op. cit., p. 107.
72. MARX, K. Teorias sobre a Mais-Valia, V. II, L. 4, D'O Capital. DIFEL, São Paulo, 1980.
73. CASTELLS, Manuel. La Teoria Marxista de las Crisis Econômicas y las Transformaciones del Capitalismo. Siglo Veintiuno Editores, México, 1978. pg. 76.
74. CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 75.
75. IDEM, p. 84.
76. CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 105.
77. IDEM, p. 121.
78. IDEM, p. 124.
79. IDEM, p. 125.
80. IDEM, p. 126.
81. IDEM, p. 127.
82. IDEM, p. 128.
83. LENIN, W. Ilith. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Global Editora, 2a. edição, p. 60.
84. IDEM, p. 61.
85. LENIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Editora Abril Cultural, 1982, p. 30.
86. IDEM, p. 31.

CAPÍTULO II

ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO GOLPE MILITAR DE 1964

INTRODUÇÃO

Durante o período compreendido entre os anos de 1930 a 1964, transformações de relevante significação ocorreram na sociedade brasileira. O desenvolvimento da indústria nacional que teve alento após a 1.^a Guerra Mundial concorreu para acelerar o processo de urbanização. Cresceram as cidades. A cafeicultura concentrava cerca de 70% do total da pauta de exportações da época e direcionava as políticas econômicas do país a serem aplicadas e seguidas pela máquina do Estado oligárquico. O apoio dispensado pelo Estado aos produtores de café durante a crise de 1922, contribuiu para o aumento da produção que, ao atingir o ano de 1928, dobrara com relação à safra do ano anterior.

Mecanismos de política cambial impossibilitaram a capacidade de pagamento da dívida externa dado o esvaziamento das reservas monetárias do Tesouro Nacional. A crise mundial que se explicitou em 1929 dificultava as transações comerciais.

Esta situação contribuiu para que se desencadeasse o movimento que levou Getúlio ao poder em 1930, dado os reflexos políticos desta crise. A tentativa de colocar na presidência da república mais um representante da oligarquia rural por meios fraudulentos no processo eleitoral já por demais denuncia

dos pela oposição, foi a gota d'água que fez precipitar o movimento. Contestada a posse de Júlio Prestes que sucederia Washington Luiz, estourou o movimento da revolução de 30 que levou ao poder o Tenente Getúlio Vargas.

Assumindo o poder, através de um levante armado, Getúlio tratou logo de reorganizar o aparelho do Estado de acordo com as novas exigências dos conflitos de classe que se processavam na sociedade. Criou o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio e fomentou a formação de líderes sindicais pelegos, criando uma estrutura sindical corporativista para controlar melhor os trabalhadores.

Na primeira metade do seu governo, ainda (1930-1937), dada a exigência das oposições que enfrentava, Getúlio convocou uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1934. Em decorrência do avanço das lutas que a Aliança Nacional desencadeou contra o integralismo, Getúlio instituiu, em 1936, o Tribunal de Segurança Nacional e, através da Lei nº 136 de 14/12/35, a primeira Lei de Segurança Nacional (esta foi revogada no fim do Estado Novo, em 1946 com a constituinte, já no novo governo de Dutra).

Em 1937, um golpe de inspiração nazi-fascista instituiu o Estado Novo que garantiu a permanência do Ditador Getúlio Vargas no poder até o ano de 1945.

O avanço do socialismo no mundo, difundindo idéias de liberdade a anti-fascistas; a vitória das nações aliadas, restando o nazi-fascismo no país e o avanço da luta de classes, levando os trabalhadores a um ascenso em seu processo de organização, contribuíram para redirecionar os rumos das políticas adotadas por Vargas. Estes fatores levaram o ditador a decretar anistia aos presos políticos e a modificar a tônica do seu projeto de governo, que se tornou cada vez mais populista, quan

do um golpe de Estado o depôs em 9 de outubro de 1945, frustrando este novo processo.

Convocadas as eleições, e, posteriormente, a constituínte, em 1946, a nação atravessa um curto período de liberdade, que se interrompe em 1947, com o início da Guerra Fria. Os partidos representativos das forças mais retrógradas da nação (o PSD e a UDN), estabelecem uma aliança e passam a implantar uma política de entreguismo, de perseguição aos trabalhadores e de intervenção nos sindicatos, até o ano de 1949, quando foram convocadas as eleições. Estas levaram novamente Getúlio Vargas ao poder, vencendo o pleito com larga margem de votos com relação ao seu opositor. Desta vez, o ex-ditador exerceu uma política de cunho claramente populista.

A partir de 1951, o presidente Getúlio Vargas tentou retomar seu projeto desenvolvimentista interrompido em 1945 e denunciou as políticas cambial e financeira do governo anterior. Getúlio tentou avançar com uma política nacionalista, mas fez concessões aos setores ligados a interesses contrários a este projeto.

Tal era a complexidade de divergências no Ministério composto pelo extinto governo de Getúlio que, a 22 de agosto, o seu vice presidente, Café Filho, havia rompido com Getúlio e trabalhou junto aos grupos anti-getulistas, no sentido de que este renunciasse. Após assinar lei que garantia a defesa das jazidas minerais do país, é deposto e levado ao suicídio em 24 de agosto de 1954.

Após a morte de Getúlio, determinadas pressões de grupos nacionais e internacionais ligados ao capital estrangeiro ficaram mais claramente compreendidos, devido à carta testamento que o mesmo escreveu antes de morrer.

Tendo este se suicidado, e assumindo a presidência Ca
fê Filho, a economia tomou rumos completamente diferentes. O
diretor executivo da SUMOC, Otávio Gouveia de Bulhões tratou de
dar às políticas econômica e financeira os mesmos rumos segu
idos no governo de Dutra em 1948. Entre as medidas entreguistas
que tomou com relação ao capital estrangeiro, pode-se citar o
lançamento da Instrução 113 que favorecia a importação de mãqui
nas e equipamentos estrangeiros que tinham prioridade sobre as
nacionais. Esta instrução veio a servir de instrumento de apoio
ao capital estrangeiro, posteriormente no governo de Juscelino
Kubitschek, que deu continuidade as políticas de apoio ao cap
ital transnacional. Desta vez, entretanto, de maneira sistemati
camente planejada. Neste caso, o que norteou as ações do govern
o em apoio ao capital internacional foi o Plano de Metas.

Retomando o plano de mudança da capital do país para
o Planalto Central, que já vinha de 1891, e considerado um pla
no utópico, o presidente fez dos seus 4 anos de governo uma
grande festa para as multinacionais.

Neste governo, com medidas econômicas, facilidades de
remessa de lucros, etc., ocorrem mudanças de qualidade no pa
drão de acumulação na economia do país. Houve um processo de
substituição de importações de bens de consumo não duráveis por
bens de capital, bens de luxo (como automóveis, geladeiras,
etc.). Assim, durante o período compreendido entre 1956 e 1961,
o país transformou-se no paraíso das empresas multinacionais.
Estas, utilizando-se das concessões do Estado, desenvolvem as
indústrias de bens de consumo duráveis, dando um grande impul
so ao Departamento III da economia. Este Departamento cresceu
mais do que os Departamentos I e II.

II.1 - ESTADO, ACUMULAÇÃO E MODERNIZAÇÃO (1930-1937)

A última década que precedeu a Revolução de 30 foi de marcada por movimentos que demonstravam a necessidade de mudanças sociais no país. "Fundou-se o Partido Comunista do Brasil, em 1922; surgiram as primeiras manifestações do Tenentismo, o qual exprimia os interesses, os ideais e as ambições políticas de alguns setores do exército; fundou-se um partido político de inspiração fascista, com a legião do Cruzeiro do Sul, em 1922, e realizou-se a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, no mesmo ano, 'quando se manifestaram alguns artistas de vanguarda'"¹. Destes eventos citados por Ianni, a Semana de Arte Moderna expressou um movimento burguês de vanguarda, contra velhos e ultrapassados valores sociais artísticos no Brasil. A fundação do Partido Comunista do Brasil, que embora não tivesse compreendido e interpretado o significado do movimento de 1930, "por se tratar de um movimento burguês", representa mudanças qualitativas no grau de organização da classe operária. Esta, antes de 1922, já realizava movimentos grevistas de grande expressão, mas desorganizados, pois eram conduzidos em bases anarquistas. O Tenentismo, embora um movimento pequeno burguês em seu conteúdo ideológico não deixou de expressar a insatisfação de oficiais de baixa patente do exército contra velhos valores sociais. Apesar de seus líderes resistirem a formar uma aliança com o Partido Comunista do Brasil (em 1930, quando Prestes foi procurado no Uruguai, não aceitou juntar-se ao movimento comunista, apresentando um programa divergente de luta) estes líderes tenentistas vão dar uma contribuição maior no movimento de 1935 na Aliança Nacional Libertadora.

Todos estes conflitos de classe que antecederam à revolução de 30 chegaram ao auge quando estourou a crise mundial, com seus reflexos no Brasil.

O que interessa para os objetivos deste trabalho são as mudanças pelas quais o Estado teve que passar para atender à nova conjuntura que se apresentava na sociedade, com a perda do poder do Estado oligárquico pelos latifundiários. A crise pela qual passava a economia estava exigindo mudanças nos processos de acumulação do capital, com conseqüente reorganização do Estado.

Atendendo às necessidades de intervenção nesse processo, o Estado, surgido da revolução de 30, sofreu uma reestruturação que mudou as formas de intervenção econômica. O Estado passou a deter maior controle sobre os conflitos ocorridos de correntes das contradições entre o capital e o trabalho, que continuou sendo a contradição principal na sociedade e as diferentes frações da classe dominante (oligarquia agrária - burguesia industrial emergente) que se acirravam como contradição secundária, apesar de sua importância no momento.

Entre 1930 e 1937 o Governo Federal, apesar de não obedecer a um plano pré-estabelecido ou planejado sistematicamente por especialistas, criou uma série de órgãos públicos que caracterizavam a nova estrutura do Estado: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); Ministério da Educação e Saúde Pública (1932); Departamento Nacional do Café e Instituto do Açúcar e do Alcool (1933); Conselho Federal do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal (1934); Conselho Brasileiro de Geografia e Conselho Técnico de Economia e Finanças).²

Ao mesmo tempo que a intervenção do Estado representava maior exploração dos trabalhadores, em especial dos assalariados, tinha ainda outro papel no que diz respeito aos proprietários dos meios de produção, os capitalistas. Nesse sentido, o

Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio e outros ór
gãos estatais controlavam as reivindicações dos trabalhadores
através dos sindicatos oficiais (legais) e da repressão nos sin
dicatos livres, fato que se acentuou durante os 6 primeiros anos
do Estado Novo.

Por outro lado, este mesmo Estado sempre ia em socor
ro da classe dominante com a criação de órgãos específicos para
cada subsetor da produção. Exemplos relevantes do que se afir
ma são o Conselho Nacional do Café (1931). O Departamento Na
cional do Café (1933) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933).
Com relação à lavoura do café, o Estado tentava solucionar ve
lhos problemas das crises periódicas do capital que se manifes
tavam neste subsetor da economia de exportações.

Assim o Estado desenvolveu uma superestrutura com a
criação do Instituto e do Departamento referido acima, que l
heu condições de continuar repassando (absorvendo ou socializan
do) os prejuízos das crises do capital que se manifesta na la
voura do café, pois através destes institutos davam todo apoio
à iniciativa particular, e em especial aos produtores rurais ou
fazendeiros. A criação do Instituto do Açúcar e do álcool (1933),
também tem estes mesmos objetivos.

Embora se afirme, no que diz respeito à intervenç
o do Estado nas questões da economia da agroindústria canavieira
que a criação do IAA foi uma reivindicação dos produtores, tam
bém neste fato se constata mais uma ação do Estado, no sentido
de tentar resolver os problemas das crises que neste subsetor se
manifestavam.

"Esta institucionalização progressiva resultou menos de
uma vocação intervencionistas dos governantes do país depois de
1930, do que da reação dos produtores e do governo a uma situa
ção de fato -- a grande depressão mundial desencadeada pela cri

se de 1929 — cujos efeitos desfavoráveis não podiam ser superados através de medidas convencionais até então adotadas (política monetária, fiscal, etc.)”³.

Em 1932, ocorre um levante em São Paulo, mas o Governo Central consegue abafá-lo em 3 meses e, à medida que foi se consolidando o governo, o Estado foi tomando novas formas, com a criação de novas estruturas de dominação dos trabalhadores, como é o caso dos sindicatos com características corporativistas, atrelados ao governo de Getúlio Vargas.

Foi incentivada a criação dos sindicatos oficiais, que ao longo da história passaram a servir de instrumento de dominação das diversas categorias de trabalhadores, sendo reforçado durante todo Estado Novo com a repressão aberta do arbítrio.

Em discurso bastante claro, Getúlio Vargas, esclareceu que “O Estado não compreende nem permite antagonismos de classes, nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores, que não só coordenam as relações, como dirigem as divergências e conflitos entre as diferentes classes sociais”.⁴

É, ainda, dentro do espírito de renovação do Aparelho de Estado que o governo implantou, pela primeira vez no Brasil, a política salarial, até então sem uma regulamentação.

Desenvolvia-se a indústria, acelerava-se o êxodo rural, com ascenso de um mercado interno, o que exigia que as empresas tivessem regularizada a remuneração da força de trabalho, como ocorre nos países mais desenvolvidos. Para as empresas a serem implantadas, também foi fundamental esta regularização do preço da força de trabalho, para efeito de cálculos dos preços de produção de suas mercadorias, cálculos estes que via de regra são feitos antes dos processos produtivos.

A política operária do governo Vargas, nesta fase que antecede o Golpe de Estado de 1937, pode ser dividida em dois períodos: a) entre 1930 e 1934, quando o Estado adota uma política de conciliação-integração entre as partes antagônicas do capitalismo — o capital e o trabalho e b) entre 1934 e 1937, quando os trabalhadores avançam no processo organizativo, não aceitando as ações governamentais, e que o governo desencadeia processos cada vez mais repressivos culminando com o Golpe fascista de 1937.

Através da lei nº 185, em 1936 é instituído legalmente o Salário Mínimo; em 1938, este é regulamentado. Mas sua tabela oficial só sai em 1940, pelo Decreto-Lei nº 2.162.

Além das dificuldades de resolução dos problemas internos do país, outros eventos ocorriam no plano internacional com o avanço do socialismo na União Soviética que orientavam melhor as organizações de classe contra a opressão capitalista. Por outro lado, o Estado acentua o seu caráter fascista, oprimindo os trabalhadores, enquanto estes relutavam para resistir a esta opressão de forma organizada, em decorrência do avanço do integralismo na Itália e o fascismo na Alemanha.

Em 1953, surgiram as ações e as notícias da Aliança Nacional Libertadora, quando o Partido Comunista do Brasil já somava mais experiência de luta e crescia no trabalho de massas. "O Partido Comunista do Brasil está dividido, mas sua organização interna é bem estruturada, apesar de frágil, numericamente. É natural que o Partido tentasse orientar e participar da política da ANL, porém a passagem para o movimento de massas foi tão brusca que ela só conseguiu se realizar devido à organização e participação de outros grupos e classes sociais.

No seu surgimento, a ANL apresentou programa que aglutinava: Proletariado, oficiais das Forças Armadas, que contesta

vam o regime, a juventude, os intelectuais e as mulheres. Em seu programa incluía o não pagamento da dívida externa, denunciava os tratados comerciais com o imperialismo, exigia a nacionalização dos serviços públicos e reivindicava a jornada de trabalho de oito horas, resumindo, portanto, as questões mais gerais e específicas da época. Este fato (a ressurreição em 1935 da ANL) deixou o governo e os generais fascistas do Brasil em polvorosa.

Mas apesar de ter mudado a composição de forças entre as classes sociais após a revolução de 30, a classe que domina no sistema social e controla o Estado continuou sendo a burguesia, a classe detentora dos meios de produção.

Entre 1930 e 1937 como em qualquer época, o Estado é o lugar para onde fluem as contradições das classes, como em qualquer país capitalista.

A intervenção do Estado, portanto, se dá no sentido de controlar os choques entre as classes e reprimir a classe dominada no processo de acumulação do capital.

Não foi muito difícil concretizar tais medidas para Getúlio, que contou com os elementos mais reacionários das Forças Armadas: o anticomunismo e o "nacionalismo", em nome do qual se desencadearam as ações do Estado burguês.

Coesa com o governo, a cúpula das Forças Armadas articulou o plano Cohen no Estado-Maior do Exército e entregou ao general Goes Monteiro, que se encarregou de encaminhá-lo.

O plano Cohen segundo o qual existiam ações organizadas do exterior para implantar o comunismo, foi organizado por um oficial integralista, Olímpio Mourão Filho que posteriormente foi um dos líderes do Golpe de 1964⁵.

II.2 - ESTADO, ACUMULAÇÃO E ARBITRIO (1937-1945)

O golpe de Estado desfechado em 1937, de certo modo, rompeu com o equilíbrio aparente que existia entre as frações da classe dominante e acirrou mais o arbítrio sobre o proletariado. A independência sindical relativa, existente na constituição de 1934, foi liquidada, além de se extinguirem todos os partidos políticos.

O Poder Legislativo passou a ser exercido pelo Parlamento Nacional com a colaboração do Conselho da Economia Nacional e do Presidente da República (art. 38);⁶ "a greve ou o louck-out são declarados recursos anti-sociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional".⁷

Desfechado o Golpe de Estado, uma série de problemas que, antes de 1937, eram resolvidos com certa margem de tolerância pelas leis anteriores, passaram a ser executados arbitrariamente pelo aparelho do Estado. Este, à medida que ia aumentando a complexidade dos problemas econômicos, políticos e sociais, ia-se estruturando com objetivos (explícitos ou implícitos) de dar respostas (ou pelo menos tentá-las) às manifestações que iam surgindo no país e não resolvidas na revolução de 30.

Para Dreifuss "o Estado Novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico burguês, concentrando as energias nacionais e mobilizando recursos legitimados por noções militares de ordem nacional e de progresso cujos interesses pela industrialização mutuamente reforçavam os interesses dos industriais".⁸

Nesse sentido, as ações desencadeadas pelo aparelho do Estado passaram a ter os mesmos objetivos dos industriais. A

intervenção do Estado na economia para beneficiar a acumulação do capital ficou mais simples à medida que se foi criando os órgãos ligados ao poder central, com objetivos de apoio direto e/ou indireto ao capital no setor da indústria e da agricultura.

Além disto, na Constituição do Estado Novo se afirma que "a intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e revestindo a forma de controle, do estímulo ou da gestão direta".⁹

Assim, a reestruturação do aparelho do Estado conti-
nuou, após 1937, a servir às necessidades do capital, com a
criação, em 1938, do Conselho Nacional do Petróleo, Departamen-
to Administrativo do Serviço Público (DASP), Instituto Nacional
do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
em 1939: Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa; 1940:
Comissão de Defesa da Economia Nacional, Instituto Nacional do
Sal, Fábrica Nacional de Motores; 1941: Companhia Siderúrgica
Nacional, Instituto Nacional do Pinho; 1942: Missão Cooke, Ser-
viço Nacional de Aprendizagem Nacional (SENAI); 1943: Coordena-
ção da Mobilização Econômica, Companhia Nacional de Alcalis, Fun-
dação Brasil Central e a Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

Para mostrar o que representa a criação deste número de órgãos para intervenção econômica do Estado, convém destacar alguns, cujo papel está mais destacado e tem claro os seus objetivos; o DASP representa na modernização do aparelho do Estado um aparente afastamento das influências pessoais nos métodos de contratação do pessoal servidor do Estado. Este aparente afas-
tamento pode servir para dar a impressão de Estado acima das classes, Estado imparcial. Esta aparência era necessária, e Getúlio Vargas demonstrava dar esta impressão do Estado, prin-
cipalmente para as classes subordinadas, apesar do personalismo característico do mesmo (Getúlio) como "Chefe da Nação".

"Em nome da 'paz social', o Estado Novo intervinha também na 'regulamentação' da força de trabalho através da promulgação de 'leis trabalhistas', cumprindo, assim, um requisito básico no processo de acumulação".¹²

Ao fixar o salário mínimo, tomava como elementos necessários o suficiente para a reprodução da força de trabalho simples e não o trabalho especializado, o trabalho potencializado era, então, indispensável ao novo padrão de reprodução que se desenvolvia no país.

Para fixar a tabela do salário mínimo foram consideradas apenas as necessidades "biológicas" dos trabalhadores, sendo que "manteve-se o governo fiel ao espírito de um parlamento que ele mesmo dissolvera. Confirmou-se a acanhada fórmula do salário mínimo 'cronológico' ou 'vital', resultante do somatôrio das despesas diárias de um trabalhador adulto em alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte".¹³ (Grifo, M. D. A.).

O autor citado acima L. W. Vianna afirma ainda que a política salarial implementada durante o Estado Novo atendia aos interesses da industrialização no país, regulando o mínimo que uma família assalariada poderia perceber, sem levar em conta questões como o ritmo de trabalho e/ou a qualificação do operário, além de não considerar que este salário não dá para alimentar uma família.

"O salário mínimo se transformava, conseqüentemente, num instrumento efetivo para a acumulação industrial, mantendo os salários do exército industrial orbitando numa trajetória pouco acima da mínima".¹⁴

Não se pode, entretanto, afirmar que as leis trabalhistas prejudicaram a todos os trabalhadores individuais e/ou que favorecia a cada capitalista de forma particular.

Evidentemente, tais leis apareciam à observação simples, como sendo o Estado obrigando os capitalistas a pagarem o mínimo "justo" aos trabalhadores. E não deixavam de representar (as leis trabalhistas) tentativas do Estado de disciplinar as relações de troca da força de trabalho, enquanto mercadoria, nos marcos das relações capitalistas. Buscaram a regularizar a exploração da classe dominada nas novas relações exigidas no novo regime de acumulação que se configurava a partir da década de 30.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, facilitou ao governo o controle dos conflitos entre o capital e o trabalho, já que seu caráter era eminentemente corporativo.

Com a cooptação de lideranças e a formação de sindicatos, durante o Estado Novo, ficou mais fácil ao governo o controle de greves e identificação de qualquer movimento que não estivesse de acordo com as perspectivas do regime.

Ianni chama a atenção para o fato de que os conflitos trabalhistas no Brasil se tornavam cada vez mais acentuados desde a Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, afirma que "até 1930, predominava no governo e entre os compradores da força de trabalho, quase a mesma concepção oligárquica de poder e mando característica da sociiedade de então".¹⁵

Como a revolução de 30 está ainda próxima do período de escravidão por que passou o país, é natural que neste interregno persistissem elementos da consciência da oligarquia dos ex-senhores de escravos. Portanto, o Estado era o ^{palco} fulcro desta consciência. Foi preciso uma ruptura entre essas oligarquias e a nova classe industrial emergente para que ficasse dividido o poder do aparelho do Estado, embora este poder não passasse pa

ra o controle do proletariado devido ao caráter da revolução de 30 ter sido burguês.

Esta ruptura intercapitalista não determina o grau de consciência e de organização da força de trabalho a partir da Primeira Guerra Mundial, nem seu avanço organizativo na década de 20, mas influi, por diminuir o poder da oligarquia. Também não é apenas o grau de consciência do proletariado que leva à situação revolucionária que desemboca na revolução de 30.

Por isto mesmo é que ela teve caráter conservador com relação à classe operária. E se este caráter se verificava entre 1930 e 1937, com a implantação do Estado Novo, ele se acentuou ainda mais como veremos a seguir:

"A tortura física e as arbitrariedades tornam-se costumeiras; a expulsão de líderes operários é frequente" (...) "A partir de 1935, os líderes independentes são presos e espancados, os partidos operários legais são fechados (...) os comunistas, trotskistas e anarquistas são perseguidos tenazmente". O Estado Novo sô prossegue o processo que sempre teve a simpatia das classes dirigentes.¹⁶ Porque, se assim ocorresse, o Estado perderia a sua aparente neutralidade. Apesar de ser a condenação material uma relação de dominação,¹⁷ o Estado precisa manter sua (aparente) distância entre as classes.¹⁸ Isto, para que ele (o Estado) enquanto produto dos antagonismos irreconciliáveis de classes possa ser (o seu poder) colocado aparentemente por cima da sociedade¹⁹ e que desta se distancie cada vez mais.²⁰

Isto explica porque o Estado tem o poder de árbitro nas relações capital-trabalho, ou capitalista-assalariado.

Mas nem sempre é possível esconder estas relações sem sua real fisionomia.

Portanto, é necessário compreender o papel dos capitalistas enquanto classe. Da mesma forma, os detentores da força de trabalho no mercado devem ser tomados enquanto lado oposto da classe dominante que é explorada pelos proprietários dos meios de produção.

Consequentemente, a tentativa de tornar homogêneas estas duas classes através de um Estado que tinha um discurso "neutro", acima das classes, reflete a natureza do Estado capita-lista.

No plano mundial, a ascensão do Nazismo na Alemanha e na Itália contribuiu tanto para a implantação do regime autoritário do Estado Novo, quanto para o desenvolvimento da indústria nacional. Pois isto contribuiu para o fortalecimento do poder central. Sob o clima criado pela guerra, favoreceu para exagerar o sentimento nacionalista, a ponto de confundir as necessidades do desenvolvimento da indústria de base para o capital com as "necessidades da NAÇÃO". O que era importante para a classe industrial aparecia como necessidade nacional. Foram construídas a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional e a base da Usina de Volta Redonda.

Todas estas indústrias de base proporcionaram uma infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento e a acumulação do Capital em base ampliada.

Dessa forma "através de uma política de investimentos diretos, o Estado vai dotando o país de importantes complexos industriais nos setores básicos da mineração, do petróleo, diante da geração de energia elétrica, também diante da siderurgia e, finalmente da química. A política fiscal é a alavanca desses investimentos" (...).²¹

No plano político, o espaço de que dispunha a classe dominante em seus setores organizados não era o mesmo para o

proletariado. Os primeiros tinham, quase sempre, atendidas suas reivindicações, ao passo que, para os segundos, o mesmo não o corria. Além de não conseguirem este mesmo espaço, tinham nega das suas reivindicações, por mínimas que fossem. Os trabalhado res pagavam, portanto, o ônus da industrialização e do desenvol vimento ocorrido durante o grande conflito mundial. Para a classe dominante o Estado proporcionava eventos para discutirem seus problemas, enquanto para o proletariado ocorria o oposto: proibia.

Ao se aproximar a II Guerra, tudo se justificava em nome do Conflito Muncial. O "Nacionalismo" aglutina a classe dominante em torno do governo, enquanto os trabalhadores são controlados por sindicatos pelegos, atrelados ao Estado.

No Iº Congresso Brasileiro de Economia, afirmam em suas conclusões que "como provam os fatos históricos", "nos prô prios regimes democráticos não há incompatibilidade com a inter ferência do Estado em Assuntos econômicos"; "que cabe ao Estado regular, coordenar todas as atividades sociais para atenuar e debelar as crises, e as de ordem econômicas são as mais frequen tes. No mundo moderno, não obstante a iniciativa individual, sempre foi, é e continuará sendo a principal fonte de riqueza e prosperidade dos povos e, assim, sô na sua falta cabe apelar pa ra a atuação do Estado".²²

Os economicistas e os empresários até conseguiram, des ta forma, manter o mercado aberto para a "iniciativa individu al" ao mesmo tempo que não dispensam o apoio do Estado "na fal ta" desta iniciativa.

Outro evento importante para a classe dominante foi a Primeira Conferência das Classes Produtoras do Brasil,²³ rea lizada em Terezópolis em maio de 1945, reivindicando, em sua carta de princípios, condições para realizações dos "interesses

fundamentais da vida nacional", "para cuja realização a burguesia reconheceria como necessário um certo grau de interferência do Estado",²⁴ desde que esta interferência viesse defender os seus interesses.

As relações entre a classe dominante e o governo são as mais cordiais, apesar de algumas oposições que surgiram. Mas não se pode dizer o mesmo com relação à classe operária e/ou aos trabalhadores em geral. "A tortura física e as arbitrariedades tornam-se costumeiras; a expulsão de líderes operários é frequente, tanto de estrangeiros, como de nacionais"²⁵ (...).

No que diz respeito à vanguarda dos trabalhadores, o governo dava mostras de reconhecer a sua importância, mas não para ceder espaço às reivindicações da classe nem muito menos admitindo as mínimas liberdades de organização e expressão. Perseguiu veementemente os trabalhadores, enquanto classe.

"A partir de 1935, o movimento operário sofre novas e contínuas derrotas, as greves deixam de existir, os sindicatos são varejados pela polícia e o Ministério do Trabalho impõe "pelegos" nas suas direções, as prisões se enchem de "culpados" e inocentes. Apesar de diminuir a atividade e ver grande número de seus membros na cadeia, os comunistas continuam a agir".²⁶ Mas, aproxima-se o fim do Estado Novo. Com a vitória das forças aliadas e a conseqüente derrota do Nazismo, o governo brasileiro não tinha mais condições de manter o regime autoritário diante do avanço das forças populares no país.

Com estas influências externas, as condições objetivas obrigavam a abrir mão de seu "nacionalismo" exacerbado. Pois, para encaminhar seu projeto de abertura democrática e continuar no poder, tinha ele que manter uma imagem otimista, uma idéia de crescimento e mudar de tática com a nova conjuntura internacional. E o país que saíra mais fortalecido financeiramente no

fim da II Guerra Mundial foi os EEUU, que se expandiram econômica e militarmente pelo mundo.²⁷ Foi o país de que as Forças Armadas brasileiras mais se aproximaram.

Durante a atuação da Força Expedicionária Brasileira na Itália, por sua vez, aumentara o relacionamento entre as altas patentes das Forças Armadas Brasileiras e as americanas, o que facilitava as relações amistosas entre as elites militares de ambos os países.

Seguindo a palavra de Ordem de União Nacional contra o nazismo surgiram diversos movimentos de apoio a Getúlio no combate ao entreguismo que se desenvolvia nas Forças Armadas.

O Partido Comunista do Brasil, depois de ter passado largo período de tempo sob dura clandestinidade começou a surgir com sua fisionomia própria junto aos movimentos de massa. Realizou, em 1943, sua conferência, ainda na clandestinidade. Pois um ano antes, 1942, contava com 2.000 a 3.000 militantes na ativa, elevando-se em 1945 para 50.000 filiados.²⁸

A criação, em 1944, da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT)²⁹ refletia também o ascenso da luta de classes, no fim da II Guerra Mundial.

Percebendo as mudanças políticas que ocorriam a nível nacional e internacional, Getúlio tentou ampliar sua base de apoio. Estimulou a formação de partidos. Surgiram o Partido Social Democrata (PSD), composto da oligarquia paulista e das forças que fizeram parte do Estado Novo; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado pelo governo e a União Democrática Nacional (UDN). Este último formado de forças anticomunistas, anti-nacionalistas e anti-Vargas.

Antes que se conseguisse realizar seu projeto político, Getúlio Vargas foi deposto, a 29 de outubro de 1945.

III.3 - ESTADO, LIBERALISMO ECONÔMICO E LUTA DE CLASSES (1945-1950)

Os representantes da oligarquia rural e dos interesses do imperialismo norte-americano, entrincheirados nas forças armadas, escolhem um governo provisório. Combinam colocar como chefe supremo da nação o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Este é forçado a adequar algumas estruturas do Estado à nova conjuntura do país. Nesse sentido, o Tribunal de Segurança Nacional, que representa o arbítrio dos militares e dos integralistas, em 1936, no auge da ascensão Nazista, fica revogado pela legislação federal de 1945.

Convocadas as eleições, foi eleito o Ex-Ministro da Guerra do governo anterior, General Eurico Gaspar Dutra, tendo contado com o apoio de Getúlio Vargas em campanha eleitoral. "O General Eurico Gaspar Dutra, candidato ao PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das idéias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com as forças eleitorais. Ele merece, portanto, nosso sufrágio".³⁰

Assim, vê-se que a vitória de Dutra é também, de certo modo, o peso do prestígio de Vargas. Sem o apoio deste, aquele dificilmente teria ganho as eleições. Da mesma forma, a vitória de Dutra ainda não foi uma derrota da UDN, como se verá mais adiante, no pacto deste partido com o PSD em um acordo interpartidário de janeiro de 1948.

A 1ª de fevereiro de 1946, instala-se a Assembléia Nacional Constituinte.

Na verdade, o que separa a UDN do PSD, politicamente, são contradições secundárias entre frações da classe dominante. A razão de um apoiar, e outro ser contra a candidatura de Dutra,

se deve ao fato de terem projetos diferentes para consolidar o mesmo processo de dominação de classe. Mas as bases são as mesmas.

A circunstância de o PSD ter mantida sua hegemonia no bloco que se mantivera no poder antes e durante o Estado Novo é o que leva a UDN a fazer-lhe oposição, mesmo representando a mesma classe social.

Quanto ao PTB, produto do sindicalismo peleguista, sempre cumpriu (e ainda cumpre hoje, 1986) o papel de "massa de manobra" da Burguesia. Concorda-se com Carone, quando este afirma que este partido "não passa de uma organização atrelada aos interesses eleitorais de lideranças oligárquicas", já que é um seu aliado histórico.³¹

O Partido Comunista do Brasil (PCB) reflete a situação da classe operária. Apesar de ter, em quase toda história, vivido na clandestinidade, nunca deixou (e nem deixou até hoje, 1986) de atuar no seio desta classe, junto a ela, em sua vanguarda, encaminhando suas aspirações.

Estes quatro partidos, juntos a outros com tendências a expressar os interesses da classe média são as forças políticas que compuseram a constituinte de 1946.

O PSD participou da Assembléia com 173 representantes; a UDN, 85 representantes; o PTB participou com 23 representantes; O Partido Comunista do Brasil, conseguiu eleger 15 representantes; o PSP apresentou 7; o PDC (Partido Democrata Cristão), 2 representantes; a ED (Esquerda Democrática), 2 representantes e o Partido Libertador, 1 representante.³²

Observa-se que, com esta composição de forças, a carta que saiu da Assembléia Nacional Constituinte de 1946 não poderia refletir grandes avanços e conquistas para os trabalhadores.

Apesar de todas as lutas que marcaram o período que a antecedeu, esta Constituinte terminou por refletir a composição da sociedade, de sua estrutura de classes. Somente o PSD e a UDN que são partidos oligárquicos participaram numa proporção de aproximadamente 90% dos constituintes, o partido da Classe operária 6%, ficando os outros 4 partidos com 4%.

Mais uma vez as velhas oligarquias rurais agrário-exportadoras faziam valer o peso do seu poderio econômico. Desta vez, contam com um governo "livremente" eleito, no sentido burguês desta palavra. E da forma como o ex-ditador Getúlio tinha sido deposto, depois de tentar buscar apoio em bases populares para a continuidade do projeto político "nacionalista", com medidas de restrição a remessa de lucros das empresas multinacionais, não eram apenas fatores internos que estavam determinando o movimento real do processo político no Brasil, mas também a imposição das potências imperialistas.

Em 1945, Getúlio tivera como uma das causas de sua deposição pelas Forças Armadas Brasileiras a restrição das remessas de lucros. Em 1951, aí estava, de volta, o mesmo presidente, refletindo a mesma causa anterior a 1945.

O fato do ex-ditador ter voltado ao poder, desta vez através do sufrágio universal (embora se saiba de suas limitações na democracia burguesa) reflete a resistência na Nação à interferência do capital estrangeiro, embora o populismo tenha influenciado.

O "nacionalismo econômico" de Vargas refletia-se nas formas de intervenção do Estado que antes cede as pressões do capital financeiro no governo de Dutra.

Mas, para que este Estado fosse conivente com os interesses desta fração do capital, foi imprescindível a restrição do espaço democrático. Não se pode negar a interação "fatores

externos" x "fatores externos". A respeito desta questão, vale salientar a afirmação de Poulantzas: "Não existem, falando corretamente, na fase atual do imperialismo, os fatores externos que agem puramente do "exterior", por um lado, e por outro, os fatores internos "isolados" em seu espaço próprio e que superam os primeiros concebidos desta forma".³³

E o que atesta mais de uma vez que a intervenção do Estado na economia em benefício das empresas multinacionais é a persistência e (o acirramento) da luta de classes, em sua contradição principal capital-trabalho, levando o Estado a tomar posição, coagindo os trabalhadores.

Não se pode dar fisionomia mais ou menos democrática ao governo como manifestação do Estado. Mas o que se quer chamar atenção é para o fato de que, decorrente do processo de luta tanto no terreno nacional como internacional, o Estado enfrenta esta contradição entrando num processo de crise, sempre que esta (crise) se manifesta no terreno político. Isto, dado ao fato de o Estado refletir as contradições do capitalismo moderno, como sempre refletiu as contradições de todas as sociedades de classe.

No ano de 1947 ocorreram alguns fatos que mudaram o comportamento do governo de Dutra em relação às lutas populares, com restrição total do relativo clima de liberdade existente no país. Nas eleições de 1947, o Partido Comunista do Brasil se encontra com um nível de organização relativamente desenvolvido. A bandeira da Reforma Agrária, defendida pelos comunistas, encontrou respaldo entre os camponeses. Tornara-se então o partido majoritário em muitos centros operários do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Além de uma política de massas correta adotada pelo partido, os seus componentes contavam cada vez mais com a confiança do povo. As vitórias da União Soviética, sob a

direção de Stalin, sobre o Nazismo contribuem para os êxitos do partido. Os atos públicos são concorridos e dezenas de milhares de homens do povo acorrem para o partido.

Entretanto, estes fatos não agradavam às forças retrógradas que compunham o governo do General Dutra. Além do mais, tem início a guerra fria, desencadeada pelas superpotências que, no pós-guerra, começam a se organizar, com objetivos de uma nova redivisão do mundo. A Inglaterra e os Estados Unidos são potências que têm maior influência sobre os grupos militares, sustentáculos do Governo de Dutra. Com o desencadeamento da guerra fria, contra a União Soviética tem início imensa campanha anticomunista no mundo inteiro. Novos rumos foram tomados pela máquina do Estado Brasileiro. Foram rompidas relações com a União Soviética, o Partido Comunista do Brasil foi posto na ilegalidade. Posteriormente foram cassados os mandatos dos deputados da legenda do partido.

Em 1948, o governo do General Dutra continua sua marcha de retrocesso político. Estabeleceu-se uma aliança entre os dois partidos da classe dominante: PSD e UDN, colocando o ex-aliado PTB fora do processo político.

A união do PSD com a UDN excluiu o PTB getulista e os dos pequenos partidos de esquerda, tornando-os forças secundárias no jogo político.

Em 1949 foi criada a Escola Superior de Guerra sob inspiração na National War College, dos Estados Unidos da América. A partir da criação deste instrumento de ideologia imperialista, o Estado Brasileiro, que tem na composição do governo um discurso "não intervencionista", passa a ser redirecionado. A consciência de que era preciso criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular através de um método científico a po

lítica e estratégia nacionais com um critério que transbordasse dos limites de defesa nacional, cujo sentido era restritivo levam o nosso governo a pensar inicialmente na criação de um curso de altos estudos, frequentado apenas por oficiais da marinha, exército e aeronáutica. Tal critério evoluiu para o da criação de um instituto de altos estudos, voltados para o PLANEJAMENTO E A DIREÇÃO da segurança nacional (Lei de 20 de agosto de 1949).

Assim, imbuído da idéia de planejar e dirigir as ações do Estado, é criado um corpo de civis e militares que absorvem a ideologia oriunda do pentágono, e nas forças armadas brasileiras são difundidas e enfatizadas a luta contra o comunismo.

O Estado se aparelha e moderniza para a "organização e a defesa interna". A guerra sem fronteira contra o comunismo difundida pelo Estado Norte Americano entre os Estados, na América Latina, leva estes a considerar inimigo qualquer cidadão que for considerado "subversivo" aos interesses daquela superpotência.

Isto dado ao atraso político do país, sempre governado por forças que representam os interesses do latifúndio e o imperialismo. Além do poder do Estado refletir esta situação política e econômicas, as Forças Armadas Brasileiras sempre mantinham (e mantêm) suas tradições golpistas, usando os chavões do anticomunismo para "justificar" sua caída simpatia pelos dólares americanos ou pela libra esterlina inglesa.

II.4 - ESTADO, DESENVOLVIMENTO E CONCILIAÇÃO (1950-1956)

Em 1950, foram realizadas as eleições na seguinte conjuntura: o PSD concorreu apresentando o candidato Cristiano Ma

chado; a UDN lançou Plínio Salgado e o PTB e o PSP lançaram Getúlio Vargas a Presidência da República.

A candidatura do PSD, apoiada pelo Presidente Dutra, era composta por antigos amigos de Getúlio — poderosos coronéis que representavam os poderes locais (dos Estados) durante o Estados Novo (Cf. parte II.2 deste trabalho).

Assim sendo, muitos não se desempenharam na campanha contra Getúlio.³⁵ Este conseguiu resolver alguns problemas da campanha à base dos "entendimentos", no que diz respeito ao concorrente do PSD, conseguindo algumas adesões.

Quanto à UDN, esta fez uma campanha de caráter conservador e atrasado, com o apoio dos integralistas e a fração da classe dominante mais impopular, combatendo o populismo getulista e tomando posição mais decidida contra Getúlio, atacando a política salarial³⁶ e algumas posturas deste no seu governo anterior.

Getúlio, por sua vez, conduziu uma campanha entusiástica, atacando a inflação, que nos últimos anos vinha atingindo índices elevados, portanto, uma campanha em bases mais progressistas.

Um dos elementos básicos da campanha do ex-ditador foi o ataque ao arrocho salarial. O salário mínimo real nos últimos anos (durante o governo de Dutra) vinha atingindo os índices mais baixos de sua história. Tomando-se o ano de 1940 como base, 98,02 para índice do salário mínimo real, este descera para 39,84 em 1950, um dos índices mais baixos da história do salário mínimo do país. (Ver Anexo nº I).

Getúlio prometeu reformas sociais (sem se referir à Reforma Agrária). Assim não perderia os aliados do PSD.³⁷ Outro ponto-chave da campanha de Getúlio foi "uma industrialização nacionalista com o apoio do Estado, industrialização esta que

havia sido negligenciada durante o governo do General Dutra",³⁸ pelo menos no que diz respeito ao caráter nacional.

Adaptando sua campanha de acordo com a região do país, capitalizando suas contradições e com promessas correspondentes à resolução de cada uma, Getúlio derrotou seus dois adversários por larga margem de votos; conseguiu 3.849.040, o que correspondia a 48,7% da votação total. Eduardo Gomes e Cristiano Machado obtiveram, respectivamente, as mínuas quantias proporcionais de 29,7% e 21,5%.

Tomando posse como presidente em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas escolheu um Ministério tão heterogêneo quanto espúrias o foram suas alianças na campanha eleitoral, onde muitas destas alianças tinham fins eleitoreiros.

O PSD recebeu os Ministérios da Fazenda, Relações Exteriores, Justiça, Educação e Saúde. O PSP ficou com o Ministério da Viação e Obras Públicas. A UDN ficou com o Ministério da Agricultura, e ao PTB coube (apenas) o Ministério do Trabalho.³⁹

Neste segundo governo, Vargas tentou várias formas de contornar a complexa quantidade de problemas que enfrentava o país. No que diz respeito ao desenvolvimento do "industrialismo racionalista" por exemplo, o governo tomou as diretrizes interrompidas em 1945.

Dado o pacto (tácito) ocorrido no governo de Getúlio e o avanço das classes trabalhadoras em geral, não havia mais como conter os conflitos gerados nos mesmos moldes anteriores, à sua disposição no fim do 1º governo.

Enfrentando uma oposição de grandes empresários e estimulada pelo governo norte-americano, Getúlio tentou continuar seu projeto de desenvolvimento nacionalista. Busca criar uma infra-estrutura para o pleno desenvolvimento de "um capitalismo

apoiado em incentivos e apoio do Estado", conforme, discursos de sua campanha eleitoral, embora tentando justificar:

"Essa intervenção de Estado no domínio econômico, sempre que possível, plástica e não rígida, impõe-se como um dever ao governo todas as vezes que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada, ou acautelar os superiores interesses da Nação, quer contra a voracidade egoísta dos apetites individuais, quer contra a ação predatória dessas aves de rapina que não conhecem bandeira nem cultuam religião que não seja o lucro (...)"⁴⁰

Com esses objetivos de articular a intervenção do Estado no domínio econômico para "acautelar os superiores interesses da Nação, Vargas enfrenta o ambicioso projeto que, segundo Francisco de Oliveira, tentaria mudar o padrão de reprodução⁴¹ do capital no Brasil. Nesta tentativa, para o autor, Getúlio busca criar um Departamento I, que seria "as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três Departamentos básicos: o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis e o produtor de bens de consumo duráveis!"⁴²

Nesse sentido, na sua segunda gestão, Getúlio retomou alguns projetos que visavam criar uma infra-estrutura que facilitasse a reprodução do capital.

Além de alegar que a intervenção do Estado na economia visava acautelar os superiores interesses da Nação, o governo afirma rejeitar "o fácil recurso paliativo momentâneo, voltando-se resolutamente para as soluções de conjunto e não de detalhes, permanentes e não transitórias, capazes de construir um conjunto homogêneo e estável, base firme para o desenvolvimento de todas as atividades econômicas nacionais."⁴³ Em 1951, foi criado o Plano Quinquenal de Investimentos em indústria de base, transporte, frigorífico e modernização da agricultura. Em 1952, foi

apoiado em incentivos e apoio do Estado", conforme, discursos de sua campanha eleitoral, embora tentando justificar:

"Essa intervenção do Estado no domínio econômico, sem pre que possível, plástica e não rígida, impõe-se como um dever ao governo todas as vezes que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada, ou acautelar os superiores interesses da Nação, quer contra a voracidade egoísta dos apetites individuais, quer contra a ação predatória dessas aves de rapina que não conhecem bandeira nem cultuam religião que não seja o lucro (...)"⁴⁰

Com esses objetivos de articular a intervenção do Estado no domínio econômico para "acautelar os superiores interesses da Nação, Vargas enfrenta o ambicioso projeto que, segundo Francisco de Oliveira, tentaria mudar o padrão de reprodução⁴¹ do capital no Brasil. Nesta tentativa, para o autor, Getúlio busca criar um Departamento I, que seria "as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três Departamentos básicos: o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis e o produtor de bens de consumo duráveis!"⁴²

Nesse sentido, na sua segunda gestão, Getúlio retomou alguns projetos que visavam criar uma infra-estrutura que facilitasse a reprodução do capital.

Além de alegar que a intervenção do Estado na economia visava acautelar os superiores interesses da Nação, o governo afirma rejeitar "o fácil recurso paliativo momentâneo, voltando-se resolutamente para as soluções de conjunto e não de detalhes, permanentes e não transitórias, capazes de construir um conjunto homogêneo e estável, base firme para o desenvolvimento de todas as atividades econômicas nacionais."⁴³ Em 1951, foi criado o Plano Quinquenal de Investimentos em indústria de base, transporte, frigorífico e modernização da agricultura. Em 1952, foi

pirou-se basicamente nos preceitos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951/1953) e no grupo Misto BNDE-CEPAL (1953/1955), que forneceram preciosos subsídios para a elaboração dos planos nacionais da época" (...)⁴⁶

Manteiga inclui nestes "planos", que serviam de "subsídios" a tais governos latino-americanos) grande parte dos empreendimentos efetivados no segundo governo de Vargas, incluindo o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek.

O crescimento das despesas do Estado foram avaliadas por Herbert de Souza e Carlos Afonso se tomando como ponto de referência o método adotado por James O'Connor: a) "gastos crescentes com as contas do governo e administração" (...) (24,7% das despesas médias no período, feitas pelo Estado, foram com o Ministério da Fazenda); b) gastos crescentes com serviços e infraestrutura física (18,7%), "o que revela uma das funções fundamentais do Estado como supridor de infraestrutura física básica ao desenvolvimento capitalista no Brasil"; c) "a maioria significativa do total das despesas federais é orientada a atender as necessidades do capital: 54%".⁴⁷

Mas além das inovações, do modelo implantado por Getúlio Vargas ele se baseava na manutenção da política cambial, que impedia a remessa de lucros, nacionalização do Departamento I, e na contenção do salário mínimo real. (Vale relembrar aqui o que foi dito no título I.1 deste trabalho, acerca da forma de intervenção do Estado, pela contenção do salário mínimo ou como forma de viabilizar maiores taxas de acumulação industrial).

Oliveira cita o fato de no início dos anos 50 os aumentos de salário não acompanharam os aumentos de produtividade. Tentando ampliar sua base de apoio Getúlio avançou com a política trabalhista.

Em 1952, baixa Decreto-Lei reajustando o salário míni

mo em 100% do seu valor nominal. Assim o salário readquire o poder aquisitivo equivalente ao seu valor de 1940, quando foi decretado (instituído). Portanto, estes reajustes (como sempre) correspondia à reposição do poder aquisitivo do salário corroído pela inflação.

Para as negociações com os trabalhadores, que a cada dia retomavam suas lutas com mais consciência, Getúlio coloca, em 1953, João Goulart no Ministério do Trabalho, numa tentativa de ganhar a simpatia dos trabalhadores. Enfrenta forte oposição dos militares, dos grandes empresários e do Imperialismo.

Nestes anos (1953), o poder aquisitivo do salário mínimo já baixara de 99.77 em 1952 (por ocasião do reajuste do salário mínimo nominal) 81.35.

Esta corrida entre o salário e os preços, como sabemos, faz parte das regras do jogo no capitalismo, isto é, é uma das formas de expressão da luta de classes, onde os assalariados lutam pela sua sobrevivência enquanto os capitalistas defendem os seus lucros.

Apesar da burguesia tergiversar sobre esta questão, afirmando que o aumento de salário leva à alta dos preços, João Goulart nesta ocasião (1953-1954), encaminhou sua opinião ao então (e ainda) Presidente da República.

"Não existe melhor estatística, senhor Presidente, para o pobre, do que o caderno de pagamento de suas contas, que lhe mostra de maneira irredutível a diminuição constante dos salários com a elevação vertiginosa dos preços das utilidades e dos gêneros essenciais à preservação da vida (...). Não são os salários que elevam os custos de vida. Pelo contrário, a alta do custo de vida é que exige salários mais elevados".⁴⁸

Ao encaminhar este relatório ao Presidente da República, o Ministério do Trabalho estava sustentando uma forma de encarar

a questão do relacionamento do aumento de salários com o aumento de custo de vida. Trata-se de uma questão política.

Uma prova do que se afirma é o destino que tiveram (nesta ocasião) o Ministro do Trabalho ao pedir um reajuste de 100% para os trabalhadores e o Presidente da República que o concedeu.

Em 1954, o Ministro do Trabalho, João Goulart, exige um aumento de 100% no salário mínimo. Os militares exigem o seu afastamento e em seguida a demissão de Vargas, no dia 24 de agosto de 1954.

Vale salientar aqui que mesmo, procedendo de modo a atender as reivindicações dos trabalhadores em alguns casos, o Estado dispõe (e faz uso) de outros mecanismos, que aplicados em suas políticas econômicas, terminam por obrigar os trabalhadores às poupanças forçadas. Mas não termina aí a luta de classes que se expressava nas políticas salariais. Existiam outras contradições.

O acirramento das lutas entre os setores que defendiam um modelo de desenvolvimento voltado para as necessidades internas do país (burguesia nacional), por um lado, e outras correntes que defendiam uma maior aproximação (leia-se subordinação) do capital estrangeiro (os latifundiários e o grande capital monopolista) de outro, terminaram por afastar o Ministro João Goulart e exigir a deposição de Getúlio. Este foi levado ao suicídio posteriormente.

Morto Getúlio, assume a presidência o seu vice-Presidente João Café Filho.

Durante o relativamente, curto período de governo, este conseguiu (entre 1954 e 1956) tomar decisões marcantes na história econômica do país com relação ao capital estrangeiro. Escolheu para Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, ardoroso defensor

do atrelamento da economia do país ao capital estrangeiro. Sua escolha para Ministro da Fazenda, portanto, representa (expressa) a ascensão deste grupo ao aparelho do Estado. Em 17/01/1955, encaminha ao Presidente da República a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crêdito (SUMOC e atualmente Banco Central do Brasil) abolindo qualquer restrição sobre as operações cambiais de empresas estrangeiras que viesse a se instalar no Brasil.

Mas apesar de todo o esforço despendido com estes objetivos, o grupo no poder que tinha a hegemonia da UDN e que dava sustentação a Café Filho foi derrotado por uma aliança entre o PSP e o PTB, sindicalistas e empresários.

Esta aliança assemelhava-se à que apoiava Getúlio Vargas em 1950, sendo que desta vez o pleito eleitoral foi mais concorrido e a posse mais cheia de controvérsias.

Entre as eleições em que a chapa vencedora conseguirá apenas 33% dos votos e a posse do presidente, foi necessário um "golpe preventivo" do general Teixeira Lott para garantir que o eleito fosse empossado.

Assim, durante o período compreendido entre 1956 e 1961, o país transformou-se no paraíso das empresas multinacionais. Estas, utilizando-se das concessões do Estado, desenvolvem as indústrias de bens de consumo duráveis, dando um grande impulso ao Departamento III da economia. Este departamento cresceu mais do que os Departamentos I e II. Esta desproporção acirrou as contradições do capitalismo no Brasil, acelerando o progresso da crise cíclica da economia que se manifesta na crise política, a qual desemboca no golpe militar de 1964. A desproporção inter departamental é tão importante que alguns economistas tomam esta contradição como sendo a principal responsável pelas crises no sistema capitalista. Não entendemos a questão desta forç

ma. Esta é uma questão importante. Todavia as crises são características intrínsecas do sistema capitalista. São componentes que fazem parte das contradições deste sistema.

II.5 - ESTADO, ACUMULAÇÃO MONOPOLISTA - 1956-1964

Entre 1956 e 1964 ocorreram o período do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o curto e controvertido governo de Jânio Quadros e, por fim, o Governo de João Goulart.

Destes, assumem maior relevância o primeiro, que foi um período caracterizado pelas altas taxas de acumulação e o último, pelas proporções que assumiu a crise que precedeu o golpe militar de 1964.

Nesta parte deste trabalho se chamará a atenção para a relação existente entre a intervenção do Estado no processo de acumulação do capital, em que uma pequena minoria de detentores dos meios de produção fica cada vez mais rica, enquanto uma grande maioria dos detentores apenas da força de trabalho, se torna (é tornada) cada vez mais pobre. Entre 1956 e 1964, tanto as forças políticas representativas do capital como do trabalho entraram em conflitos constantes e características do sistema presentemente em análise.

No caso presente, e, em especial, no período de expansão e recessão da economia, que compreende maior parte do governo de Juscelino Kubitschek e os governos de Jânio Quadros e João Goulart, respectivamente, pode-se ver que, mesmo nestes períodos de "vacas gordas" do capitalismo, a correia tirada das costas dos trabalhadores torna-se cada vez mais larga. A não ser que estes se organizem e consigam reduzir o grau de exploração

do capital, e se preparem para um dia enterrar este sistema no lixo da história.

Mas a intervenção do Estado, a partir da segunda meta de da década de 50, assumiu formas e proporções diferentes e maiores do que as anteriores, que já se registrara no processo de acumulação no Brasil.

As intervenções do Estado no processo econômico, favorecendo o processo de acumulação do capital, vem sendo mostrada neste trabalho desde os títulos precedentes (cf. II.1 e II.2) onde se analisa os períodos anteriores; mas o que diferencia este (capítulo) daquele; no que diz respeito ao objeto de estudo, é o fato de o Estado ter que assumir as ações planejadas do capital a partir da IIa. Guerra Mundial. Esta intervenção tem contribuído para acelerar o processo de acumulação monopolista, ora favorecendo ac capital nacional, mas sempre beneficiando a acumulação do capital.

Segundo Mantega, "o Estado é tido como o centro racionalizador da economia, com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, provendo a necessária infra-estrutura para a expansão industrial e a canalização de recursos públicos para as novas atividades prioritárias".⁴⁹

Mantega mostra ainda nesta análise mais alguns aspectos contraditórios nas formas de intervenção do Estado, nas propostas de industrialização da CEPAL e no nacionalismo apregoado pelos seus defensores conforme se observa no seguinte discurso:

"O caráter nacionalista do desenvolvimento cepalino fica mais claro quando se aproxima o papel atribuído pelo capital estrangeiro no processo de industrialização e desenvolvimento nacional".⁵⁰ Assim, a CEPAL propunha o recurso ao capital estrangeiro (ou a "poupança externa") como fórmula mais indicada para aumentar a taxa de investimentos.

Nesta proposta de desenvolvimento da CEPAL, o Estado aparece como o "Estado razão", o Estado acima das classes, a partir do momento em que o mesmo aparece como o planejador de um desenvolvimento "nacionalista", que traz benefício para todas as classes da sociedade.⁵¹

Tomando como norteamento as sugestões da CEPAL, e seguindo o exemplo de Getúlio Vargas neste sentido, o governo de Juscelino Kubitschek lança mão das propostas do desenvolvimento.

Toma por base para orientação das ações do governo o PROGRAMA DE METAS, ou PLANO DE METAS. Este "programa" (quanto aos objetivos explícitos) estava inscrito no conjunto de quatro grandes realizações do governo de JK: o Programa de Metas, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Operação Pan-Americana (OPA) e a Construção de Brasília.

As razões para tão ambicioso leque de realizações podem ser colocadas de vários ângulos, dando margem a um processo de ricas discussões em torno da Economia Política Brasileira. Pois, dependendo da posição ideológicas, as concepções acerca da crise da economia podem variar, surgindo um programa destes como solução.

IANNI, por exemplo, afirma que, "em síntese, pode-se dizer que o Programa de Metas visava a transformar a estrutura econômica do País pela criação da indústria de base a a reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial".⁵²

Mas não fica somente nesta afirmação, o contexto em que o Estado brasileiro intervém na economia, priorizando, exatamente, aquelas áreas que são vitais para acumulação e a reprodução do capital.

Apesar de ter sido o setor automobilístico e a constru

ção civil, em especial a construção de Brasília, o que mais saltou a vista, pelo impacto social e econômico que causaram, as metas (36 ao todo) em geral privilegiaram os setores mais importantes (direta ou indiretamente) para a reprodução do capital no país.

E foram dentre todas elas as que mais atendiam a estes objetivos as que mais superaram as demais. Energia e transporte são os setores que mais se desenvolveram.

Conforme o quadro seguinte, (nº 1) forçado é concluir que o capital estrangeiro foi o grande privilegiado no conjunto das realizações do Programa de Metas:

QUADRO Nº 1

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS INVESTIMENTOS NO QUADRO DA INSTITUIÇÃO 113
1955-1959

SETORES	MILHÕES DE DÓLARES	PORCENTAGEM
Não manufaturados	1,7	0,43
Serviços Públicos	0,3	0,08
Minas	14,2	3,59
Siderurgia-Metalúrgica	41,9	10,56
Máquinas e Automóveis	213,3	53,90
Têxteis	17,9	4,52
Química e Farmacêutica	41,5	10,49
Madeiras e Borracha	26,6	6,72
Papel	11,0	2,78
Alimentos	11,4	2,88
Plásticos	4,9	1,24
Materiais de Construção	9,1	2,30
Diversos	2,0	0,51
TOTAL	395,7	1100,00

FONTE: Serviço Banas - Brasil, 1959/60. in: 1 Quinquênio de Expansão Industrial - Revista Brasileira, nº 31, 1960.

Valendo-se da Instrução nº 113, as empresas estrangeiras ocuparam os setores mais dinâmicos da economia. E, apesar das diferentes origens do capital monopolista, que foi investido no país, o norte-americano foi o que liderou os demais.

Conforme pode-se observar no quadro abaixo, a entrada de capitais estrangeiros no país elevou-se significativamente, de forma a aumentar a dependência da economia em relação às nações do centro do imperialismo correspondendo, portanto, à necessidade daqueles países na sua tendência à exportação para os mercados dos países da periferia apesar de esta exportação predominar entre os países desenvolvidos, entre os países imperialistas já industrializados.

QUADRO Nº 2

ENTRADA DE CAPITAL PRIVADO NO BRASIL - 1947-1961

ANO	MILHÕES DE DÓLARES
1947	47
1948	80
1949	32
1950	29
1951	70
1952	118
1953	95
1954	75
1955	109
1956	249
1957	356
1958	230
1959	248
1960	176
1961	300

FORTE: Pierre Salamá, Le proces du Sous-developpement, Maspéro, Paris, 1972.
 IN: Dawbor, Ladislaw. A formação do capitalismo dependente no Brasil, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

A morte de Getúlio Vargas deixou claras algumas ques
tões sobre as investidas do imperialismo no Brasil. Em 1954,
depois de denunciar em carta testamento que os lucros das empresa
s estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. E que nas declaraç
ões de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas
de mais de 100 milhões de dólares por ano, o Presidente tornou
evidente que o capital estrangeiro tinha fortes motivos para
corromper, subornar e se preciso usar da força mais brutal pos
sível para espoliar as nações e em especial o proletariado de
todos os países.

Fica caracterizado que no governo de Café Filho ocor
reu uma composição de forças em que o Estado tomou rumos dife
rentes daqueles que norteavam o governo anterior. Era apoiado
"por uma aliança informal de centro-direita entre empresários,
políticos, União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social
Progressista (PSP) (logo, o que existia de mais reacionário na
época, em termos políticos" (M.D.A.), visava a contenção das
classes trabalhadoras e ao estímulo da penetração de interesses
multinacionais e dos latifundiários.

Ferreira Lima mostra que "os investimentos estrangei
ros realizados no quadro da Instrução 113 eram essencialmente a
mericanos (norte-americanos, M.D.A.) (49,9%), seguidos dos capita
is alemães (17,9%), suíços (6,0%), franceses (4,1%), japonese
s (4,0%), ingleses (3,9%) e italianos (3,5%)".⁵³

O mecanismo proporcionado pela Instrução 113 favoreceu
aos capitais estrangeiros que são investidos no Brasil: Estes
aumentaram, consideravelmente, a partir de 1955. De 75 milhões
de dólares no ano de 1954 elevaram-se para 109 milhões de dôla
res em 1955 (conforme quadro nº 2).

Nos dez anos anteriores a 1955, isto é, entre 1945 e
1955, "o esforço do mundo capitalista, sob a liderança dos Esta

dos Unidos da América estivera concentrado na tarefa de reconstrução da Europa arrasada pela guerra".⁵⁴

Ocorre que a partir de 1955, a situação política do Brasil estava mais propícia para investimentos estrangeiros do que no governo de Vargas, devido as restrições daquele governo ao capital forâneo.

Assim, depois dos investimentos feitos no Brasil em infra-estrutura como siderurgia, grandes estradas, insumos componentes do capital constante, e especialmente leis favoráveis à entrada destes capitais sob a tutela do Estado no governo de Café Filho, o país se torna um dos mais prediletos mercados de investimentos para o capital internacional.

Além de se tratar de um dos chamados países semi-industrializados, algumas tecnologias caídas em obsolescência nos países mais desenvolvidos, isto é, no centro do imperialismo, poderiam ser transferidos para os países "periféricos", onde a força de trabalho era mais barata. Isto, entre outras razões, devido ao baixo nível de organização dos trabalhadores devido às constantes intervenções do Estado no Processo de acumulação, favorecendo o aumento das taxas de lucro.

O autor (Brum), aponta para os casos das empresas multinacionais, General Motors, por exemplo, que "transfere para o Brasil uma fábrica de veículos há cinco anos desativada na cidade de Detroit, nos EUA, enquanto a Volkswagen aproveita o dinheiro da venda de cinco mil carros ao Brasil para iniciar aqui a sua hoje poderosa indústria montadora de veículos".⁵⁵

Com este procedimento adotado pelo capital monopolista internacional, os investimentos estrangeiros no país, entre 1955 e 1961, somam a vultosa quantia de 1.667 milhões de dólares contra 488 milhões de dólares nos 5 anos anteriores.

Esta procura do capital estrangeiro pelos setores de

transportes e química, assim como outros ramos dinâmicos da economia não ocorre sem a perda do dinamismo das chamadas indústrias tradicionais.

Maria da Conceição Tavares chama a atenção ao fato de que, em 1949, o Departamento II (produção de bens de consumo não duráveis) da economia era o mais dinâmico, enquanto o Departamento III (de produção de bens de consumo duráveis) não tinha a mesma expressão.

"Em 1949, apenas duas indústrias eram responsáveis, em conjunto, por mais de 50% do valor da produção total das indústrias de transformação" (...) já em 1958, a participação daquelas duas indústrias tinha baixado para 36%, e em 1961 representava apenas 34% do valor global da produção".⁵⁶

Nota-se nestas análises que à medida que os grandes capitais iam se concentrando nestes setores mais dinâmicos da economia global, os ramos do Departamento II da economia iam perdendo em termos proporcionais a sua participação.

Nas indústrias mecânicas, metalúrgicas, material elétrico e material de transporte as porcentagens apresentadas por Conceição Tavares confirmam esta diferença no ritmo de crescimento para os diferentes Departamentos da economia.

Afirmava ainda que: "O grupo como um todo aumentou a sua participação de 22% em 1949 para 38% em 1958 e 41% em 1961".⁵⁷

Conceição Tavares insiste no fato de que não é um problema de "subconsumo" (tese defendida entre Celso Furtado e outros) o que afeta ciclicamente a economia brasileira.

"Reafirmamos mais uma vez que o caráter cíclico do investimento só pode ser buscado na forma que toma a concorrência

oligopolística dos setores líderes e no desempenho do Estado como produtor e investidor pesado".⁵⁸

Apesar de não ser este o objetivo central deste trabalho, cumpre-nos registrar que não se defende a tese da desproporção intersetorial ("desproporcionalista") fundamentada por Conceição Tavares, F. Oliveira, F. Mazucheli entre outros.

As crises cíclicas são intrínsecas ao sistema capitalista. Neste modo de produção, as economias passam por períodos cíclicos de expansão, recessão e crise. (Mas se retomará esta questão no fim deste capítulo).

Uma das características que marcaram a economia brasileira neste período de expansão foi a participação do Estado no setor I (Departamento I) (produtor de bens de produção. Isto tanto nos ramos ligados ao capital constante fixo como nos ramos do capital constante circulante.

Não que esta participação do Estado como forma de baratear o capital constante das empresas particulares e facilitar a rotação do capital tenha começado com o Programa de Metas. Desde a década de 40 e início da década de 50 que a infra-estrutura para o desenvolvimento deste padrão de reprodução vinha sendo implantada. Este, inclusive, era parte do projeto nacionalista de Getúlio Vargas no fim do seu primeiro governo.

O que ocorreu foi a expansão destes empreendimentos em que o Estado era levado a atender as necessidades das empresas nacionais que passaram a se associar às estrangeiras para terem acesso as mesmas vantagens destas.

Ferreira Lima chama a atenção para o fato de que "O dispêndio total com o Programa de Metas, no quinquênio de 1957 a 1961, está avaliado em 338 bilhões de cruzeiros, incluindo-se aí 2.318,5 milhões de dólares".⁵⁹

Com esta participação do Estado, foi possível ao se

tor público desenvolver os projetos que viabilizaram a produção no seguinte subsetor, constante no quadro nº 3.

QUADRO Nº 3

PRODUÇÃO DE AÇO EM LINGOTE

ANOS	MIL TONELADAS
1955	1.162
1956	1.281
1957	1.495
1958	1.590
1959	1.800
TOTAL	7.328

FONTE: Relatório do Banco do Brasil 1956 e 1959.

A produção de celulose foi elevada entre 1955 e 1959 de 68 mil toneladas para 395 mil toneladas neste mesmo período; a produção de cimento foi elevada de 2.692 mil toneladas para 4.346 mil toneladas; a produção de metais não ferrosos evoluiu dentro do seguinte quadro: (nº 4).

QUADRO Nº 4

PRODUÇÃO DE METAIS NÃO FERROSOS
(EM TONELADAS)

PRODUTOS	1955	1956	1957	1958	1959
Alumínio	1.164	1.278	8.885	9.950	16.000
Chumbo	3.654	3.510	3.518	3.750	7.000
Cobre	-	1.940	1.906	1.500	3.840
Estanho	1.203	1.569	1.423	1.800	3.000

FONTE: Relatório do Banco do Brasil - Programa de Metas. in: Ferreira Lima, Heitor, op. cit., pp. 11-12.

Além destes empreendimentos que já seriam suficientes para caracterizar a participação massiva do Estado no processo de acumulação capitalista na economia, o autor (Ferreira Lima) cita ainda como "maiores realizações da atual época" (1960) ou tras realizações do Plano de Metas. A primeira é a construção de Brasília, que provocará a interiorização de nossa economia, levando o progresso para a hinterlândia (...). A segunda "é a abertura de imensas rodovias, ligando pontos extremos do país, como a de Belém-Brasília-Porto-Alegre, de 4.550 quilômetros; a Rio-Belo Horizonte-Brasília, de 1.200 quilômetros e ou tras de menor extensão".⁶⁰

A pavimentação rodoviária que evolui de 3.133 quilômetros para 8.886 entre 1955 e 1959 e os investimentos no Nordeste com a criação da SUDENE, neste governo, também foram muito citados pelos defensores do desenvolvimentismo via intervenção do Estado.

A concentração do capital nos ramos mais dinâmicos da produção levou a economia a um processo de centralização do ca pital em mãos de um número cada vez menor de empresas.

As máquinas e implementos transferidos do centro das matrizes das multinacionais) do imperialismo eram obsoletas pa ra as condições médias de desenvolvimento das forças produtivas dos países de origem. Mas para a periferia do sistema imperialista, estas tecnologias eram avançadas; eram mais elevadas do que as condições médias de produção, considerando-se o conjunto da economia dentro das mesmas condições sociais.

A aplicação ou a inversão direta de capitais aqui no Brasil, como país semi-industrializado nos setores mais dinâmicos, como: no de produção de bens de consumo duráveis, a despeito do supra citado, casos da Volkswagen e da General Motors, por exemplo; eleva a composição orgânica do capital, proporcionando

a estas empresas lucros extraordinários, nestes setores, isto implica que na diminuição do valor das mercadorias ali produzidas, fenômeno que será compensado com a intervenção do Estado, mantendo as referidas taxas de lucro, regulando os preços da força de trabalho. Deste aspecto, trataremos a seguir.

Há uma forte inclinação neste trabalho em se concordar com Theotônio dos Santos no sentido de que: "Esta forma dominante e privilegiada da transferência tecnológica baseia-se, em grande parte, na intervenção do Estado nos países dependentes" (...). Portanto, tanto nos países onde estão localizados as matrizes das empresas multinacionais como naqueles em que são implantadas suas filiais.

"(...) Nos países dominantes, o Estado concede créditos internacionais necessários para financiar a remessa de mãquinas para os países dependentes; isto permite ao investidor privado evitar o desembolso inicial do capital. O Estado e os centros financeiros multilaterais absorvem o custo dos estudos de viabilidade e de pesquisa de mercado que precedem todo investimento e facilitam a transferência de técnicas e de pessoal qualificado".⁶¹

No caso presente, diga-se, não foi o investimento (país) mas o devedor que arcou com as despesas citadas acima.

Depois de entrar em vigor a Instrução 113 da SUMOC e os incentivos governamentais, as empresas multinacionais tinham em pouco tempo retirado de volta ou reinvestido o equivalente ao seu capital inicial, quando para aqui transportaram suas fi-
liais, devido às vantagens que lhes eram oferecidas.

Quanto ao pessoal especializado, a força de trabalho adequada à "nova" tecnologia nas condições do Brasil, também aí os investidores estrangeiros e nacionais contaram com a "solidariedade" do Estado.

Já se falou neste trabalho acerca da intervenção do Estado no processo de produção da força de trabalho atender as necessidades das indústrias recém-instaladas no mercado. (ver II.2).

O SENAI, na segunda metade da década de 50, ajuda a cumprir mais uma vez esta função junto ao Estado.

Ferreira Lima cita o fato de o mesmo (SENAI) estar treinando 3.800 operários "de diversas qualificações para as empresas automobilísticas instaladas no país". Cita ainda o fato de o Brasil "precisar de 461 engenheiros diversos dentro de um prazo de três anos (...) para as regiões mais industrializadas e (...) "aproximadamente 5.000 (engenheiros não civis) para todo o Brasil".⁶²

A diferença existente destes novos operários especializados saídos do SENAI no fim da década de 50 para aqueles preparados no início da sua fundação é que, enquanto aqueles tinham os salários nominais nivelados "por baixo", nestes os salários não são podados na sua fixação. Neste caso, é a inflação que vai se encarregar de reduzir os salários que os trabalhadores conseguiam elevar com os processos grevistas.

Mas nestes ramos da produção, os salários são relativamente mais elevados do que os de outros ramos do Setor II (produção de bens de consumo não duráveis).

Isto porque, com a centralização e a concentração do capital em um número reduzido de empresas com maior índice de produtividade, vai ocorrer, também uma concentração dos salários nestes ramos da produção. Pois com a elevação da produtividade as empresas podem pagar melhores salários, principalmente aos especialistas.

Esta formulação é confirmada por grande parte dos estudiosos da economia política. Mantega e Moraes, por exemplo,

que "o processo de centralização do capital pode ser constatado pelo fato de que as empresas de mais de 250 pessoas ocupadas aumentam sua participação relativa, tanto no valor da transformação industrial, quanto no total de salários pagos e de energia elétrica utilizada (...). E que, em 1959, estas empresas empregaram 42,2% do pessoal ocupado (36,6 em 1949) agregavam 50% do valor da transformação industrial (46,2% em 1949) e pagaram 50,2% do total dos salários (47,5 em 1949).

Esta estrutura produtiva tendia a concentrar ainda mais o capital, dadas as formas de intervenção do Estado, que apoiava direta e indiretamente as grandes empresas, favorecendo ao capital monopolista estrangeiro e nacional.

Uma destas formas concretas de ações do Estado na acumulação do capital foi as linhas de crédito criadas nesta fase. Conforme afirma Nilson Araújo de Souza:

"Sem dúvida, o Estado desenvolveu um mecanismo de crêdito a longo prazo, cujo objetivo era incentivar as áreas de produção definidas no Plano de Metas como prioritárias".⁶³

Forçado é admitir que, desta forma, depois das teses defendidas pela CEPAL, BNDE e a Comissão Brasil-EUA e, posteriormente, organizada no Plano de Metas, o Estado através do crêdito financiava as empresas privadas.

Nos meados da década de 50, o Estado foi conduzido, num processo de luta que expressava os interesses de classes, a adotar uma política intervencionista e favorável ao capital estrangeiro, através da Instrução 113, por exemplo. Depois é o próprio Estado que, sendo a expressão do processo de luta de classes que se desenvolvia no terreno econômico, assumia o ônus da acumulação do capital, via financiamentos módicos.

Nesse sentido afirma, ainda Souza: "tratava-se da con

cessão de crédito a longo prazo a baixas taxas de lucro pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Estatal)".⁶⁴

No final de contas, o Estado vai buscar onde os recursos para tantas modalidades de concessões as grandes empresas? Poderia ser reduzindo os salários dos trabalhadores através de mecanismos de "poupança forçada". Mas estes estavam cada vez mais mobilizados pelos seus salários que o governo não conseguia reduzi-los abertamente.

Este tipo (ou modelo) de crescimento que se registrou no Brasil no período em estudo, tem possibilidade de agravar muito mais a economia nas suas fases de descenso, pois endivida o Estado, e nos momentos de crise agrava a situação de desemprego e aumento do número de falências das pequenas empresas que não tenham acesso ao crédito.

Ocorre que toda economia capitalista já traz como características intrínsecas o fato de passar por períodos alternados de expansão, descenso e recessão.⁶⁵ Depois da expansão que se apresentou até aqui (entre 1956-1961) começa então a se manifestar os sintomas que se pode caracterizar como crise (de superprodução) do capital. Assim descrevem Mantega e Moraes estas características:

"Se tomarmos os indicadores gerais teríamos a diminuição da taxa de inversão privada, em 1962, como primeira manifestação visível da crise que seguiria. Os efeitos desta retração no processo de acumulação de capital se fazem sentir no ano seguinte, em que a taxa de crescimento da produção industrial é negativa (-1,7%). A taxa de expansão da produção de bens de capital declina em 13,7%, a do setor de bens de consumo duráveis em 3,0% e a de bens de consumo não duráveis em 1,2% relativamente a 1962".⁶⁶

Não podendo ser reconvertido o capital (como se obser

va, em 1962) está se configurando um quadro que denota a presença de crise na economia brasileira: "impossibilidade de reconversão de dinheiro em capital produtivo".⁶⁷

Com as dificuldades de realização do valor, decorrente da diferença entre quantidade de mais-valia produzida e a forma de apropriação, que é também uma das características do capitalismo, a tendência foi o agravamento e generalização do processo de crise (ou pelo menos a possibilidade de sua constatação).

Resta-nos saber, por fim, qual a situação da agricultura no momento em que se acirram os conflitos sociais em meio à crise econômica. Mantega afirma o seguinte a esse respeito:

"Do ponto de vista global do setor agrícola temos que, no período 1950-1970, enquanto a taxa média anual de crescimento do produto industrial atingiu 8,9%, o produto agrícola crescia as medíocres taxas de 4,4%. E particularmente nos anos da crise (1963 e 1964), o produto agrícola cresce em 1,0% e 1,3%" (...).⁶⁸

Como a agricultura é responsável por grande parte de insumos para indústria e é o subsetor que garante grande parte da produção do setor II (de produção de bens de consumos não duráveis, se poderia esperar que sustentasse a reprodução da força de trabalho).⁶⁹

Mas vale registrar ainda aqui que, apesar de todas as mudanças ocorridas nas formas de poder após a revolução de 1930: ascenso da classe operária, desenvolvimento da indústria, criação de partidos políticos nacionais, períodos de ditadura alternando-se com períodos de liberalismo econômico, etc., não se registrou nenhum movimento que conseguisse modificar a estrutura fundiária, que permanecia mantendo o poder dos latifundiários e entrvando a produção.

Basta ver que os partidos que representavam os grandes proprietários de terra, de uma forma ou de outra em nenhum momento deixaram de participar do governo.

Tanto o PSD como a UDN nunca deixaram de participar de todos os processos eleitorais com candidatos próprios. E quando um desses partidos ficava fora do poder devido ao resultado das eleições, por lançarem candidatos diferentes do partido que ganhava, com programas divergentes (em certos aspectos mas idênticos no fundamental), logo após as eleições, retomavam suas posições. Mesmo aqueles populistas, como é o caso do PTB, que foi criado para servir de massa de manobra. Exemplos referenciais do que se afirma são as eleições de 1945, onde o PTB apoiou Dutra nestas eleições, seguindo orientação de Getúlio Vargas), em 1947 fez aliança com a UDN que fora "oposição", ficando o PTB excluído de participar do poder em que era hegemôni^{co} no governo de Dutra. Outro exemplo nesse sentido foi o que ocorreu nas eleições de 1950, onde se criou o "pacto" tam^{bém} populista entre o PSD e o PTB. Neste último exemplo, o Partido Comunista do Brasil (PCB), que se despontava como quarto maior partido nas eleições de 1945 (cf. II.1) fora posto na ilegalidade, situação em que se encontrava, em 1950, não teve oportunidade de participar do processo eleitoral.

Assim, o PTB era o partido que pretendia aparecer como representante da burguesia progressista e do proletariado. Este participou da chapa com o PSD, ocupando apenas um ministério (o do trabalho), enquanto os demais foram distribuídos entre os representantes da UDN e do PSD.

Estas alianças do PSD, Partidos dos latifundiários e o PTB que misturava pelegos e outras falsas representações de trabalhadores perduraram até o golpe militar de 1964. Mas a história encarregou-se de desmacará-los.

O fato de estes partidos representantes dos latifundiários continuarem no poder devido ao caráter da revolução de 30, expressam as razões de, não obstante, as mudanças ocorridas na sociedade, conservar-se a mesma estrutura agrária. Esta, por sua vez, é a base que mantém a natureza do Estado brasileiro, que é essencialmente oligárquico e ter verdadeiro verdadeiro pavor à palavra reforma agrária.

Os dados estatísticos são alarmantes ao expressarem esta situação. Em 1920, 75,5% dos estabelecimentos agrícolas (pequenos) ocupavam apenas 9,0% da área total ocupada, enquanto 4,5% dos estabelecimentos considerados grandes ocupavam 63,0%. Quanto aos médios, 24,0% ocupavam 28,0% da área total. Em 1980, 89,0% dos estabelecimentos ocupavam apenas 21,0% da área, enquanto 0,9% dos estabelecimentos grandes possuía quase a metade de toda área ocupada (45,0% do total).⁷⁰

Segundo a mesma fonte citada anteriormente se tomarmos como critério o Índice de Gini, podemos constatar que a concentração da terra no Brasil dentro do período em estudo (1920-1984) varia de 0,904 a 0,941, o que demonstra ter se acentuado a concentração fundiária, apesar de todo desenvolvimento da indústria que se registrou em todo este período.

O país de maior concentração fundiária do mundo, já que segundo estes critérios, quando o índice de Gini atinge entre 0,251 a 0,500, classifica-se a concentração (fundiária) como muito forte, e entre 0,701 a 0,900, classifica-se como absoluta. Poucos países do mundo continuam com esta estrutura fundiária. Nem mesmo aqueles que permanecem no atraso, ou a maioria dos países capitalistas, pois estes já fizeram a sua reforma agrária.

Nestas condições de concentração da terra, o que se constata é uma interação entre o Estado (o poder) e a estrutura

O fato de estes partidos representantes dos latifundiários continuarem no poder devido ao caráter da revolução de 30, expressam as razões de, não obstante, as mudanças ocorridas na sociedade, conservar-se a mesma estrutura agrária. Esta, por sua vez, é a base que mantém a natureza do Estado brasileiro, que é essencialmente oligárquico e ter verdadeiro verdadeiro pa vor ã palavra reforma agrária.

Os dados estatísticos são alarmantes ao expressarem esta situação. Em 1920, 75,5% dos estabelecimentos agrícolas (pequenos) ocupavam apenas 9,0% da área total ocupada, enquanto 4,5% dos estabelecimentos considerados grandes ocupavam 63,0%. Quanto aos médios, 24,0% ocupavam 28,0% da área total. Em 1980, 89,0% dos estabelecimentos ocupavam apenas 21,0% da área, enquanto 0,9% dos estabelecimentos grandes possuía quase a meta de de toda área ocupada (45,0% do total).⁷⁰

Segundo a mesma fonte citada anteriormente se tomarmos como critério o Índice de Gini, podemos constatar que a con cen tração da terra no Brasil dentro do período em estudo (1920-1984) varia de 0,904 a 0,941, o que demonstra ter se acentuado a con tração fundiária, apesar de todo desenvolvimento da indústria que se registrou em todo este período.

O país de maior concentração fundiária do mundo, já que segundo estes critérios, quando o Índice de Gini atinge en tre 0,251 a 0,500, classifica-se a concentração (fundiária) co mo muito forte, e entre 0,701 a 0,900, classifica-se como abso- luta. Poucos países do mundo continuam com esta estrutura fun diária. Nem mesmo aqueles que permanecem no atraso, ou a maio ria dos países capitalistas, pois estes já fizeram a sua refor- ma agrária.

Nestas condições de concentração da terra, o que se constata é uma interação entre o Estado (o poder) e a estrutura

A nível internacional, ocorrera o XX Congresso do PUCS, cujo resultado foi uma guinada de 180° à direita no que diz respeito às lutas de classe.

"As resoluções do XX Congresso do PCUS exerceram grande influência sobre o desenvolvimento do movimento comunista no Brasil, sua tática e estratégia".⁷²

Após este evento, o Partido Comunista do Brasil (PCB) realizou o seu V Congresso, acompanhando o PCUS a nível nacional e internacional.

"Em março de 1958, o PCB elaborou uma orientação política, que, em 1960, foi aprovada no V Congresso. (...)" "O PCB lançou a palavra de ordem de luta por profundas reformas de estrutura 'dentro do atual sistema', aprovou a orientação para o desenvolvimento pacífico da revolução".⁷³ (grifo, MDA).

Esta posição do CC do Partido deu origem a um relativamente longo processo de luta ideológica interna levando-o a se reorganizar em 1962.

Após sua reorganização, sem grandes possibilidades imediatas, no que diz respeito a número e organização, embora fortalecido ideologicamente, o partido lança seu Manifesto Programa, onde (com base na estatística oficial do país, isto é, segundo os dados do Imposto de Renda) afirma que; "em 1959, 1,02% dos contribuintes, ou seja, menos de 2.500 firmas detinham 67,9% do montante dos lucros tributados. Destes contribuintes, 54 firmas declararam ter um lucro de 27 milhões de cruzeiros, ao passo que 225.031 pequenas empresas obtiveram um lucro de 16,2 milhões de cruzeiros" (...) Segundo o Manifesto, ainda uma Comissão Comercial Norte-Americana que visitou o país publicara, em relatório, através do "Correio da Manhã" de 9-10-60, que não é raro que uma fábrica se pague em um ou dois anos" no Brasil".⁷⁴

O Manifesto afirma ainda que, "Quando o sistema vigente e suas instituições se tornam caducos, constituem obstáculos ao avanço da sociedade e fonte de iniquidade e sofrimento para milhões de pessoas, não existe alternativas senão substituir o velho pelo novo regime" (...). E nesse sentido, afirma ainda, demonstrando que o Partido Comunista do Brasil não alimentava nenhuma ilusão de classe, ser "Impossível resolver os problemas fundamentais do povo nos marcos do atual regime".⁷⁵ (grifos nos sos, MDA).

Enquanto isto, a parte majoritária (numericamente) da esquerda brasileira confia no caráter progressista da burguesia, que em meio à crise, se alia ao capital estrangeiro, traindo os trabalhadores que pagam um preço elevadíssimo após o golpe militar de 1964.

Diante do exposto, concorda-se com Mantega e Moraes ao avaliarem que a crise de 1964 é "a unidade de determinações econômicas (as contradições oriundas do estilo de desenvolvimento capitalista brasileiro na década de 60, apoiado no Estado e no capital estrangeiro, numa conjuntura de baixa do ciclo industrial e de dificuldades no setor agrário, em que não conseguiram ser postos em prática mecanismo que contrabalançassem a tendência ao descenso de taxa de lucro (grifos nosos, MDA) e políticos (ascensão do movimento de massa no contexto de um governo de inspiração democrática-nacional".⁷⁶

NOTAS

- 1- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento no Brasil (1930-1970). 3a. edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, pg. 17.
- 2- IDEM, p. 23.
- 3- SZMEREZANYI, Thomás. O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975). Hucitec-UNICAMP, São Paulo, 1979, pg. 163.
- 4- IANNI, Octávio. Op. cit., p. 35. Sobre as políticas adotadas por Vargas. Ver: As Diretrizes da Nova Política no Brasil. Livraria José Olímpio, Editora, Rio de Janeiro, 1942, p. 209.
- 5- Retrato do Brasil nº 12, p. 71-72.
- 6- Artigo 38 da Constituição de 1937. In: Retrato do Brasil nº 7, p. 46.
- 7- IDEM.
- 8- A noção do bloco neste caso, é tomado pelo autor como a "articulação interna de uma dada situação histórica" ou "unidade de estrutura e superestrutura, de elementos opostos distintos", ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante das superestruturas é a reflexão conjunta das relações sociais da produção". In: 1964: A Conquista do Estado. p. 40.
- 9- BRASIL. Constituição de 1937, art. 35. In: IANNI, Estado e Planejamento no Brasil, 1930-1970, Civilização Brasileira, 3a. edição, p. 46.

- 10- FONTE: DASP; Indicador da Administração Federal, Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1957, Alberto Venâncio Filho, A Intervenção no Estado no Domínio Econômico, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1968; Mário Vagner Vieira da Cunha, o Sistema Administrativo Brasileiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, 1963; Rômulo Almeida, Experiência Brasileira de Planejamento, Orientação de Controle de Economia, Edição de Estudos Econômicos, Rio de Janeiro, 1950. In: IANNI, Octávio. Op. cit., p. 24.
- 11- OLIVEIRA, Francisco de. Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista. CEBRAP, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 4a. edição, p. 42.
- Para melhor esclarecimento da questão dos custos de reprodução da força de trabalho ver MARX, Karl. O Capital, Livro 1, vol. 1, Capítulo V. "A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho, e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho".
- 12- DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 24.
- 13- VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Paz e Terra, 2a. edição, p. 235.
- 14- VIANA, Luiz Werneck. Op. cit., p. 239.
- 15- IANNI, Octávio. Op. cit., p. 34.
- 16- CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). Editora DIFEL, 1976, p. 121.

- 17- POULANTZAS, Nicos. O Estado em Crise. Graal, 1977. p. 23.
- 18- ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Civilização Brasileira, 8a. edição, p. 191.
- 19- IDEM.
- 20- IDEM.
- 21- SODRÉ, Nelson Werneck. Brasil Radiografia de um Modelo. Editora Vozes, 5a. edição, p. 71.
- 22- I Congresso Brasileiro de Economia. I, p. 197. In: CARONE, Edgard. O Estado Novo, DIFEL, p. 115.
- 23- DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 25.
- 24- IDEM.
- 25- CARONE, Edgard. Op. cit., p. 121.
- 26- CARONE, Edgard. Op. cit., p. 217.
- 27- Em 1939 tinham 275 grandes bases em 31 países (entre eles o Brasil, MDA) e mais de 1.400 locais de estacionamentos para ações militares de emergência. Os dólares marcados. in: Retrato do Brasil, nº 6, p. 70.
- 28- CARONE, Edgard. Op. cit., p. 241.
- 29- DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 25.
- 30- CARONE, Edgard. A Quarta República. DIFEL, 1980. Op. 5.
- 31- CARONE, Edgard. A Quarta República, (1945-1964).
- 32- DUARTE, Pereira Osny. O que é a Constituição? Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, 2º volume, pp. 154-162, p. 101. In: IANNI, Octávio, Op. cit., p. 76.

- 33- POULANTZAS, Nicos. Estado em Crise, Graal, 1977. p. 33.
- 34- CARONE, Edgard. Op. cit., p. 28.
- 35- SKIDMORE, Thomas. Brasil - De Getúlio a Castelo. Paz e Terra, 7a. edição, p. 105: Sô no Estado de Minas Gerais te ve a candidatura de Cristiano Machado um apoio capaz de oferecer a Getúlio alguma ameaça real.
- 36- SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p. 106: "Durante a campanha, Gomes chegou mesmo a defender o repúdio à lei do salário mínimo. Por igual aceitou o apoio formal da última leva de integralistas da Plínio Salgado, agora organizados co mo Partido de Representação Popular (PRP).
- 37- Getúlio Vargas investiu contra a inflação e a falta de pro gresso real dos salários dos trabalhadores urbanos, pro metendo uma renovada campanha de proteção ao proletaria- do através de medidas de bem estar social". (cf. DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 30).
- 38- IDEM.
- 39- SKIDMORE, Thomas. Op. cit., pp. 112-113.
- 40- Getúlio Vargas. In: IANNI, Octávio. Op. cit., p. 113.
- 41- Neste trabalho, embora Francisco de Oliveira se refira a "padrão de acumulação", prefere-se considerar como corre- to PADRÃO DE REPRODUÇÃO, dada a abrangência que envolve esta última categoria.
- 42- Para explicar a reprodução ampliada do capital tomamos o es- quema de reprodução de MARX, K. L. 2, V. 3, capítulos XX e XXI. Neste esquema todo o capital social está dividi do em 2 sessões. A secção I, que deve produzir meios de produção, e a secção II, produtora de meios de consumo.

Esta secção está subdividida em meios de consumo necessários, IIa e numa subsecção que produz meios de consumo de luxo, a subsecção IIb. Michael Kalecki, em sua Teoria da Dinâmica Econômica — ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista, Parte II. "A determinação dos lucros e da renda nacional", amplia o esquema de Marx para introduzir um departamento de bens de consumo para os capitalistas, que corresponde, no caso que estamos tratando, ao departamento produtor de bens de consumo duráveis, grosso modo. Adotaremos, aqui, a seguinte divisão: Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que são também capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo para o trabalhador, que estamos chamando de bens de consumo não duráveis; e Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, que estamos chamando de bens de consumo duráveis". Conforme, Francisco de Oliveira, Economia da Dependência Imperfeita, Graal, 2a. edição, p. 77.

- 43- Getúlio Vargas. Mensagem ao Congresso Nacional. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1952, pp. 10-11 e 18. In: IANNI, Octávio. Op. cit., p. 113.
- 44- LEX. Legislação Federal, 1953. Marginália. p. 250-251. In: CARONE, Edgard. A Quarta República, DIFEL, 1980, pp. 377-378.
- 45- CANDAL, Anibal. A Industrialização Brasileira. Diagnósticos e Perspectivas. In: Formação Econômica do Brasil - a experiência da industrialização. Série ANPEC, 1978, p. 264.

- 46- MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. POLIS/VOZES, 2a. edição, p. 64-65.
- 47- AFONSO, Carlos A. e SOUZA, Herbert de. O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Paz e Terra, 1977, pp. 51-56.
- 48- Relatório de 22 de janeiro de 1954. In: Inflação e Monopólio de A. P. Guimarães, p. 117.
- 49- MANTEGRA, Guido. Industrialização, Intervencionismo Estatal e Nacionalismo. In: MANTEGA, G. A Economia Política Brasileira. Polis/Vozes, 2a. edição, p. 39.
- 50- AMÉRICA LATINA. El Pensamiento de la CEPAL. In: MANTEGA, Guido. Op. cit., p. 40.
- 51- Sobre esta questão sugere-se ver o trabalho de Horácio Martins de Carvalho: Planejamento e Estado nas Sociedades Capitalistas. In: Encontros com a Civilização Brasileira, nº 9, p. 49-77.
- 52- IANNI, Octávio. Planejamento no Brasil 1930-1970. Civilização Brasileira, 3a. edição, p. 150.
- 53- LIMA, Heitor Ferreira. História Política Econômica e Industrial do Brasil. Editora Nacional, São Paulo, 1973, 422 p. In: DAWBOR, Ladislau. Op. cit., p. 186.
- 54- BRUM, Argemiro. Op. cit., p. 62.
- 55- BRUM, Argemiro. Op. cit., p. 62.
- 56- CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. Da Substituição de Importação ao Capital Financeiro. Ensaio sobre Economia Brasileira. Zahar Editores, 9a. edição, nº 92.

- 57- CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. Op. cit., p. 92. Esta tese levou a estudiosa de economia à formulação de que as crises da economia brasileira se devia à desproporção do crescimento interdepartamental. (caráter cíclico do PIB). "Nossa hipótese geral de explicação para o caráter cíclico do PIB brasileiro a partir da segunda metade da década de cinquenta é de que este caráter é inerente a natureza desequilibrada da estrutura do crescimento industrial". (Sobre o processo de industrialização recente no Brasil. Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga de Mello Beluzo. Texto apresentado para a Reunião sobre industrialização Latino-Americana, pela CEPAL, Santiago do Chile, em 04/10/1978. Mimeo.
- 58- IDEM.
- 59- LIMA, Heitor Ferreira. Um Quinquênio de Expansão. In: Revista Brasiliense, nº 31 - setembro-outubro de 1960. p. 20.
- 60- LIMA, Heitor Ferreira, Op. cit., p. 14.
- 61- DOS SANTOS, Theotônio. Transferência Tecnológica e Reestruturação do Capitalismo. In: Economia & Desenvolvimento, nº 1, Cortez Editora, p. 19.
- 62- LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 23.
- 63- SOUZA, Nilson Araújo de. Crisis y Lucha de Clases en Brasil - 1974-1979. Universidade Autónoma de México, Faculdade de Economia, Divisão de Estudos e Pós-Graduação, 1980, Mimeo. p. 227.
- 64- SOUZA, Nilson Araújo de. Op. cit., p. 227. Leia-se FURTADO, Celso. "A análise da industrialização Brasileira põe em

evidência que, não obstante a orientação desta deriva-se fundamentalmente da ação do Estado". (FURTADO, Celso. Análise do "Modelo" Brasileiro . Civilização Brasileira, 7a. edição, p. 24.

65- Nem todos os autores citados neste trabalho apresentam uma concepção correta das causas das crises a que está sujeito a acumulação no Modo de Produção Capitalista.

66- MANTEGA, Guido e MORAES, M. Op. cit., p. 44.

67- MARX, Karl. Teorias sobre a Mais-Valia. Volume II, Livro 4. "O Capital", DIFEL, p. 950.

68- MANTEGA, Guido e MORAES, M. Op. cit., p. 46.

69- SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. p. 66-67. Defende o ponto de vista de que "a ação do Estado não pode ser vista somente como expressão dos interesses imediatos em jogo. Ela é igualmente permeada pelas contradições mais amplas da sociedade, em particular por se tratar de um setor fundamental na cesta de consumo do proletariado urbano".

Neste sentido vale colocar aqui a afirmação de Oliveira quando afirma que: (...) "do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, do nível de vida da massa trabalhadora rural". OLIVEIRA, Francisco de. Economia Brasileira: Uma crítica à razão dualista. CEBRAP, Vozes, 4a. edição, p. 23.

O autor mostra, neste trabalho, ainda um verdadeiro confisco na agricultura, no sentido de manter alimentação do operariado. A agricultura, neste caso, opera no sen-

tido de baratear o custo de reprodução da força de trabalho na indústria.

- 70- LORENA, Carlos. Retrato do Brasil, nº 11, p. 26-27 (Quadro 11).
- 71- SOUZA, Nilson Araújo de. Op. cit., p. 243.
- 72- KOVAL, Boris. História do Proletariado Brasileiro 1957 a 1967. Alfa Ômega, p. 457.
- 73- KOVAL, Boris. Op. cit., p. 458.
- 74- Manifesto Programa do Partido Comunista do Brasil, 1962. In: CARONE, Edgard. Op. cit., p. 512.
- 75- BRASIL, Manifesto Programa do PCdoB. In: CARONE, Edgard. Op. cit., p. 514.
- 76- MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Op. cit., p. 47.

CAPÍTULO III

O GOLPE MILITAR -- A REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do modelo econômico da segunda meta de da década de 50 desencadeou uma das grandes crises políticas no Brasil.¹

A renúncia inesperada do Presidente Jânio Quadros em 1961, além de frustrar a possível tentativa de golpe (mais um) militar concorreu para elevar o grau de mobilização popular, o que garantiu as condições para a posse de João Goulart.

As reivindicações dos trabalhadores cada vez mais o brigavam o governo a tomar medidas que tanto enchiam de expectativa as classes populares como, por outro lado, enfureciam os setores mais conservadores das classes dominantes.

As constantes intervenções do Estado que antes serviam de mediação dos conflitos de classes, tornavam-se cada vez menos eficazes em meio à crise que abalava o país.

Para se protegerem do processo inflacionários, os trabalhadores reivindicavam reajustes salariais; devido a conjuntura política o governo não tinha outra alternativa a não ser o atendimento das bandeiras de lutas de diversas categorias profissionais. Mas de nada adiantavam os aumentos do salário mínimo nominal, pois a inflação tirava-lhe o poder aquisitivo.

O salário mínimo real, que no período de expansão econômica anterior a esta crise, atingira os índices mais altos de sua história, declinava espantosamente com o processo inflacionário, chegando em 1963 o índice 90 contra 102 no ano anterior.²

Outra forma de intervenção do Estado foi a tentativa de se implantar as reformas de base previstas no Plano Trienal de autoria do então Ministro do Planejamento, Celso Furtado.

Este tentou solicionar algumas questões de caráter estrutural como: reforma agrária, reforma urbana, reforma administrativa, reforma educacional, tributária, bancária e cambial,³ atendendo a exigências da sociedade civil.

Bastou o governo acenar com a possibilidade de tais reformas para que setores mais conservadores se mobilizassem, com pesados recursos, para impedir o seu encaminhamento, tendo as Forças Armadas cumprido sua tradição intervencionista conservadora nos processos de transição.

As concepções de "segurança e desenvolvimento" absorvidas pelos quadros da Escola Superior de Guerra desde 1948, inspirada na National War College passaram a ser difundidas acirradamente pelos militares brasileiros.

Nos quadros dirigentes das Forças Armadas difundiram-se o conceito de "Segurança e Desenvolvimento" e "Segurança Interna", tomando conotações a depender da facção que estivesse tratando do assunto e segundo o seu ponto de vista.⁴

Cabe salientar, aqui, que as concepções acerca do papel do Estado burguês entre as forças políticas no Brasil, durante a segunda metade da década de 50 e princípios da década de 60, foram motivos de grandes discussões. O Partido Comunista do Brasil sob a direção do Sr. Luiz Carlos Prestes fazia passar para esquerda brasileira, em especial, grande parte dos qua

dros da cúpula do partido, as concepções de um Estado neutro, inofensivo e desenvolvimentista.⁵

Divergindo desta concepção acerca do Estado Burguês, os dirigentes João Amazonas, Maurício Grabois, José Duarte, entre outros revolucionários não concordavam com a perspectiva de que o desenvolvimentismo do governo JK, ou as reformas de base do Sr. João Goulart, nem levariam o capitalismo às suas últimas consequências, nem resolveriam os problemas fundamentais do proletariado brasileiro.

Esta avaliação foi feita partindo da situação social em que se encontrava o país diante da espoliação do imperialismo e considerando-se as próprias contradições internas inerentes ao sistema capitalista. Quanto ao Estado, na avaliação do Partido também correspondia aos interesses desta sociedade: "O Estado brasileiro e suas instituições constituem uma anacrônica máquina destinada a proteger a estrutura existente e esmagar os anseios e as lutas do povo por suas liberdades e por seus direitos".⁶

Como todos os progressistas da época, mesmo entendendo a situação a situação caótica em que se encontrava o povo brasileiro, em especial os trabalhadores o partido ainda defendia como tática as reformas de base como medidas imediatas de acumular forças. "É óbvio que o Brasil necessita de reformas em sua estrutura econômica, tais como a reforma agrária que prescreve o latifúndio e medidas que liquidem a exploração imperialista".⁷ Mas há uma diferença fundamental entre esta proposta e as demais defendidas pela esquerda. Enquanto estes acreditavam que tais reformas seriam adotadas no governo de João Goulart ou outro burguês "progressista", o PCdoB não se iludia nem iludia a ninguém com tais possibilidades. Como partido revolucionário colocou claramente a sua posição. "O Partido Comunista do Bra

sil, que se orienta pelo Marxismo-Leninismo e que objetiva o socialismo e que objetiva o socialismo e o Comunismo considera que na presente situação a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um Governo revolucionário, inimigo irreconciliável do imperialismo e do latifúndio, governo de liberdade, cultura e bem-estar das massas".⁸

Mas tanto as reformas de base como outras mudanças sociais para o partido, o que fica claro quando coloca em seu manifesto programa que "todavia tais reformas não podem ser realizadas nos marcos do regime vigente".⁹ E conclamava o povo para a superação do regime que considera superado no espaço e no tempo nos seguintes termos: "quando o sistema vigente e suas instituições se tornam caducos, constituem obstáculos ao avanço da sociedade e fonte de iniquidade e sofrimento para milhões de pessoas não existe alternativa senão substituir o velho regime pelo novo regime".¹⁰

O aprofundamento destas questões se radicalizou dentro da dinâmica do processo social. A ruptura de algumas supostas alianças do proletariado com setores progressistas da burguesia provou que, embora estas alianças sejam necessárias conjuntamente, não permitem que se abra mão de certos princípios. A não ser que se esteja disposto a correr o risco de ilusão de classe, com graves prejuízos para a revolução e dezenas de anos de sacrifício para os trabalhadores.¹¹ (Conforme a história do Brasil acabou de demonstrar, com o golpe militar de 1964).

No ano de 1963 as forças representantes dos interesses do capital estrangeiro, aliado ao latifúndio, e os grandes capitalistas nacionais mobilizaram-se decididamente no sentido de destabilizar o Governo de João Goulart que representava algumas soluções progressistas, mesmo dentro das limitações burguesas.

Assim, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais -

IPES, que foi fundado pouco mais de 2 anos antes do golpe militar de 1964, serviu como polo de aglutinação de empresários, técnicos e militares reacionários, para encaminhar seus proje-tos de impedimento das mudanças sociais.

Desta entidade, participava, entre outros quadros for-mados na ESG, o General Golbery do Couto e Silva, grandes empresários brasileiros associados do capital estrangeiro e militares que continuaram nas direções das instituições do Estado mesmo após o golpe de 1964, como SNI, do qual o General Golbery do Couto e Silva foi um dos dirigentes, como chefe e organizador.¹²

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, que representa outro grupo reacionário de intelectuais contando com todo apoio financeiro norte-americano, também teve papel decisi-vo nas campanhas eleitorais de parlamentares reacionários e con-trários aos interesses populares e das propostas do governo de João Goulart.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada de-pois das ações deste órgão (1963) para investigar as suas ativi-dades nos processos de transformação social do país constatou que o mesmo tinha gasto, em 1962, 80 mil dólares (considerando-se a parte de seus recursos oriundos do estrangeiro) para o cus-teio de 250 candidatos que tinha lançado a deputado federal; a comissão constatou ainda que aquele órgão gastara mais ainda com 600 candidatos a deputado estadual e 8 candidatos a governa-dor.¹³ Estes dados, apurados pela CPI, foram posteriormente confirmados pelo embaixador Lincon Gordon dos Estados Unidos da América.

Este embaixador tinha articulações com vários gene-rais e oficiais do Exército Brasileiro. Em seu relatório no dia 27 de março de 1964, depois de cuidadosas consultas a agen-tes do IBAD afirma que "segundo todas probabilidades, o desen-

volvimento mais significativo é a cristalização de um grupo de resistência militar sob a liderança do General Humberto de Alencar Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército. Castelo Branco, é um oficial, de grande dedicação e princípios legais e constitucionais, e que até recentemente se esquivava às abordagens dos conspiradores anti-Goulart.¹⁴

Era tal a precisão e o cuidado do relatório existente na rede de conspiradores do IPES, acrescentando ainda que o General Castelo Branco tinha sob suas ordens e ao seu redor "um grupo de outras altas parentes militares" que estavam ainda "assumindo o controle e a direção sistemática dos inúmeros grupos de resistência militar e civil em todo o país, até então vagamente organizados".¹⁵

Apesar desta expectativa expressa pelo embaixador norte-americano com relação ao General Castelo Branco, o ponto de partida para o golpe foi dado pelo General Mourão Filho (o mesmo que em 1937 forneceu o famigerado Plano Cohen) que, mobilizando suas tropas, conseguiu depois a adesão dos demais exércitos ao golpe militar de 1964.

A igreja não ficou de fora desse processo. Além da ação do setor anti-comunista que via nas reformas de João Goulart "o grande perigo para a propriedade privada, entrou em cena a ala também expressamente conservadora: a Tradição, Família e Propriedade (TFP), alardeando o mais extremado alarmismo e as bandeiras de luta mais direitistas e conservadoras da Igreja Católica.

Com a conivência das Forças Armadas, a organização paramilitar e terrorista armada se encarregava de eliminar fisicamente pessoas progressistas e mais combativas e revolucionárias, que questionassem mais abertamente a situação de atraso em que

vivia a economia do país, e em especial a exploração imposta aos trabalhadores.

Todos estes bens financiados grupos mercenários conta-
vam em suas ações com a grande imprensa burguesa. Esta, dava o colorido "simpático" às ações conservadoras destes grupos ao mesmo tempo que se incumbia de desestabilizar o governo. Exemplo típico desta imprensa foi a Última Hora, o Dia e a Notícia alardeando o alarmismo do Governador Carlos Lacerda no Rio de Janeiro.

Era assim, a repetição de outras manobras já perpetradas contra as liberdades democráticas no Brasil, prática essa já tradicional das Forças Armadas brasileiras, fiéis à doutrina difundida na ESG. Em nome da "segurança nacional", cuidava da segurança da classe dominante.

Começava ali a mais longa e sangüinária ditadura registrada na história do país. Ditadura esta que custou a vida de muitos patriotas, revolucionários e progressistas da sociedade civil. Tratava-se, assim, de consolidar o golpe desfechado contra as instituições democráticas, contra o proletariado e suas organizações.

Concorreu para este retrocesso, além da não resistência das forças de apoio ao governo do Presidente João Goulart, as manifestações cívicas de caráter aparentemente espontâneas, na realidade muito bem organizadas e dirigidas por setores conservadores das camadas médias da burguesia inseridas no meio do povo, conduzindo-o. As organizações de esquerda como o PCB não apontaram uma perspectiva de luta para o povo que ficou à mercê do próprio destino.

Esta ação da classe dominante organizada foi responsável pelas manifestações de apoio ao golpe militar de 1º de abril de 1964. Isto, não porque a fração média da burguesia tivesse

consciência de que estava apoiando o golpe militar mais sanguinário que foi desfechado em nossa história, mas porque em meio a confusão criada pela imprensa controlada pelos signatários do evento, pensavam estar contribuindo para o que havia de melhor para a nação em geral, e que isto iria livrá-los da crise do capitalismo.

O Movimento de Arregimentação Feminina - MAF e a Campanha de Mulheres pela Democracia - CAMDE, cumpriam papel importante na orientação deste tipo de manifestação. Exemplo significativo de sua participação no golpe, orientando (ou desorientando) a população nos movimentos de massa, nas ruas foi a famigerada "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" organizada a 02 de abril do mesmo ano seguida por grande quantidade de pessoas.

III.1 - REESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS

Dados estes passos rumo ao redirecionamento do poder do Estado, os militares brasileiros passaram a desencadear outros eventos que contribuíram decisivamente para a consecução dos objetivos imediatos, os quais foram aparecendo à medida que o golpe foi se consolidando.

Aprofundaram a orientação política com base na ideologia e doutrina da Segurança Nacional e na "Defesa Interna". A partir de tais princípios, os militares brasileiros passaram a considerar como seu principal papel o combate a supostos "inimigos internos" em lugar da soberania nacional, a segurança nas fronteiras, etc.

A Constituição do país sofreu emendas de acordo com a vontade do general presidente da república "ouvido o Conselho de Segurança Nacional". Foram baixados Atos Institucionais a par

tir do AI nº 1 de 9 de abril de 1964, seguindo-se do AI nº 2 de 27 de abril de 1965 e outros já que o regime instalado em 1965 se autodenominou de "autêntico movimento revolucionário".

Com base no trabalho de espionagem e cadastramento feitos entre 1961 e 1964, o General Golbery do Couto e Silva fundou o Serviço Nacional de Informação - SNI, que passou a ser o principal órgão de assessoria do Presidente da República durante todos os anos de atuação do regime implantado.

Para melhor servir à grande empresa nacional, apoiar as empresas multinacionais, favorecendo a acumulação do capital no país, foi elaborado o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG. Este foi o plano em que os militares buscaram aprofundar a exploração dos trabalhadores orientando o combate à inflação segundo as receitas monetaristas seguidas pelo regime implantado, a começar pelo congelamento dos salários dos trabalhadores sem congelar os preços.

Dentro da mesma política de favorecimento à acumulação do capital foi reestruturado o sistema financeiro, implantada uma profunda reforma no sistema de tributação em 1966.

No terreno da política salarial foi criada ainda a lei de greve, que favoreceu ao arrocho. A situação dos trabalhadores tornou-se mais insegura, favorecendo à sua exploração pelo capital com a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em 1966 em substituição à estabilidade no emprego.

Dando sequência a lógica de resguardar a "segurança interna", o desenvolvimento, o combate à subversão, os militares logo que tomaram o poder trataram de modificar a constituição e/ou retirar dela as características que pudessem restar de períodos mais democráticos e que refletiam conjunturas mais favoráveis aos trabalhadores e suas organizações.

Os autores do golpe militar outorgaram a si mesmos os poderes constituintes, iniciando a editar uma tempestade de Atos Institucionais, sempre "ouvindo o Conselho de Segurança Nacional", à revelia de quaisquer processos de legitimação civil.

O primeiro destes Atos, o nº 1, de 9 de abril de 1964, deu logo amostras do que significava o golpe recém desfechado contra as instituições democráticas, principalmente aquelas ligadas diretamente às lutas da classe dominada.

Os comandantes em chefe das três forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) respondendo pelo movimento afirmaram em manifesto à NAÇÃO, ter a "revolução vitoriosa" necessidade de se institucionalizar (...) cuidando de "limitar os plenos poderes" de que segundo eles próprios efetivamente dispunham.

Apesar da afirmação de que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunham a bolchevisar o país,¹⁶ tendo sido destituído pelo golpe militar, os seus representantes se achavam no direito de afirmar que se tratava de "autêntico movimento revolucionário" com o apoio de toda a nação, um fato consumado entre generais a portas fechadas, nos fundos das casernas.

O Ato Institucional que baixaram a 9 de abril de 1964 pode representar autêntica caricatura do regime que iniciava a sua caminhada anti-democrática impopular e anti-povo. Afirmando que a "revolução" não procurava legitimar-se através do congresso, mas este receberia daquele Ato Institucional a sua "legitimação" os militares reduziram os três poderes a apenas um: o poder executivo. Este fato se agrava quando se constata que este executivo se reduzia ao presidente da república e assessores fardados (ANEXO II).

Os Atos Institucionais começaram a ser aplicados. E com a sua aplicação iniciava-se a primeira e numerosa lista de

cassados, abrangendo membros do governo deposto, congressistas, sindicalistas, militares, inclusive dois ex-presidentes da República: João Goulart e Jânio Quadros.¹⁷ O historiador Helio Silva registra ainda a cassação do Ex-Senador J. K. em 8 de junho daquele ano além de outros políticos. Mas não foram somente parlamentares e sindicalistas que foram atingidos pelo AI nº 1, partido do regime implantado em abril (1º) de 1964. Em seu 8º art. afirmava que: "os inquiridos e processos visando à apuração de responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instalados individual ou coletivamente".¹⁸ Não poupava ninguém que estivesse em desacordo com seu projeto de dominação. Com base neste Art. se instalavam inquiridos policiais militares (IPM) e cassavam os mandatos, ou processavam as chamadas cassações "brancas", aposentando ou passando para a reserva quando oficiais que tivessem atingido idade, tirando-os da ativa. No caso dos praças do pré (suboficiais, subtenentes, sargentos, cabos, soldados e marinheiros) foram mais de mil e eram afastados sumariamente das suas funções. Conforme o quadro nº 5, este primeiro Ato Institucional conseguiu excluir das Forças Armadas 980 pessoas que foram atingidos por este instrumento de arbítrio.

QUADRO Nº 5

PUNIÇÕES NAS FORÇAS ARMADAS COM BASE NOS ATOS INSTITUCIONAIS				
PATENTES	AI-1	AI-2	AI-5	TOTAL
Altas	84 (8,6%)	1 (2,7%)	11 (3,7%)	96 (7,4%)
Médias	337 (34,4%)	24 (68,7%)	117 (39,4%)	478 (36,4%)
Subalternos	559 (57%)	10 (28,6%)	169 (56,9%)	736 (56,2%)
TOTAL	980 (100%)	35 (100%)	297 (100%)	1.310 (100%)

FONTE: FIGUEIREDO, Marcos. Legitimidade e Coação no Brasil. In: Movimento 6 a 12/4/81, p. 12.

Nesta situação se incluía grande parte das patentes médias (36,5%) e a maioria, as chamadas patentes subalternas (56,0%) e, por último (mas não menos importantes) as altas patentes (7,4%). Estes últimos, embora numericamente menos, em proporção representa muito mais.

No dia 10 de abril de 1964 rolava a cabeça da primeira leva de cassados, em número de 100, entre os quais 43 parlamentares federais. Antes que findasse o prazo de vigência do AI-1 (31 de janeiro de 1966), o General Castelo Branco decretou o AI-2, em outubro de 1966 extinguindo os partidos existentes, criando o MDB e a ARENA e aprofundando as punições chamadas revolucionárias.

Continuando o mesmo espírito existente no AI-1, o AI-2 começou com um enfático "manifesto à nação". "A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil".¹⁹ Nesse sentido afirmava: "Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de ela haver reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais e já ameaçam a ordem revolucionária"²⁰ (...) Assim, o Presidente da República, na condição de "chefe do governo revolucionária e comandante supremo das Forças Armadas, coesas na manutenção dos ideais revolucionários", como afirmavam os golpistas de 1964, passou a concentrar e centralizar todo o poder do Estado de força do regime.

Todo este preâmbulo que reflete o espírito da Doutrina da Segurança Nacional pregado e defendido durante tanto tempo pela ESG, antecede aos Artigos do AI-2 que nada mais faz do que estender por mais tempo o regime implantado em 1964. No

13º Artigo, o Executivo adquire poderes para decretar o Estado de Sítio; no Artigo 8º os chamados "crimes contra a segurança nacional" passam a ser julgados em Tribunais Militares, como se o país se transformasse, de um momento para outro, em um imenso quartel, e todos os demais brasileiros tivessem que bater continência até para os soldados do exército em sua enorme prepotência.

No Artigo 9º deste Ato Institucional fica instituído o famigerado Colégio Eleitoral, em que a eleição do presidente e do vice-presidente será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal, isto é, uma pequena minoria passa a decidir quem vai governar um país com 130 milhões de habitantes.

Conforme se observa no quadro 5 este Ato Institucional aumentou a lista de patentes cassadas pelo Ato Institucional nº 1: às 980 anteriores somaram-se mais 35 patentes sendo 1 de alta patente, 24 entre médias patentes e 10 saíram das baixas patentes.

A 5 de fevereiro de 1966, o General-Presidente no poder editou o AI-2 que estabeleceu as eleições indiretas para governadores e vice-governadores dos Estados da Federação. Estes por sua vez pelo mesmo AI passaram a nomear os prefeitos das respectivas capitais.

Dissolveram os partidos políticos, criando os dois partidos (sistema bipartidário) e mudaram os processos eleitorais para Presidente e vice, estabeleceram eleições indiretas para governadores e vices das capitais dos respectivos Estados e o General-Presidente convocou o Congresso para a votação da Constituição de 1967, através do AI-4, a 7 de dezembro de 1966.

Após a vitória das oposições nas eleições de 1966, e o fim da vigência do AI-2, ocorreu um importante e significativo

movimento de massas: os estudantes organizados em sua entidade máxima, a União Nacional dos Estudantes, desfecharam enorme movimento contra as novas reformas universitárias que o regime vigente implantara no país: a luta contra o acordo MEC-USAID. A 28 de março foi assassinado o estudante Edson Luiz o que provocou ainda mais a indignação de significativos setores da população. Iniciou-se a invasão de Universidades pela polícia, como foi o caso da Universidade do Brasil, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Militante da Ação Popular na época, assim registra o fato o Deputado Haroldo Lima: "No dia 26 de junho saíram 100 mil pessoas às ruas do Rio de Janeiro para protestar (...) Manifestações de dezenas de milhares de pessoas foram realizadas em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Goiânia".²¹ Trataremos desta questão na parte III.4 deste mesmo capítulo.

Como uma sequência lógica de causa e efeito, de ação e reação, as Forças Armadas desencadearam enorme ação repressiva, o que motivou o enérgico discurso do Deputado Márcio Moreira Alves, acirrando a fúria dos generais. Não encontrando respaldo no Congresso Nacional para punir o referido deputado, os generais não aceitaram a derrota de 216 votos contra 141, baixando o Ato Institucional nº 5, numa radicalização que fortaleceu ainda mais a institucionalização do autoritarismo.

Estes mesmos fatores enfureceram ainda mais os intolerantes (e intoleráveis) generais que tinham se apossado do poder. E como não estavam dispostos a abrir mão do poder mesmo que ilegítimo, continuavam tomando medidas arbitrárias contra a sociedade civil, embora desta recebendo cada vez mais o seu manifesto repúdio. "A 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5 e seu Ato Complementar nº 38.

Por este Ato o Congresso ficava em recesso por tempo indeterminado, ficando assegurado ao Presidente da República a possibilidade de sanções políticas, independentemente de qualquer controle do judiciário".²²

E pelo teor do que expressava ficava claro que o AI-5 fechava o cerco da ditadura contra os setores populares e progressistas. Buscava-se então um discurso que "justificasse" o arbítrio nos seguintes termos:

"Considerando que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos que a Revolução vitoriosa outorgou à nação para a sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução" (...)²³

Usando o A-I o Presidente da República podia decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores por ato complementar em Estado de sítio ou fora dele, só voltando a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

O A-I nº 5 revela o caráter do movimento iniciado em 1964, já que o afastamento de qualquer cidadão da vida pública por tão longo período de tempo implica na diminuição de sua força política, e que o acirramento posterior do processo fazia com os nomes destes democratas, ou de progressistas que não revelassem simpatia e colaboração com "Estado de Segurança Nacional" ficavam explícita ou tacitamente proibidos de aparecer nos meios de comunicação. O seu espaço de atuação ficou à disposição das forças armadas que passaram a monopolizar as instâncias de deliberação do poder do Estado. A sociedade civil ficou sem nenhuma alternativa legal para escolher os destinos políticos da Na

ção, que não fosse as forças e os quadros saídos das diretrizes autoritárias do regime militar.

À medida que estes instrumentos do regime iam atingindo sindicalistas, parlamentares, empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, podendo demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros de polícias militares iam-se processando mudanças no aparelho do Estado e se refletindo em todos os segmentos da sociedade.

O ano de 1969 foi um ano de muitas turbulências políticas. Em meio a uma série de denúncias de corrupções tais como o fato de o filho do Presidente ter desviado um cheque de Cr\$.. 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) em valores da época, pertencentes à Legião Brasileira de Assistência - LBA; a esposa do Presidente da República manipulava gordas quantias de dinheiro em negócios na zona franca de Manaus, etc. e as buates do filho do Presidente Costa e Silva eram comentadas nos meios militares. Todos estes fatos redundaram em escândalos e eram usados pelos concorrentes da Presidência como argumento para afastar do poder o Presidente da República.

Os escândalos acirraram as divergências entre grupos de diferentes posições políticas e interesses pessoais dentro das forças armadas, o que levou o General Presidente a ser acometido de um ataque cardíaco, afastando-o de suas funções até a morte.²⁴ O cargo de chefe supremo da nação fica em vacância, e o campo aberto para os chamados "LINHA DURA".

Em lugar do Vice-Presidente assumir o poder, como constava na constituição em vigor (de 1967), o país passou a ser governado por uma espécie de triunvirato fardado, composto pelos Ministros do Exército, da Marinha e Aeronáutica, chama de Junta Militar.

Como o Congresso Nacional foi fechado de dezembro de

1968 a outubro de 1969 este triunvirato acentuou a prática da legislação por decretos, que substituíam a Constituição de 1967, que foi completamente remendada continuando com a promulgação da Constituição de 1969. Este foi o ano em que foi maior a intensidade dos Atos Institucionais. Entre 1º de janeiro de 1969 e 14 de outubro deste mesmo ano foram baixados 12 Atos Institucionais, sempre "ouvindo o Conselho de Segurança Nacional".

O CSN passa a decidir questões que, além de serem da competência dos representantes da sociedade civil, mesmo nos marcos da sociedade e das leis burguesas, teriam que passar por amplos debates nas diversas camadas populares, seguindo-se da Assembléia Legislativa.

A reestruturação do aparelho do Estado promovida pelas Forças Armadas e a classe que os apoiara desta forma, e a revelia de qualquer respaldo popular preparou o país para a implantação do chamado "Modelo Brasileiro de Desenvolvimento". Estavam criadas "MANU MILITARI" as condições para se implementar o modelo que, depois, passou a ser chamado de "Milagre Brasileiro".

Pelo AI nº 6 promulgado em janeiro de 1969, se estende o foro militar especial aos civis em caso de "crimes contra a segurança nacional". Como o desenvolvimento, para os quadros do governo egressos da Escola Superior de Guerra (ESG), significava a entrada de enormes somas de capital estrangeiro para serem investidos no país de forma direta e/ou emprestados, qualquer questionamento contrário a esta formulação era considerado uma questão de "Segurança Nacional".

Neste sentido, tinham que ser garantidas altas taxas de juros a este setor da economia e das finanças para que a economia do país oferecesse lucros atrativos a estes capitais.

O AI nº 7, de 26 de janeiro de 1969, visa implementar medidas disciplinadoras das Assembléias Legislativas e a suspen

são das eleições parciais para os cargos executivos ou legislativos da União, Estados, Territórios e Municípios. As justificativas dos generais consistiam na defesa dos princípios da Revolução de março de 1964, sem mais comentários.

O AI nº 8, promulgado em 2 de abril de 1969, estabelece a implantação da Reforma Administrativa. Este, apenas reafirma as funções do SNI, das DSIs da Secretaria de Planejamento, do Conselho de Segurança Nacional, como órgãos de Assessoria do Presidente da República e dos demais Ministérios e Gabinete, etc.. Institucionalizava a prática de a sociedade civil ser substituída pelos generais no planejamento e administração da causa pública, como se os mesmos fossem iluminados e estivessem acima de qualquer suspeita.

O AI-9, de 25 de abril de 1969, estabelece disposições instrumentais para a reforma agrária. Como outros mecanismos legais impostos pelos militares para solucionar os problemas estruturais que afetavam a economia do país, à moda do regime e atendendo aos seus aliados, todos os instrumentos que foram criados em relação à distribuição da terra serviram, antes para concentrá-la do que para distribuí-la. Isto, tendo em vista as políticas de expansão da fronteira agrícola encaminhada pelo Estado, autoritário e discriminativo, além da isenção de imposto para as grandes empresas nacionais e multinacionais que aplicassem capital em áreas destinadas ao mercado externo ou para a industrialização, como cacau, café, soja, cana-de-açúcar, etc.

Neste sentido os instrumentos que regulamentavam a questão agrária serviram para modernização dos grandes latifúndios ou passaram para as mãos dos grandes empresários extensas áreas de terras devolutas.

No dia 10 de maio de 1969 foi promulgado o AI nº 10, que estabelece as normas para serem impostas nos casos de cassa

ção de mandatos eletivos e de suspensão dos direitos políticos.

A uniformidade no calendário eleitoral, visando a co incidência de mandato para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores foi decidida pelos generais com a promulgação do AI nº 11, de 14 de agosto de 1969.

Com o acirramento das contradições normais do sistema e seus agravamentos devido ao avanço do regime autoritário, não restava aos setores populares nem qualquer inimigo do arbítrio qualquer canal de expressão por menor que fosse. As tentativas de rompimento com as barreiras criadas pelo Estado Militarista, por segmentos políticos da sociedade civil foram respondidas com o AI nº 14, estabelecendo prisão perpétua e pena capital para os casos de guerra externa, "guerra psicológica e ação revolucionária ou subversiva", chegando a condenar um deles, a pena de morte, pela primeira vez na nossa história, na Bahia.

Para dispor sobre as eleições no âmbito municipal em 30.09.69 foi baixado o AI nº 15. Em 14 de outubro de 1969, foi estabelecida vacância do cargo de Presidente da República, alegando a enfermidade do mesmo e convocando eleições para o cargo pelos membros do Congresso.

Por fim, em 14 de outubro de 1969, foi promulgado o AI nº 17, conferido ao Presidente da República o poder de transferir, para a reserva, militares que "atentassem contra a coesão das Forças Armadas".

Não se pode avaliar, separadamente, nenhum ato do regime militar. Toda a legislação produzida, via de regra, por homens com mentalidade de caserna, faz parte de uma mesma lógica, de um mesmo Estado, de uma mesma conjuntura, e, sobretudo, visando o mesmo fim: oferecer segurança para o grande capitalismo das grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Além dos Atos Institucionais foi editado um número muito maior de Atos Complementares que regulamentavam a aplicação dos Atos Institucionais. Até o ano de 1981, já haviam sido promulgados 94 deles. A biblioteca da Câmara de Deputados

fez o levantamento do número de decretos-lei baixados pelo regime. Neste levantamento, pode-se verificar que as sinistras figuras dos mais diferentes decretos predominavam no auge do arbítrio do regime. Por este documento se deduz que o período compreendido entre 1969 e 1970, incluindo, portanto, o tempo que a junta militar governou o país quando mais baixaram decretos. Também este período caracterizou o regime implantado em 1964, como regime impopular, antipovo, antidemocrático e do mais abominável autoritarismo que se conheceu na história do Brasil.

III.2 - POLÍTICA SALARIAL E REPRESSÃO MILITAR — A LEI DE GREVE

O período compreendido entre 1964 e 1974 foi inscrito por um subperíodo de crise e um de crescimento e expansão na economia brasileira. O primeiro ~~subperíodo~~ está inscrito na crise econômica que vai de 1961 a 1967, compreendendo o fim do governo do Presidente João Goulart; (1961-1964), o Governo do Marechal Castelo Branco, imposto pelo golpe militar e, no final, o governo do General Costa e Silva.

Os dados que atestam a recessão e a crise, podem ser constatados no quadro número 6, que apresenta as diferentes fases de expansão e contração que têm marcado a economia brasileira.

Em 1964, em meio a esta recessão, as forças armadas desferiram um rude golpe contra os trabalhadores inaugurando um dos períodos mais autoritários que já se registrou na história da política salarial do país.

Durante os primeiros quatro anos de regime implantado, os militares prepararam as condições ótimas para servir ao capital estrangeiro e as grandes empresas nacionais. Empenharam-se na implantação de uma nova ordem política e social, com a desarticulação das forças populares, e o esvaziamento de sindicatos, associações de classes e segmentos políticos progressistas da sociedade, de forma que as empresas capitalistas podiam aumentar a exploração dos trabalhadores.

Para tanto, foi necessário o aumento e a concentração do poder do Estado cujas decisões passaram a ser tomadas por militares e tecnocratas escolhidos pelos representantes do poder autoconstituído, ou saídos dos quadros formados na Escola Superior de Guerra, que transformaram a nação brasileira em uma enorme caserna impondo o lema o qual afirma que qualquer militar é superior a qualquer civil.

QUADRO Nº 6

CRONOLOGIA DOS CICLOS ECONÔMICOS DO BRASIL

CONTRAÇÃO		EXPANSÃO	
PERÍODO	DURAÇÃO	PERÍODO	DURAÇÃO
1865-1868	3 anos	1868-1875	7 anos
1875-1884	9 anos	1884-1889	5 anos
1889-1894	9 anos	1898-1908	10 anos
1908-1916	8 anos	1916-1928	12 anos
1928-1932	4 anos	1932-1936	4 anos
1936-1944	8 anos	1944-1961	17 anos
1961-1967	6 anos	1967-1974	7 anos
1975-1982	7 anos		

FONTE: Relatório de Pesquisas - IPEA: nº 3 - Rio de Janeiro, 1977.

O País atravessava as dificuldades comuns a todas as crises econômicas oriundas do capitalismo, e, em especial, do modelo dependente do governo de Juscelino Kubitschek e acentuada nos governos que se seguiram.

Para atender aos interesses da classe dominante, entre os quais aumentar o grau de exploração da força de trabalho, foi necessário adequar as condições jurídicas do Estado, tornando-o ainda mais autoritário. E para tanto, foi necessário a desorganização dos trabalhadores, suprimindo quaisquer resquícios de liberdade, conquistados em momentos conjunturais anteriores.

Estavam dadas as condições políticas para o desenvolvimento de um novo padrão de reprodução do capital, sob a proteção do Estado burguês no Brasil. As condições de repressão a que ficou submetido o proletariado brasileiro favoreceu e proporcionou aos capitalistas o período de expansão em que estes conseguiram as mais altas taxas de lucros da sua história econômica, enquanto os trabalhadores permaneciam sob o mais duro período de arrocho salarial.

Uma das formas de aumentar o grau de exploração da força de trabalho pressupunha a desmobilização dos trabalhadores. A reestruturação do aparelho do Estado, após o golpe de 1964, teve que atender a esses objetivos entre outros, que favorecessem à classe dominante, cumprindo o Estado burguês assim o seu papel repressor.

Dentro deste processo de mudanças jurídicas, foi implantado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que demarcou as formas de intervenção do Estado no processo de acumulação em plena crise econômica, para salvar a todo custo os lucros dos grandes empresários e restringir os salários.

E como os trabalhadores reagiram ao arrocho salarial que lhes fora imposto, o regime militar implantado respondeu a

sua luta com o arbítrio peculiar aos militares brasileiros, tendo como ponto mais alto a LEI DE GREVE, impedindo os mesmos de se utilizarem de uma de suas mais significativas conquistas históricas.

Com a implantação do programa de Ação Econômica do Governo, os tecnocratas do regime dão início a uma sequência de afirmações distantes das práticas ou que apenas escondem os reais objetivos do movimento desencadeado. Demarcaram o período de aplicação desta política econômica entre julho de 1964 e março de 1967, com objetivo, entre outros, de: a) "acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país" interrompido no biênio 1962/1963; b) conter progressivamente o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966; c) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida.²⁵ Mas com relação aos trabalhadores, suas organizações e suas expectativas a prática não foi a mesma.

Apesar de afirmarem os assessores técnicos do governo do regime que a ação do poder público "complementa, mas não necessariamente substitui os mecanismos de mercado",²⁶ interferiram no mercado da força de trabalho congelando os salários dos trabalhadores.

Apesar das afirmações expostas como "forças de mercado" livre concorrência para as empresas (portanto para os capitalistas, detentores dos meios de produção) o Estado não adotou uma prática que confirmasse essa postura com relação ao proletariado. Além do desmantelamento de suas instituições representativas com intervenções em sindicatos, perseguições de partidos políticos e a cidadãos que defendessem os interesses identificados com os trabalhadores, em 1º de junho de 1964, foi decretada

a lei 4.330, que jogava na ilegalidade qualquer movimento grevista, sendo chamada pelos operários de Lei Antigreve.

Enquanto baixou Decreto-Lei proibindo as greves o governo afirmou no instrumento de ação que orienta a política salarial imposta pelo regime implantado em 1º de abril, afirmando enfaticamente: "Dentro da norma adotada de ordenação salarial, o governo deverá o quanto possível, criar condições para que a maioria dos reajustes dos salários provados se processe pelas regras naturais de mercado, mediante acordos espontâneos entre empregados e empregadores".²⁷ (grifos nossos, M. D. A.).

Valendo-se de velha tese monetarista de que os aumentos de salários fazem elevar os preços, o regime implantado liberou os preços de mercado para todas as mercadorias, menos uma: a força de trabalho, que fica congelado.

Neste sentido, a Consultoria de Planejamento dos gerais na presidência da república sai da retórica liberal e interfere na questão salarial, quando afirma que em alguns casos "caberá ao governo a decisão sobre os reajustamentos — especialmente no caso do salário mínimo, dos salários do setor público e dos salários de empresas privadas subvencionadas pelo governo, concessionários de serviços públicos federais ou daquelas cuja discussão for objeto de dissídio".²⁸

Estas medidas favoreceram a corrosão do salário mínimo real, cujo índice que já tinha sido reduzido de 101,82 no ano 1962 para 89,52 no ano de 1963: chegou a 70,39 no fim do período de recessão econômica que teve início em 1962 e terminou em 1968 (cf. anexo I).²⁹

O Poder Legislativo e o Poder Judiciário, que formalmente são separados perante a Constituição da República, passaram a ser um só poder, junto ao executivo que passou a ser o único poder.

Depois de baixados os Atos Institucionais nºs 1 e 2, passou a funcionar, praticamente, só o Executivo como verdadeiro superpoder. Não se pode perder de vista que só no Governo do Marechal Castelo Branco foram baixados 6.000 Decretos, 700 Leis, 312 Decretos-Leis, 2 Atos Institucionais e 17 Atos complementares.

No meio desta "floresta" de Leis o Ministro do Trabalho, passando a atuar em todas as instâncias da política salarial; encaminha a política do "arrocho" que não está expressa apenas nas linhas gerais do PAEG, mas também na impossibilidade dos trabalhadores se livrarem da tutela do Estado.

A lei de greve, a aplicação (ou implantação) de outros mecanismos repressores passaram a ser meios reguladores dos conflitos entre o trabalho e o capital, prática comum nos Estados de excessão,

Já em julho de 1965, pela Lei nº 4.725 as questões de reajustes salariais passaram a ser arbitradas pelo Poder Executivo, suprimindo assim, a Justiça do Trabalho. Os acordos coletivos passaram a ser proibidos tendo estes acordos que obedecerem a normas de política salarial pré-estabelecidas pelo Governo. Em 1968, os reajustes passaram a ser fixados pela Lei nº 5.154, que obedecem as normas de política salarial pré-estabelecidas pelo governo, situação que foi mantida durante todo período do "milagre brasileiro", apesar das altas taxas de lucro conseguidas durante este período de tempo.

Todas estas mudanças na política salarial, visando preservar os lucros das grandes empresas, somando-se inflação, e o desemprego que persistiam no final de recessão provocaram tão grande insatisfação entre os trabalhadores que estes foram à luta, mesmo enfrentando o arbítrio do regime de força.

A partir de 1968, com o ascenso da crise política começa a crescer o número de greves no país.

Esta falta (quase ausência) de reivindicação aberta não significa que estivesse desacreditado o instrumento de lutas dos trabalhadores contra a exploração do valor da força de trabalho pelo capital. Significa que o Estado, enquanto aparelho de defesa da classe dominante criava as condições de maior exploração dos trabalhadores. Além da legitimação encaminhada pela prática do Planejamento, onde a "ordem" estabelecida anunciava que as causas da inflação brasileira tinha como origem os aumentos dos salários e que os reajustes dos salários eram "incompatíveis com qualquer esforço de estabilização dos preços", criou ainda para manter esta "ordem" os mais complicados mecanismos de dominação e de repressão. Em junho do mesmo ano foi decretada a Lei 4.330, que proibia expressamente as greves, foi criado ainda o Serviço Nacional de Informações que servia ao aparato do Estado como meio de localizar qualquer tipo de manifestação por parte dos trabalhadores, no sentido de reduzir as taxas de lucro do grande capital.

O salário mínimo, foi (cada vez mais) comprimido sob a repressão do regime militar. Apesar do espaço para manifestação dos trabalhadores ter sido reduzido quase que totalmente, algumas tentativas de rompimento com a situação criada pelo regime foram tomadas por diversos sindicatos e de diferentes formas. Um dos exemplos destes tipos de manifestação foi o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), criado em 1967, e que envolveu operários metalúrgicos das cidades de São Paulo, Osasco, Santo André, Campinas e Guarulhos. A maioria dos componentes do MIA atuava dentro de uma estrutura sindical repressiva que caracterizava o tradicional atrelamento do sindicato ao Estado no Brasil desde a sua criação, tendo como agravante as condições estabelecidas pelo regime militar. As premissas colocadas no PAEG como "esforço de estabilização dos preços" aproximava a "justificativa" do Planejamento da necessidade de repressão dentro do mesmo aparelho do Es

tado contra os trabalhadores e em favor da acumulação do capital no país.

Estas são algumas das razões porque, este foi um dos períodos na História do Brasil em que os salários dos trabalhadores sofreram a maior compressão. Em síntese, o movimento sindical não foi muito dinâmico no período 65-68. Assim, de um modo geral se estava chegando ao que estudiosos de ciências sociais chamavam ao fim de uma fase de um ciclo do regime militar na história do Brasil.

O movimento (MIA), apesar de ter sido o embrião de outros que surgiram depois, teve relativamente curta duração. Os sindicatos, na verdade, com as suas funções reivindicatórias reprimidas pelas leis do Estado Capitalista que protegia as empresas mais do que em qualquer época precedente da História do país tinham muitas de suas lideranças cassadas, assumindo em seus lugares interventores que serviam de "pelego". Pela Lei nº 61.314, os sindicatos são incentivados a assumir uma de suas caraterísticas mais marcantes de corporativismo: o mero assistencialismo. Suas finalidades passaram a ser alfabetização, assistência sanitária e educacional, enquanto desestimularam qualquer prática que contribuísse com a conscientização política dos trabalhadores.

Nada desses paliativos, entretanto, conseguiu manter a calma aparente que reinava no seio da classe operária, que em 1968 deram provas de que permanecia viva a sua combatividade. A greve de Contagem, por exemplo, foi a primeira em que os trabalhadores enfrentaram o regime de maneira mais decidida, de maneira mais aberta, após o golpe militar de 1964.

Contando com a orientação de militantes da AP que aí desempenharam importante papel organizativo, os operários ocuparam a fábrica Belgo-Mineira, tendo sido tomados como reféns alguns de seus diretores. Reivindicavam 25%, de aumento de salário tendo contraproposta apenas de 10%. Não aceitando a con

traproposta, tiveram que enfrentar a Lei Antigreve do Ministério do Trabalho, tendo à frente o Coronel Jarbas Passarinho, com uma tal "proposta de conciliação", seguidas das ameaças comuns aos representantes do regime.

Estando os trabalhadores de Contagem decididos à luta, com a ampliação da organização do movimento, as tropas militares ocuparam a cidade industrial de Contagem. Mas os militares tiveram que recuar diante do absurdo que era o arrocho salarial. E os operários conseguiram 10% de mais nos seus reajustes, embora contra suas vontades e mecanismos legais estabelecidos pelo regime dos generais.

Outros movimentos grevistas surgiram como respostas às leis do arrocho, como a de 28 de julho, em Osasco, onde os trabalhadores, dispostos à luta, detiveram 45 burocratas entre engenheiros (15) e chefes de serviços.

Mais uma vez o regime militar recorreu a força bruta e reprimiu aplicando as leis por eles criadas arbitrariamente e a repressão armada.

Os anos que se seguem são provas eloquentes, no sentido de que, se os trabalhadores não estão organizados e em condições de lutar por melhores condições de vida e trabalho, as forças representativas da classe dominante lhes reduzem até mesmo o mínimo necessário à reprodução de sua força de trabalho, contando, para tanto, com o apoio do Estado burguês.

No fim da recessão ocorrida entre 1962 e 1967, a variação do PIB, que tinha sido de 4,8% em 1967, saltou para 11,2 em 1968, variando até 14,0 em 1973. Foi o período do conhecido "Milagre Brasileiro". Neste mesmo período, o índice do salário mínimo real, segundo o DIEESE, decresceu de 70,39 em 1968, para 54,48 em 1974.³⁰

O regime implantado em 1964 aproveitou a esteira da

recessão ocorrida entre 1962-1967, para aperfeiçoar as instituições para posterior acumulação do capital, em condições ótimas de lucratividade. Reduziu o poder aquisitivo dos trabalhadores, sustentando a tese burguesa de que o aumento dos salários dos trabalhadores concorre para o aumento da inflação e que prejudica o crescimento econômico. Quando os trabalhadores foram à luta, a repressão do Estado militarista foi a resposta.

Quando a economia do país entrou em fase de expansão, nos anos de "Milagre", os mesmos instrumentos institucionais utilizados no período da recessão "para tirar o país da crise", cortando fatias significativas do salário dos trabalhadores, garantiram aos capitalistas elevadíssimas taxas de lucro. A lei 4.330, de 1º de junho de 1964, que tornou ilegal quase todas as greves (Lei Antigreve) que fora aplicada durante a recessão econômica, continuou a ser aplicada durante os anos do "Milagre" (1968 a 1973).

Além dos instrumentos repressivos específicos, como a lei antigreve, aplicado para benefício do grande capital, a estruturação do aparelho de Estado Capitalista criou as condições gerais para a sua aplicação da maneira mais favorável possível e em que beneficiasse a classe dominante.

Esta situação se agrava para os trabalhadores, quando os próprios instrumentos de cálculos de salários passaram a ser deturpados mascarando dados estatísticos, estando os trabalhadores sem condições de denúncia pela imprensa ou qualquer aparelho de comunicação, que se encontravam sob a famigerada Lei de Segurança Nacional - LSN.

Nunca é demais lembrar que o ano de 1968 marca o recrudescimento do regime implantado em 1964; é o ano que foi baixado o Ato Institucional nº 5, instrumento que confere ao Presidente da República o poder de decretar recesso do Congresso Na

cional e das Assembléias Legislativas, decretar suspensão de direitos políticos e sanções administrativas.

Foi com base neste tipo de instrumento que o Estado militarizado passou a conduzir a política de arrocho salarial de duas décadas no país, sem as "incômodas" mobilizações do início da recessão e da crise econômica (1962), ocorreram 154 greves no país; com o recrudescimento do processo de lutas no último ano do governo de João Goulart, o salário mínimo real médio foi corroído 120,43% em 1962 para 109,68 em 1963. Neste último ano o número de greves foi dobrado com relação ao ano anterior. Nos anos que se seguiram ao golpe militar, entretanto, os números de greves decaíram para 25 em 1965 e 15 em 1966. Nos anos que se seguem, a tendência é a redução das mobilizações dos trabalhadores, apesar da recessão e da perda do poder aquisitivo dos detentores da força de trabalho, chegando a ponto de, em 1971, não haver nenhuma greve, apesar de todo o arrocho salarial imposto durante o período do "Milagre".

O quadro abaixo (nº 7) é bastante expressivo neste sentido. Entre 1964 e 1978 (num período de 13 anos) ocorreram apenas 183 greves contra 179 em 1963.

QUADRO Nº 7

NÚMERO DE GREVES OCORRIDAS NO BRASIL ENTRE 1964 e 1977									
1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973/77
	25	15	1	25	17	12	0	12	3

FONTE: Retrato do Brasil, nº 36, pág. 212.

III.3 - O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO -- FGTS E O GRAU DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Além da Lei de Greve que tornou ilegal a maioria dos dissídios no país, as intervenções do Estado nos sindicatos, as prisões e cassações de sindicalistas mais combativos contra o regime militar após 1964, a classe operária e os trabalhadores em geral tiveram que se defrontar com outros mecanismos de exploração da força de trabalho, que favoreciam ao aumento da taxa de lucro.

Sob o governo do Marechal Castelo Branco, a 13 de dezembro de 1966, conforme Lei nº 5.107 foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que consiste em suprimir a estabilidade dos trabalhadores sob uma série de alegações, mas que, basicamente, os deixa mais vulneráveis ao desemprego.

A partir da criação deste mecanismo os trabalhadores deixaram de ter direito à estabilidade no emprego, tiveram muitas de suas lideranças com mais experiência demitidos das fábricas, tendo seu poder de resistência diminuído em função deste novo mecanismo criado pelo Estado Capitalista Brasileiro.

"Nas lutas reivindicatórias, dentro das empresas, os empregados estáveis (com mais de 10 anos de casa) e os que estavam a mais tempo na firma, mesmo sem terem alcançado ainda a estabilidade, constituíam uma liderança natural, devido à sua experiência e, sobretudo, porque eram "intocáveis" pela principal arma patronal: a demissão".³¹

Além de favorecer à demissão de lideranças que já tinha^m conquistado a estabilidade no emprego influenciando politicamente sobre a combatividade dos trabalhadores, o FGTS tem, para estes, outras consequências danosas. A que tem piores desdobramentos é a perda da estabilidade no emprego.

Com o modelo econômico implantado em 1964, em especial na fase de sua expansão, a partir de 1968, acelerou-se a modernização da agricultura, a população de trabalhadores rurais tornou-se mais instável, acelerando-se o êxodo rural e a favelização nas periferias das grandes cidades industriais. Aumentou-se assim assustadoramente o exército industrial de reserva. As pressões da população urbana por emprego, nestas circunstâncias tendem a aumentar, o que contribuiu para a maior rotação da força de trabalho.

A implantação do FGTS facilitou aos empresários capitalistas a demissão de antigos operários, que já tinham alguma segurança em suas reivindicações e de sua classe, e a posterior contratação de outros sem a mesma estabilidade, sem a mesma experiência política ou em outra empresa, e quase sempre por um salário menor.

Conforme trabalho realizado por Duarte Pereira pelo CIPES, "a acelerada rotatividade da mão-de-obra, viabilizada com a substituição da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço veio agravar a exploração dos operários, já intensificada com o arrocho salarial".³²

Segundo a mesma pesquisa, (Quadro nº 8) depois da implantação do FGTS, "dois terços dos trabalhadores brasileiros não passam mais de 2 anos no mesmo emprego; e em geral, são encontrados em novo emprego com salários mais baixos".

Assim o Estado aparelhou o sistema empresarial para conseguir maiores taxas de acumulação com os aumentos dos superlucros tirados dos trabalhadores, enquanto estes contavam com o aparato repressivo deste Estado contra suas lutas.

QUADRO Nº 8

ROTATIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA EM 1976

ATIVIDADES	TEMPO DE SERVIÇO		
	ATÉ 12 MESES	ATÉ 24 MESES	ATÉ 60 MESES
- AGROPECUÁRIA	40,90%	60,79%	69,44%
- INDÚSTRIA	40,89%	60,18%	70,36%
- COMÉRCIO	41,97%	64,17%	72,30%
- SERVIÇOS	36,81%	56,59%	67,00%

FONTE: RAIS 1976. In: Movimento 1 a 7/9/80, p. 15.

Nas condições de expansão da economia, mesmo que o salário tenda a diminuir, esta tendência é compensada pela expansão do emprego no mercado de trabalho. Por outro lado, nas condições de recessão da economia, os mecanismos implantados com a substituição da indenização, que garantia, de certo modo, a estabilidade dos operários pelo sistema do FGTS, facilita a demissão dos operários mais antigos e posterior contratação de novos. Pois é mais fácil ao empresário capitalista despedir um operário que está classificado como "optante" (pessoa que a opção pelo FGTS) do que o "não optante". Os desembolsos imediatos para a classe capitalista, com a "dispensa" desta forma, deixa de ser uma grande preocupação imediata. Para os operários, nas condições de recessão e desemprego em massa, a demissão que já é uma preocupação a mais, passa a ser muito maior.

Associando-se estes mecanismos, com os efeitos da Lei de Greve e outras leis implantadas pelo regime autoritário como a Lei de Segurança Nacional (LSN) dá para se formar um quadro da situação em que ficou submetida a classe operária e os trabalhadores em geral sob o regime militar dos últimos 21 anos. Pressionados a perder cada vez maior parte do valor de sua força

de trabalho para os capitalistas em condições extremamente desfavoráveis no processo de luta de classes; sem condições de fazer a menor reivindicação. Qualquer tentativa de organização era ameaçada com acusação de terrorismo, prisões, torturas e outras formas de repressão, sem ter um instrumento legal de defesa que os amparasse. E mesmo que existisse, diante do Estado de força do regime militar de nada valeria.

Mas não se resume a estas condições a que foram submetidos os trabalhadores sob este regime. Tomando-se mais uma vez este instrumento instituído contra os trabalhadores que é o FGTS, pode-se verificar, mesmo que indiretamente, outros aspectos igualmente danosos. E um dos exemplos é a sua relação com a política habitacional implantada pelos governos do regime militar. Assim como a produção de alimentos, saúde e educação, também a política habitacional foi tratada com maior descaiso já registrado na história do país. Pelo menos no que tange aos interesses dos trabalhadores.

Conforme Decreto Lei de nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, pouco depois do Golpe de Estado, foi instituído o Sistema Financeiro da Habitação. E ao contrário do programa habitacional do governo anterior este sistema implantado pelos militares além de jogar nas costas dos trabalhadores o ônus da habitação da classe dominante deu margem a sérias distorções na manipulação dos recursos pelas grandes imobiliárias dos centros mais dinâmicos do país.

Uma das "Reformas de Bases" propostas pelo Plano Trienal do Governo João Goulart, a Reforma Urbana previa o "combate à especulação imobiliária, inclusive com desapropriação dos latifúndios urbanos e suburbanos, a fim de solucionar o drama de milhões de brasileiros sem teto e sem condições dignas de vida nas cidades, possibilitando-lhes, com urgência e de maneira estável. Para a viabilização deste projeto, o então Ministro do

Planejamento, Celso Furtado, previa o desembolso de 373 bilhões de cruzeiros para a formação do capital fixo, dos quais 12,4% seriam destinados à construção residencial. Depois do golpe militar de 1964 o problema habitacional muda seus objetivos.

Com a suspensão das Reformas de Base e implantação do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) a questão da habitação deixa de ter uma finalidade social, para ter objeto de especulação financeira. O Ministro do Planejamento do Governo do Marechal Castelo Branco ao tratar deste problema afirmava: "o proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e tornar-se um aliado da desordem".³³ Sabe-se que o sistema de segurança das empresas dispunham de informações suficientes para controlar os trabalhadores a este nível. E apesar de tornar-se um eterno devedor, o mutuário pensa que é proprietário.

Além da mudança nos seus objetivos acima expressos pelo Ministro do Planejamento do primeiro dos governos do regime militar, Roberto Campos, a questão da casa própria passou a ser um dos meios de transferência de renda dos assalariados para as frações de classe mais abastada da burguesia. Em setembro de 1966, o BNH passou a gerir os depósitos feitos pelos empresários em nome dos trabalhadores. O BNH passou a ser sustentado pelos assalariados, embora favorecesse mais à especulação imobiliária. Seus recursos deixam de ser aplicados em casas populares para construir habitações de padrão elevado para a classe dominante. "À medida que o banco ia ampliando sua área de atuação, a execução dos seus programas passava para iniciativa privada — e muitos dos seus diretores também".³⁴ Nas mãos das imobiliárias os recursos do BNH passaram a sustentar o sistema fraudulento de que foram objetos grandes escândalos que se tornou conhecido depois.

Além destas razões anteriores o FGTS é mais um mecanismo de controle político e econômico dos trabalhadores pelo Estado em benefício da classe dominante, existem ainda outras mais revoltantes. Estas ocorreram no sistema financeiro, por ocasião dos reajustes das poupanças depositadas.

Os reajustes dos depósitos feitos em nome dos trabalhadores não acompanharam a defasagem provocada pela perda do valor do dinheiro em razão do processo inflacionário. Desta forma, cada vez que o governo estabelecia um mecanismo de correção monetária, o patrimônio dos trabalhadores nas cadernetas de poupança, especialmente na poupança forçada do FGTS, perdia uma parte. Um exemplo desta subtração é o demonstrado pelo Jornal Movimento no ano de 1980. O JM demonstra que de 1978 até aquele ano, os assalariados perderam Cr\$ 162 bilhões de cruzeiros, devido à diferença entre a correção monetária e as taxas de inflação que se constatava no país. O patrimônio do FGTS tinha ficado em cerca de Cr\$ 473 bilhões, "quando deveria alcançar Cr\$ 636 bilhões se a correção monetária acompanhasse a inflação",³⁵ conforme informa o órgão noticioso.

Sabe-se que nas situações em que ocorrem altas taxas de inflação, os capitalistas investem o seu capital em ramos de negócios cuja remuneração compense ou remunere as taxas de juros deste capital. Podem aplicar em imóveis, terrenos, bens de lucro ou alguma atividade especulativa, ou ainda agiotagem. Os assalariados não têm acesso ao seu FGTS, que é manipulado pelo Estado; não têm possibilidades de manipulação e têm que se conformar com os dados fornecidos por burocratas que na maioria das vezes são inimigos da classe.

Assim, enquanto os recursos do FGTS depositados nos Bancos estavam sendo utilizados para construção de imóveis de luxo, aos seus depositários restava apenas o sonho da casa própria.

pria e o déficit de habitações no país continuava aumentando; as favelas se multiplicavam nas periferias das cidades, como refúgio dos trabalhadores.

III.4 - A POLÍTICA EDUCACIONAL E A LUTA DE CLASSES

A reforma educacional proposta no Plano Trienal do Governo João Goulart, que previa ampliar as possibilidades de ensino tornando-o mais popular não só na Universidade mas também no primeiro e segundo grau, previa a inserção do ensino na vida quotidiana da população, onde se ampliaria o acesso à educação a todas as classes sociais. Visavam também as Reformas de Base integrar os analfabetos ou semi-analfabetos em um processo de elevação da consciência a respeito dos problemas, tanto nacionais, como aqueles que lhes afetam diretamente, enquanto classe dominante.

Após o golpe de 1964, aquela proposta foi totalmente rejeitada. O homem deixou de ser um fim para ser um meio de atingir aos objetivos financeiros das elites sociais capitalistas. A forma como foi elaborado o Plano Trienal, contando com ampla participação popular, dava a este plano uma base mais sólida para sua aplicação, contando com o apoio de forças políticas do movimento de massas como a Igreja, a Ação Popular (AP) e Juventude Operária Católica, a JEC (Juventude Estudantil Católica), sindicatos progressistas, e partidos políticos comprometidos com as grandes causas do povo brasileiro.

Ao contrário do que o Plano Trienal previa em seu conteúdo, a Universidade Brasileira passou a ser simples centro de treinamento de "mão-de-obra" para as grandes empresas nacionais e multinacionais implantadas, e em desenvolvimento no país após o golpe de 1964. Formaria, assim, uma intelectualidade, de ca

râter tecnocrático, apertadores de botões, meras cópias de valores e padrões importados do centro do sistema imperialista. Estes técnicos teriam a finalidade inclusive de difundir tecnologias implantadas destes países, o que seria importante na formação de novos mercados para suas máquinas e implementos no Brasil que atendesse aos interesses de empresas estrangeiras. Seriam, assim a vanguarda conservadora dos processos produtivos, sem grandes mudanças nas relações sociais de produção na cidade (na indústria) e no campo (leia-se na agricultura e pecuária).

A educação nesse novo projeto de desenvolvimento, conservador, deixa de ser um dever do Estado. O ensino passa a ser pago.

Como em outros campos da vida nacional, também a área da educação não ficou isenta das propostas de planejamento exógeno, transplantado de potências imperialistas. Ao contrário, para encaminhar na Universidade de Brasília, uma proposta de ensino que atendesse os objetivos do imperialismo a United State Agency for International Development (USAID) passou a firmar acordos com o Ministério da Educação e Cultura. São os acordos que ficaram tão odiados pelos estudantes quanto conhecidos como "acordos MEC-USAID". E o seu repúdio passou a ser meritória bandeira de luta.

A USAID, baseada e orientada pelo relatório do professor Norte-Americano Rudolf Atcon, previa, entre outras "recomendações": "Criar e manter um serviço de consultoria para as Universidades latino americanas"; "(...) transformar a Universidade estatal (pública) numa fundação privada"; "eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegial quanto gremial"; e colocar o ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de 10 anos (...)"³⁶

Neste projeto de ensino do regime dos generais, não

são a Universidade como em todos os níveis da educação fazem parte da superestrutura político-ideológica do modelo econômico que eles impuseram no país. Na Universidade, como em outros setores e níveis da educação formal e informal, se daria a transmissão dos novos valores necessários a consolidação deste modelo econômico e político no terreno técnico-profissional, de maneira que servisse de apoio a esse modelo econômico desenvolvendo e fornecendo profissionais com visão bitolada, estreita e acrítica. Para que tal projeto de Universidade fosse implantado, o governo orientou-se pelo relatório Meira Matos. De acordo com este relatório estudante é para estudar. Estudante não pode se meter em política, perdendo o direito de discutir, opinar sobre quaisquer assunto que dissesse respeito à direção da universidade, o conteúdo e a finalidade do ensino e muito menos questionar o regime imposto no país pelo capital nacional e estrangeiro, e menos ainda colocar em dúvida a autenticidade e a legitimidade do regime imposto. Era a instituição de ensino refletindo o regime implantado no país. Seus dirigentes passaram a ser nomeados pelos generais detentores do poder executivo, como se de um momento para outro as instituições educacionais tivessem sofrido um processo de esclerosamento, onde tudo que diz respeito ao progresso, ao pensamento e à universalidade do saber tivesse se transformado em uma grande caserna. O que passou a reinar no país, foi a antidialética do comportamento militarista.

A assinatura do Decreto-Lei nº 228, em 28 de fevereiro de 1967 deu continuidade ao espírito da Lei Suplicy de Lacerda (4.464/64) de 9 de novembro de 1964, com objetivo de substituir a União Nacional dos Estudantes (UNE), pelo Diretório Nacional dos Estudantes. A 26 de fevereiro de 1969, foi assinado o Decreto Lei nº 477, o qual, previa como punição o afastamento da Universidade, de três a cinco anos, de qualquer professor ou

estudante que "incite ou colabore para a paralização de aulas; organize comícios, passeatas ou desfile não autorizados ou de les participe".³⁷ O terrorismo cultural implantado pelo regime atingia a toda a comunidade universitária, incluindo alunos, professores e funcionários que tentassem resistir a todo tipo de retrocesso político implantado no país.

Como a lei antigreve imposta pelo regime militar nos sindicatos, a prisão e espancamento de trabalhadores, estes decretos-leis representavam a mesma ideologia dominante imposta na Comunidade Universitária. O SNI passou a se ramificar na comunidade universitária através das Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), que muitas vezes contavam com os mais sofisticados sistemas de comunicação em sincronia com os Quartéis-Generais. Como estes generais lançaram o lema "estudar é servir à pátria", a sala de aula passou a ser uma extensão da caserna, abrigando no meio dos estudantes os famosos 'dedos duros' que eram (e ainda são) os 'olhos e os ouvidos do rei'".

Sistematizando este aparato no setor da educação, os generais reduziram sistematicamente as suas verbas. Ao contrário de ser um dever do Estado, e um direito do cidadão, o ensino passou a ser propalado como um dos mais rentáveis investimentos. E os governos estimularam a acumulação de capital neste setor, cuja infra-estrutura passou a ser subsidiada pelo Estado, de forma que o orçamento para a educação diminuiu vertiginosamente a partir de 1964. Conforme dados fornecidos pelo Senado Federal (Quadro nº 9), o orçamento da União elevou-se de Cr\$ 2.110.257,00 em 1964 para Cr\$ 139.325.000,00 enquanto a sua dotação para a educação elevou-se apenas de Cr\$ 205.614,00 para Cr\$ 6.492.925,00 em 1976, ou seja, em 1964 a dotação de verbas para a educação equivalia a 9,74% do orçamento da União, tendo sido reduzida para 4,66% em 1976, o que vale dizer, foi reduzida à metade enquanto a população crescia. Vale registrar ainda

que, neste mesmo período o arrocho salarial se acentuou clamorosamente e que o Ministério do Trabalho intensificou a fiscalização nas fábricas, nos demais locais de trabalho, como supermercados e demais estabelecimentos comerciais, exigindo a alfabetização de adultos e cobrando multas onde existissem analfabetos trabalhando, o que desencorajava aos empregadores o emprego de quem não fosse alfabetizado com medo da fiscalização do Estado. Vale registrar, ainda que durante o "milagre brasileiro", em meio a toda a euforia que caracterizou o auge do governo dos generais, a educação sofreu as mais duras reduções em suas verbas, tendo caído de 8,71% em 1967 para 4,95% em 1974.

QUADRO Nº 9

PARTICIPAÇÃO DO MEC NO ORÇAMENTO DA UNIÃO

ANO	Cr\$ UNIÃO	Cr\$ MEC	%
1964	2.110.257	205.614	9,74
1965	3.774.963	417.968	11,07
1966	4.719.085	457.432	9,70
1967	6.943.198	604.644	8,71
1968	11.097.643	859.428	7,74
1969	14.229.267	1.236.646	8,69
1970	17.650.984	1.293.189	7,33
1971	23.099.700	1.566.154	6,78
1972	32.176.800	1.811.400	5,62
1973	43.883.500	2.283.813	5,21
1974	58.556.000	2.901.332	4,95
1975	90.247.261	3.893.359	4,31
1976	139.325.000	6.492.951	4,66

UNIDADE: Cr\$ 1.000,00

FONTE: Subsecretaria de Orçamento do Senado Federal

Um dos fatos que explica esta redução é a atuação sem precedentes na história do aparato repressivo que o regime implantado e imposto passou a exercer no mundo cultural. "Entre 1969 e 1973, foram punidas somente pelo Decreto-Lei nº 477 um total de 263 pessoas, mas o mais importante é que ele foi sendo incorporado aos regimentos universitários, que se tornaram instrumentos antidemocráticos e repressivos".³⁸ As Universidades Federais, em particular tornaram-se trincheiras de luta da classe dominante, acentuando-se o terrorismo cultural. Os dados do quadro nº 10 a esse respeito são gritantes. Em 1964, 51% das vagas oferecidas no ensino superior se davam no ensino público, enquanto 49% ficavam com o ensino privado; em 1974, este quadro se reverte sensivelmente. Neste último ano, 71% das vagas oferecidas no ensino superior são abocanhadas pela rede particular de ensino, enquanto as universidades públicas ficam apenas com 29%, conforme quadro nº 10.

QUADRO Nº 10

PROGRESSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

ANO	Nº DE VAGAS	% ENSINO PÚBLICO	% ENSINO PRIVADO
1964	56.300	51%	49%
1965	185.200	38%	62%
1966	348.600	29%	71%

FONTE: Teodoro Rogério Wahl. Acesso ao Ensino Superior. Editora Lunardelli, Florianópolis, 1979.

As consequências deste desestímulo ao ensino público e gratuito manifestam-se de diversas formas. São salas de aula e material destinados ao ensino de péssima qualidade, salas de aula superlotadas, com alunos apinhados quase um em cima um do outro. Com estas condições de infra-estrutura a qualidade do ensino tornou-se cada vez pior. Com a implantação das escolas

de fins de semana esta situação se agravou ainda mais com uma clientela cada vez mais desinteressada em questionar o conteúdo do ensino que lhes era oferecido.

Mas o regime militar não encontrou uma "massa" amorfa, acomodada e descomprometida no conjunto dos estudantes. Ao contrário, da mesma forma que no movimento sindical e outros setores progressistas da sociedade civil, o Estado encontrou grande resistência no seio dos estudantes. Estes confirmaram sua bravura já por vezes comprovada nas mesmas circunstâncias históricas no país.

A União Nacional dos Estudantes marcou mais uma vez sua honrosa tradição de lutas. Denunciou com veemência a traição do regime militar em mais este aspecto da vida nacional: entregar as questões relacionadas com a educação do povo, o planejamento do ensino a interesses estranhos aos trabalhadores, já que elitizava o ensino, tornando-o privilégio da classe dominante.

Apesar de colocada fora da legalidade pelo regime militar implantado em 1964 a UNE não se dobrou perante a perseguição dos generais cumprindo honroso e importante papel na denúncia dos objetivos do imperialismo no país e da elitização do ensino, onde a Universidade passou a representar interesses estranhos a nação. Realizou em 1966 e 1967 seus XXVIII e XXIX congressos, já na clandestinidade imposta pelo regime implantado.

A partir de 1968 os militares que tinham assaltado o poder, além de se valerem das instituições criadas e impostas pelo Conselho de Segurança Nacional contra uma classe da sociedade civil, que são os trabalhadores passaram à fase de assassinio brutal que caracterizou o período mais marcante do fascismo no Brasil. E suas repreensões se fizeram sentir nas organizações estudantis.

Aí não tinha-se esgotado a disposição de luta, a coragem e a ousadia dos estudantes brasileiros, que enfrentaram com bravura a traição dos generais serviçais do imperialismo.

Organizados na União Metropolitana dos Estudantes (UME), tendo à frente lideranças como Aldo Arantes, José Luiz Guedes, Honestino Guimarães, entre outros, respondiam com bravura às remetidas da ditadura militar. Em março de 1968 foi assassinado o estudante Édson de Lima Souto numa passeata que fazia parte, protesto contra o fechamento do Restaurante do Calabouço, que fora construído no governo de Getúlio Vargas e fornecia alimentação subsidiada pelo Estado, como forma de proporcionar condições de ensino a estudantes carentes de todo o país que chegassem ao Rio de Janeiro. Este fato gerou grande revolta, o que provocou manifestações de protesto como as passeatas nas maiores cidades do país, a exemplo de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador. O enterro do mártir estudante reuniu cerca de 20 mil pessoas, que participaram do cortejo com diversos comícios durante o percurso até o cemitério São João Batista.

O processo de radicalização da luta de classes neste setor teve continuidade com a invasão da Universidade do Brasil na Praia Vermelha no Rio de Janeiro pela polícia, utilizando armas de fogo, tendo os estudantes que enfrentar o aparato repressivo corajosamente, embora desarmados (do ponto de vista físico).

Em 1968, o movimento estudantil, em meio a estas lutas foi amadurecendo e avançando com o movimento operário que também manifestou-se contra o arbítrio do regime.

A Ação Popular (AP) que tinha significativo e valoroso trabalho de base tanto no campo (entre os camponeses) como na cidade, desde o início dos anos 60, a esta altura já rompera

com forças políticas atrasadas e avançava no processo com propostas mais consequentes e revolucionárias.

"Em 1968, a aliança que AP tivera com o "brasileiro" antes de 64 já não existia. Na altura a AP já tinha posição clara contra o revisionismo contemporâneo, encabeçado pelo Partido da União Soviética. E passou a relacionar-se com outros grupos combativos, embora de tendências militaristas. Aprofundou, na ação, a unidade com uma força com que a partir de então só se aproximaria, o Partido Comunista do Brasil".³⁹

À medida que os estudantes iam avançando na luta as organizações de vanguarda iam crescendo e encaminhando suas propostas de resistência em defesa da liberdade de expressão.

Assim, apesar de resultarem 3 mortes, 52 feridos e 40 presos em todo o país a luta avançava nos principais centros. No dia 26 de junho, o povo respondeu a sanha do regime militar, que cada vez mais se isolava da sociedade, com uma passeata que reuniu mais de 100 mil pessoas. Esta passeata ficou conhecida como "a passeata dos 100 mil".

O avanço do processo de lutas no movimento estudantil, artístico-cultural e operário estava "estucando" o inimigo cada vez mais ousadamente, influenciando nos demais setores da sociedade.

Na passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro, o povo demonstrou tanta disposição de luta no repúdio à sanha dos militares que estes saíram da rotina: desta vez não reprimiram. Não havia condições para esta prática. As condições concretas eram diferentes daquelas que proporcionaram a "Marcha com Deus e pela Liberdade" de abril de 1964. Passados 4 anos, cada vez mais setores da sociedade tomavam consciência da real natureza do regime militar fascista que se definia com o desenvolvimento da luta de classes no País. Mas depois de desestruturar as organiz

zações, mas conseqüentes e os partidos políticos, já não havia como resistir com êxito imediato.

No Congresso Nacional estas lutas já tinham passado a ter certa influência, levando alguns parlamentares eleitos em 1966 pela legenda do MDB a tomarem posição de repúdio ao regime, suas ações, seu arbítrio, denunciando os atos do governo dos generais de maneira corajosa.

Um dos exemplos mais conhecidos dessas ações de parlamentares, mesmo dentro dos estreitos limites impostos pelo regime foi o caso do Deputado Márcio Moreira Alves, que Haroldo Lima relata resumidamente: "Diante da brutalidade da repressão que desabou sobre os estudantes no episódio da invasão da Universidade de Brasília, o Deputado Márcio Moreira Alves fez um enérgico discurso na câmara, protestando contra a repressão do regime. As Forças Armadas sentiram-se "feridas em seus brios" e exigiram medidas contra o Deputado. O clima de ascenso da luta democrática encontrava eco no Congresso Nacional e este se negou, por 216 a 141 votos, a conceder licença para que Márcio fosse processado. A ditadura não vacilou. Fechou o Congresso e no dia 13 de dezembro, decretou o Ato Institucional número 5 (AI-5)".⁴⁰

NOTAS

1. SOUZA, Nilson Araújo de. Crisis y lucha de clases no Brasil: "O período que cobre os dez anos que vão de 1955 a 1964 corresponde à luta de morte entre duas formas distintas de desenvolvimento no país", (p. 270). Para SINGER, Paul, a intervenção do Estado neste processo que as mudanças que levaram ao golpe de 1964 teriam como origem a própria revolução de 30. Quanto as mudanças ocorridas na segunda metade da década de 50, o autor afirma que "a idéia era efetuar esta mobilização mediante os mecanismos de mercado, condicionando-os, através de adequada ação do Estado" (grifo nosso). Evolução da Economia Brasileira: 1955-1975. In: SINGER, Paul. A crise do "Milagre", Interpretação crítica da Economia Brasileira, Paz e Terra, 6a. edição, pp. 99-100.
2. BRASIL, Retrato do Brasil. Política Editora, nº 27, p. 158-160. Anexo nº 1, neste trabalho.
3. BRUM, Argemiro. Op. cit., pp. 79-82.
4. SODRÉ, Nelson Werneck. Memórias de um Soldado.
5. GRABOIS, Maurício. Revista Princípios, nº 5. Editora Anita Garibaldi.
6. BRASIL, Manifesto Programa do Partido Comunista do Brasil, 1960. In: CARONE; Edgard. A Quarta República (1945-1964). p. 512.
7. CARONE, E. Op. cit., p. 514.
8. Idem. p. 515.
9. Idem. p. 514.

10. Idem. p. 517.
11. SOUZA, Nilson Araújo de. "O PCB confiava na burguesia e se limitava a pressionar João Goulart a implantar as reformas de base" (...) Seu ponto de partida era a "revolução pacífica" (op. cit. p. 245). Mais detalhes sobre esta questão ver: Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Teses para discussão, Rio de Janeiro, 1960, Capítulo IV.
12. DREIFUSS, René Armand. Op. cit., pp. 419-421.
13. BRASIL. IBAD/IPES: Uma Ação Gorilista no Brasil (I) In: Política & Negócios, nº 587, 26 de agosto de 1963. p. 18-25.
14. CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1964). DIFEL, p. 270.
15. IDEM.
16. BRASIL, Senado Federal. Op. cit., p. 89.
17. SILVA, Hélio. O Poder Militar. Editora LP&M, 1984, p. 414.
18. BRASIL, Senado Federal. Divisão de Edições Técnicas. Legislação Citada, Brasília, 1972, p. 32.
19. BRASIL, op. cit., p. 93.
20. IDEM.
21. LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. Op. cit., p. 76.
22. SILVA, Hélio. Op. cit., p. 438.
23. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Coleção Lex, Editora Aurora, 17a. edição, p. 190.

24. Estes últimos fatos foram observados pelo próprio autor deste trabalho, que na época (M. D. A.) era militante no movimento estudantil na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ).
25. BRASIL, Ministério do Planejamento. Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966). Documento EPEA nº 1, novembro de 1964. p. 15.
26. BRASIL. Idem.
27. BRASIL. PAEG. (1964-1966). p. 83.
28. BRASIL. PAEG. (1964-1966). p. 83-84.
29. Consultar (conferir) figura nº 1 deste trabalho.
30. Idem.
31. SINGER, Paulo. "A Crise do Milagre". Interpretação Crítica da Economia Brasileira. Paz e Terra, 6a. edição, p. 79-80.
32. CIPES - Centro de Intercâmbio de Pesquisas Econômicas e Sociais. São Paulo. PEREIRA, Duarte. Um Perfil da Classe Operária. In: Jornal Movimento, 20/04 a 04/05, 180, p. 14.
33. CAMPOS, Roberto de Oliveira. In: Retrato do Brasil, nº 26, p. 430.
34. NASSIF, F. Luiz. Op. cit., p. 430.
35. BUENO, Ricardo. Meteram a Mão no Fundo de Garantia. In: Jornal Movimento de 1 a 7/09/80, p. 15.
36. LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. Op. cit., p. 74.

37. MILLER, Cláudio. A Crise da Educação. A evolução do sistema Educacional Brasileiro (1964-1982). In: Retrato do Brasil, nº 31, p. 363.
38. DIAS, Edmundo Fernando. Universidade: Crise - Mas qual ? In: Princípios nº 6, p. 44-48.
39. LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. Op. cit., p. 76.
40. IDEM, p. 82.

CAPÍTULO IV

POLÍTICA AGRÁRIA, ACUMULAÇÃO E VIOLÊNCIA

INTRODUÇÃO

A intervenção do Estado no processo de acumulação do capital na agricultura brasileira tem assumido características que, mesmo respeitando-se as especificidades neste setor da produção, não fogem à natureza e o papel do Estado na sociedade de classes. Quando este atua em outros setores da produção favorece à acumulação do capital de diversas formas já expostas nos capítulos anteriores deste trabalho: aumento do grau de exploração da força de trabalho, redução dos salários, etc. (cf. I.4). Nas condições particulares da agricultura o Estado brasileiro tem favorecido a acumulação primitiva, contribuindo para a expropriação da força de trabalho no avanço da fronteira agrícola.

A outra forma que a intervenção do Estado se manifesta (se expressa) na agricultura, além de favorecer ao capital no processo de acumulação primitiva, processo que se registra desde os primórdios da acumulação capitalista no Brasil é a diminuição dos custos dos elementos do capital constante. E esta atuação do Estado pode acentuar a contratendência ao descenso taxa de lucro.

O grande número de Institutos, Bancos de fomentos, Departamentos e outras Instituições criadas no Brasil após a revolução de 30 (cf. II.1), demonstra o crescente papel da interven

ção do Estado na acumulação capitalista na agricultura (Setor II da economia) ao mesmo tempo que mostra o poder que têm os grandes produtores na implementação das políticas deste Estado. É importante registrar o fato de que, mesmo quando o aparelho do Estado programa o apoio aos pequenos produtores estes programas ficam apenas no papel.

Visando desarticular os conflitos do campo, o governo militar adotou uma política agrária correspondente ao modelo econômico desenvolvido no país. Com menos de um ano após o golpe militar de 1964 foi sancionada a Lei 5.504 que trata do Estatuto da Terra. Como a maioria das mudanças propostas pelos generais que assumiram o poder a política que foi promovida na agricultura favoreceu apenas à classe social que detém o poder do grande capital. Isto, a começar pelas mudanças que sua política agrária provocou na estrutura fundiária concentrando mais ainda a terra que já era concentrada antes do golpe, e que foi um dos seus motivos principais.

IV.1 - INTERVENÇÃO ESTATAL ANTIREFORMA AGRÁRIA

O Estatuto da terra define a Reforma Agrária como: "O conjunto de medidas que visam a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações de sua posse e uso, a fim de atender aos anseios da justiça social e ao aumento da produtividade.¹ Este Estatuto, sancionado pelo primeiro governo do regime militar, a julgar pelo seu discurso deixa aqueles que clamavam pela Reforma Agrária e que apostavam nos discursos do Governo cheios de esperanças. Fala em "gradual extinção do latifúndio e do minifúndio", "promover a justiça social", "promover o bem-estar do trabalhador rural", etc.. Mas podemos verificar que estas perspectivas jamais passaram de falácias dos generais, que ocu

param o poder, pois esta sua Reforma Agrária nunca saiu do papel, a não ser que se chama de reforma agrária a modernização de alguns latifúndios. Ao contrário, após o golpe, passou a ocorrer um verdadeiro círculo visioso nas formas que assume a reprodução do capital na agricultura. As leis arbitrárias do Estado burguês, a repressão e os assassinatos passaram a contribuir para aumentar a concentração fundiária. Esta concentração está diretamente relacionada com as concessões de créditos com juros negativos, isenção de impostos para os investimentos aplicados na fronteira agrícola, programas especiais, etc.. Estas facilidades oferecidas pelo Estado para os latifundiários, aumentaram ainda mais o poderio destes, perante os pequenos proprietários. Estes continuaram a ser pressionados e/ou expulsos de suas terras, ou ainda, transformados em assalariados temporários ou permanentes, vivendo quase sempre em condições sub-humanas, dada a falta de apoio dos poderes públicos.

A lei nº 4.504/64 deu nova direção à política agrária no país suprimindo a Lei Delegada nº 11 de 11 de outubro de 1962 que criara a Superintendência da Política Agrária (SUPRA). Depois, o Estatuto da Terra deu origem a 3 órgãos que representam mais uma sucessão de nomes (siglas) do que mudança do regime militar, em sua política agrária. São: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvivimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA). Já no governo do General Médici em pleno período do chamado "Milagre Brasileiro" foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970). Este instituto junto a outros órgãos ficou responsável pelo encaminhamento da "colonização dirigida". E o problema mais grave de tudo é que além da contra-reforma agrária proporcionar (aumentar) as distorções no que diz respeito à distribuição da terra no país, ela foi custeada com o recurso

do Estado, ou seja, com o dinheiro do povo, aumentando o endivi
damento social e político. Os próprios dados das estatísticas
oficiais podem confirmar a ineficácia dos órgãos governamentais.

Pelos próprios dados oficiais do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística - IBGE constantes nos quadros 1A e
1B, podemos verificar as tendências do capitalismo na agricultura
brasileira, agravando seus problemas que já se tornam crô
nicos. Podemos ver como o capital tende a separar os produtores
dos seus meios de produção, aumentando o desemprego numa economia
dependente. E para que tal fenômeno ocorra, faz uso de to
dos os meios, desde aqueles que são considerados legais do ponto
de vista da ordem estabelecida pelo capital, até os meios
mais violentos, a que se registraram historicamente e que precederam
a expansão do capital no campo em outros países, exigindo
a presença constante do aparato militar para proteger os
grandes proprietários de terra em detrimento dos pequenos.

Uma outra característica do regime implantado em 1964
foi a criação de inúmeros planos e programas. Todos estes planos
e programas se pautaram por um discurso que ficou apenas no
papel completamente divorciado da prática, no que diz respeito
aos pequenos produtores. Pois, ao serem implantados, estes "planos",
"programas" ou "projétos" recebem uma cobertura imensa
de riquíssima, sofisticada e cara propaganda ou pelas agências
oficiais de comunicação ou por empresas particulares interessa-
das nos benefícios proporcionados pelo aparelho do Estado à classe
dominante, já que o Estado paga bem a tais serviços prestados
pelas empresas de propaganda aplicando para isto recursos púb
licos da receita manipulada em favor da classe dominante.

Muitas vezes tais planos são convertidos em leis e a
presentam características que visam esconder seus reais objetivos,
por serem mascarados nos primeiros momentos. À medida

que vão sendo implantados, entretanto, a própria realidade se encarrega de denunciar os seus resultados. Exemplo ilustrativo destas disparidades entre as intenções e os resultados de tais projetos são os "planos" dos governos do regime militar para a agricultura e os resultados por eles produzidos. Referindo-se à Estrutura Fundiária no Brasil, fundamentado no Censo de 1960, afirma-se no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), documento que norteou as ações dos generais: "45% do número de estabelecimentos cobrem somente 2,2% da área, enquanto menos de 1% das unidades de produção correspondente a 47% da área total".² Estes dados não deixam de ser verdadeiros. O que não é real, pois não se constatou na prática foram as medidas tomadas pelos governos do regime implantados em 1964 para a superação dos problemas relacionados com a estrutura fundiária, como poderemos constatar neste capítulo deste trabalho. Pois a agricultura permanece no mais completo atraso tecnológico.

No estado de atraso em que se encontra a agricultura brasileira, além de não apresentar condições de absorver a força de trabalho, não permite a transferência de tecnologia, impedindo-se assim a sua modernização, pelo menos de maneira que atenda a maioria dos camponeses. Esta era a avaliação feita pelos tecnocratas elaboradores do PAEG: "No caso brasileiro, ao lado dos problemas relacionados com a estrutura da propriedade da terra (minifúndios inviáveis em certas áreas e latifúndios de baixo rendimento em outras áreas) e com tendência para utilização excessiva de mão-de-obra, em detrimento de outros fatores de produção (ferramentas, fertilizantes, equipamentos mais complexos), a ausência quase absoluta de escolaridade do empreendedor e trabalhadores rurais, constitui obstáculo a vencer, para transformar uma agricultura rotineira que vive da riqueza química natural do solo, numa agricultura moderna e de prática conservadorista".³ Para aqueles técnicos, tanto o minifúndio

era incompatível com a modernização, devido à sua incapacidade de suporte para a amortização de custos fixos, como o latifúndio, devido ao desinteresse dos seus proprietários. Estes últimos, dispondo de imensas faixas de terras improdutivas para incorporar às áreas de produção não despertavam o interesse para o aumento da produtividade. Em outras palavras, os aumentos de produção ocorriam (quando ocorriam), em sentido horizontal e não no sentido vertical. O que aumentava era a área cultivada e não ocorria a melhoria dos métodos de produção nem medidas conservadoras do solo.

Quanto às finalidades, os destinos das terras, os projetos dos generais partiam de premissas bastante consistentes, pelo menos no discurso. "As áreas de minifúndio representam obstáculo à modernização da agricultura, na medida em que a mudança na estrutura técnica de produção significa emprego de máquinas".⁴ Nestas condições, isto é, na situação que se encontrava a distribuição da terra, com a predominância do minifúndio inviável por um lado, e do latifúndio improdutivo por outro, não havia outra saída para o setor agrícola a não ser a implantação da Reforma Agrária integrada, diminuindo as áreas de conflito. O poder público (diga-se os generais) utilizaria os seguintes instrumentos de pressão contra os latifundiários: tributação progressiva, desapropriação por interesse social, colonização, arrecadação dos bens vagos, recebimentos de terras por doação ou permuta e aquisição de terras por contratos de compra e venda".⁵ Sublinhou-se nesta citação a "desapropriação por interesse social", porque sabe-se que, o que mais se registrou na história do país desde os seus primórdios, foi a imensa quantidade de conflitos pela terra, onde o Estado nunca tinha resolvido a questão em nenhum governo anterior. Ao contrário, o predomínio do latifúndio, seja qual for o conceito que se adote para defini-lo tem orientado as ações do Estado no sentido

de sua preservação ao longo de toda a nossa história independentemente do discurso que venha a adotar. As afirmações de estudiosos da estrutura agrária brasileira vêm de encontro às necessidades de romper com o sistema latifundiário, por entravar o desenvolvimento econômico do país. Conseqüentemente, quem não conheceu e/ou não enfrentou as atrocidades e a fúria dos generais tanto na cidade como no campo (contra os operários e os camponeses), ou seja a julgar apenas pelo seu discurso os menos avisados podiam sonhar com mudanças progressistas mesmo nos marcos do capitalismo no campo no Brasil. Mas tais mudanças tanto não são a lógica do capital monopolista de Estado no Brasil, como jamais partiriam de iniciativas estatais, muito menos do Estado brasileiro, e menos ainda de autores de políticas oriundas de um golpe militar de caráter fascista como o que em 1964 ocorreu no Brasil. Pois sabe-se que neste momento da luta de classes os vencedores foram exatamente as forças contrárias as mudanças estruturais, por pequenas que fossem, em qualquer setor da sociedade, tanto na cidade como no campo. Podemos lançar mão do quadro evolutivo da estrutura agrária brasileira e constatar que a realidade enfrentada pelos pequenos produtores foi bem diferente da aquela que desfrutaram os latifundiários, tanto antes do golpe militar ou após este. Isto é indicativo de que o golpe militar significou a vitória do latifúndio reinante na agricultura brasileira e a continuidade do seu mandonismo.

Se se observar os quadros nº 11A e 11B, pode-se deduzir as tendências que segue a estrutura fundiária, dela concluindo os resultados das políticas do Estado, especialmente a partir do golpe militar de 1964. Tomar-se-á um período mais longo, para uma avaliação comparativa do movimento da estrutura agrária a partir da década de 20 até os anos 50. Depois comparar-se-á esta evolução com a concentração fundiária ocorrida quando a es

QUADRO 11A

I - QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS - BRASIL

II - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS

CLASSE ÁREA	1920		1940		1950		1960		1970		1975	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 - 100	463.879	72	1.629.995	86	1.763.491	85	2.986.435	89	4.454.022	90	4.500.809	90
100 - 1000	157.959	24	243.818	13	268.159	13	314.831	10	414.746	9	446.170	9
1000 e mais	26.315	4	27.812	1	32.628	2	32.480	1	36.874	1	41.468	1
Sem declaração	-	-	2.964	-	364	-	4.023	-	18.377	-	4.805	-
T O T A L	648.153	100	1.904.589	100	2.064.642	100	3.337.769	100	4.924.019	100	4.993.252	100

QUADRO 11B

CLASSE ÁREA	1920		1940		1950		1960		1970		1975	
	has	%	has	%	has	%	has	%	has	%	has	%
0 - 100	15.708.314	9	36.005.599	18	38.588.119	17	53.518.671	21	69.153.199	23	69.154.283	21
100 - 1000	48.415.737	28	66.184.999	34	75.520.717	32	86.029.455	34	108.742.676	37	115.923.043	36
1000 e mais	110.980.624	63	95.529.649	48	118.102.270	51	110.314.016	44	116.249.591	40	138.818.756	43
T O T A L	175.104.675	100	197.720.247	100	232.211.106	100	249.862.142	100	294.145.466	100	323.896.082	100

FONTE: Censo Agropecuário 1975 - IBGE. IN: IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Mimeo p. 2.

trutura do Estado estava mais fortemente subordinada à tutela dos generais, isto é após o golpe de 1964.

Conforme os dados apresentados nestes quadros os estabelecimentos com menos de 100 ha contavam 72% e detinham 9% da terra total. Entre 1920 e 1950 estes evoluíram em número, para 85% e passaram a representar 17% das terras ocupadas. Enquanto isto, no mesmo período os estabelecimentos com mais de 100 ha tiveram redução de 63% das terras ocupadas para 51% passando a representar de 4% para 1%. Seja qual for a causa atribuída para este quadro da distribuição da terra o que é certo é que não houve uma penetração do capital neste período tão acelerada quanto no período pós-64 nem o Estado adotou políticas tão concentracionistas no período anterior aos anos 60. Pelo menos tão brusco como o que ocorreu após esta década, como mostram os números que se seguem. Comparando-se a evolução deste quadro a partir da década de 60 pode-se constatar que houve um aumento da seguinte ordem no número de estabelecimentos agropecuários: este número era da ordem de 3,3 milhões em 1960, passando para 4,9 milhões em 1970 e chegando a 5 milhões em 1975. Enquanto isto, a área que era de 249,8 milhões de hectares em 1960 passou para 294,1 milhões de hectares em 1970, e elevando-se para 323,9 milhões de hectares em 1975. Isto nos leva a concluir que houve um acréscimo de 44 milhões de hectares em apenas 10 anos que na primeira metade da década de 70 (1975), ocorreu uma grande aceleração no tamanho físico da área (30 milhões de hectares a mais em apenas 5 anos). Estes números tornam-se mais eloquentes quando se observa que enquanto o número de estabelecimentos na década de 70 foi da ordem de 1,6 milhões, entre 1970 e 1975 apesar da aceleração do ritmo da expansão da área houve apenas o acréscimo de 100 mil estabelecimentos.

Ocorreu um aumento do tamanho médios dos grandes estabelecimentos. E esta situação se agrava quando se sabe que esta

expansão da área se dá a custa de grande parte de mecanismos estatais dos favoritismos como incentivos fiscais, empréstimos a fundo perdido e outras formas de crédito, com privilégios para o grande capital nacional e estrangeiro. Pois com a predominância (ou monopólio) do poder executivo sobre o poder legislativo brotavam os decretos-leis criando órgãos de encomenda e bem direcionados para determinado papel específico, revogando-se muitas vezes outras leis, e com elas instituições para darem lugar a outras que favoreciam cada vez mais ao grande capital.

Entre 1920 e 1950 não se teve uma política de capitalização do campo que desenvolvesse as forças produtivas apesar do crescimento da indústria do país como um todo. Mesmo com o desenvolvimento aparente de uma consciência da necessidade de melhorar as condições do homem do campo, mesmo para garantir o mercado para a indústria. Isto não passou de exercício de retórica em períodos eleitorais, o que demonstra a continuidade do poder latifundiário. Com a revolução de 30 necessitou-se da adoção de algumas políticas voltadas para a agricultura, mas mesmo assim estas eram voltadas para alguns produtos de exportação tradicionais, como o café, o cacau e outros produtos cujo incentivo também se voltava para o mercado externo. Enquanto isto, a produção de alimentos básicos sempre ficou em último plano. Nunca houve interesse generalizado dos capitalistas ou do Estado que os representa em investir na agricultura em alimentos básicos. Estes eram produzidos no interior dos latifúndios sob forma de parceria, ou nas pequenas propriedades em organização do trabalho em base familiar, onde parte da família trabalha praticamente de maneira gratuita, já que nem sempre é computado nos cálculos dos custos de produção (cálculos estes que nem sequer existem) todo o custo da força de trabalho empregado. O professor A. P. Guimarães mostrou que o rendimento da agricultura era baixíssimo entre 1920 e 1950. Podemos ver no quadro 12 que a maioria das cul

QUADRO Nº 12

RENDIMENTO DE ALGUMAS CULTURAS NO BRASIL

PRODUTOS	RENDIMENTO MÉDIO EM QUILOS POR HECTARES CULTIVADO	
	CENSO DE 1920	CENSO DE 1950
Café	356	396
Cacau	339	484
Trigo	641	694
Algodão	878	375
Arroz	1.562	1.249
Batata	7.335	3.424
Cana-de-açúcar	33.736	26.822
Feijão	1.078	400
Mandioca	13.467	9.551
Milho	2.040	591

FONTE: A. P. Guimarães - Quatro séculos de latifúndio, Paz e Terra, p. 205.

turas relacionadas não aumentaram seu rendimento durante 3 décadas. Ao contrário, algumas até diminuíram, provavelmente devido aos tratos culturais antiquados e falta de práticas conservacionistas do solo ou qualquer outro recurso natural, persistindo aí o maior descalabro no que diz respeito aos aspectos ecológicos, como a depredação da fauna e da flora nacionais.

Nas culturas onde ocorreram algum aumento de produtividade, este fato se deve ao incentivo à exportação ou devido às "políticas especiais" dirigidas para estas culturas em função de atendimento a alguma, como é o caso do cacau que elevou sua produtividade de 339 kilogramas por hectare em 1920 para 484 em 1950, ocorrendo o contrário com as culturas do feijão, do milho e do arroz que são "culturas de pobre", normalmente produzidas por pequenos produtores na maioria das regiões do país.

Mas tal situação, não ocorre pela primeira vez no Brasil. Historicamente os grandes latifundiários capitalistas têm contado com a mão generosa do Estado para direcionar o crédito para as grandes propriedades enquanto os pequenos proprietários minifundiários ficam abandonados à própria sorte. Esta situação já se constata no regime capitalista como uma das componentes dos fatores que favorecem à centralização e a à concentração do capital em função da terra. Assim, as pequenas propriedades são absorvidas pelas grandes e seus proprietários são transformados em assalariados, enquanto as grandes tendem a aumentar ou o tamanho (área) física ou a sua produção ou as duas coisas ao mesmo tempo. E este último exemplo (aumento da área e da produção de produtos de exportação no interior dos latifúndios) após o golpe de 64 é o mais constatado, conforme os dados estatísticos oficiais de que se dispõe, pois criou-se uma situação em que as pequenas propriedades que são os minifúndios jamais teriam condições de concorrer com as grandes que são os latifúndios, que contam com toda espécie de apoio do Estado burguês, especialmente as

várias modalidades de crédito, confirmando-se a afirmação de Marx: "A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção, em que se amplia a produção capitalista e a acumulação".⁶

Além dos latifundiários terem acesso a estrutura do Estado para garantir suas terras este mantém um sistema de crédito que torna aqueles mais poderosos. Se tomarmos o quadro de nº 13 podemos ter um espelho que reflete a forma de intervenção do Estado na economia no setor agropecuário (setor II da economia). Podemos ver como, além de o Estado proporcionar condições de grandes capitalistas terem acesso à terra são estes os que em última instância têm acesso ao recurso público através do crédito. Neste quadro podemos observar que o financiamento para os agricultores está na razão direta do tamanho físico da propriedade, isto é, quanto maior a propriedade, maiores são as possibilidades de seu proprietário adquirir o crédito, que por sua vez quase sô chega nas mãos dos grandes proprietários, enquanto os pequenos (vivem ou morrem) à sua espera.

QUADRO Nº 13

VALOR MÉDIO DOS EMPRÉSTIMOS COMPARADO COM A PRODUÇÃO E A
ÁREA DE DIFERENTES ESTRATOS DE PROPRIEDADE

ÁREA DA PROPRIEDADE (ha)	FINANCIAMENTO SOBRE O VALOR DA PRODUÇÃO (%)		FINANCIAMENTO SOBRE A ÁREA DA LAVOURA (Cr\$/ha)	
	1970	1975	1970	1975
Menos de 10	5	6	58,00	200,00
10 -- 100	13	10	87,00	631,00
100 -- 1000	23	35	182,00	1.256,00
1000 -- 10000	24	42	255,00	1.654,00
10000 e mais	36	75	840,00	3.143,00

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário. 1970 e 1975; Apud Luiz Carlos Guedes Pinto.

Ainda o quadro número 13 mostra que as propriedades com mais de 1.000 hectares receberam maior quantidade do que receberam as propriedades menores. Enquanto estas receberam menor parte do financiamento sobre o valor da produção no ano de 1970, aquelas receberam uma porcentagem bem maior. Esta distorção já tinha se agravado ainda mais em 1975, quando o financiamento das propriedades acima de 10.000 hectares já recebiam em média 12,5 vezes a porcentagem do valor das que mediam menos de 10 hectares. Pois, enquanto estas que recebiam 5% do valor da produção teve sua porcentagem elevada para 6%, aquelas (que mediam acima de 10.000 ha) tiveram esta porcentagem elevada de 36% para 75%. Expressando esta preferência do crédito pelas grandes propriedades em termos de cruzeiros por hectares temos no mesmo quadro o fato de que enquanto as pequenas propriedades recebiam Cr\$ 58,00 por hectares cultivados as grandes recebiam Cr\$ 840,00 em 1970, quantidade que foi elevada para Cr\$ 200,00 (as pequenas) e Cr\$ 3.143,00 (as grandes) respectivamente.

Estes dados mostram claramente como a intervenção do Estado na economia no setor agrícola está direcionada para o apoio às grandes propriedades e que o Estado burguês não tem agido no Brasil de forma a proporcionar a tão propalada "justiça social", especialmente no período pós-64 no campo, mas cumpre um papel de acentuador de tais disparidades.

Além de contar com o crédito subsidiado os latifundiários contam com o apoio do Estado nas pesquisas que são mantidas nos institutos, nas repartições públicas, como nas Universidades. E como decorrência destes diversos tipos de apoio do Estado ao grande capital na agricultura, o avanço tecnológico se dá nas culturas em que se reproduz o capital de forma ampliada. Quando se planeja o desenvolvimento agrário já se direcionam os fatores de produção para aqueles proprietários que, tendo acesso ao crédito, têm condições de acesso aqueles fatores, devido

ao fato de deterem o monopólio da terra. Mello mostrou que "entre 1970 e 1977 foram publicados 96,8 trabalhos de pesquisa por milhão de hectares cultivados com oito produtos de exportação e apenas 22,6 sobre quatro alimentos básicos".⁷

Aproveitando os programas de crédito rural subsidiado pelo Estado e os incentivos fiscais para determinadas regiões, os latifundiários têm aplicado parte dos recursos em projetos de investimento na formação de pastagens, aguadas, currais e outras medidas de ampliação da capacidade de suporte dos imensos latifúndios. Aumentando a capacidade física dos latifúndios criarem gado com os créditos subsidiados pelo Estado no processo de modernização ocorre um aumento rápido do capital constante destes latifúndios agora transformados em imensas e sofisticadas empresas agropecuárias. Outra parte dos recursos liberados pelo Estado, pode ser aplicado na aquisição de terras que por sua vez são usadas pelo grande capital como reserva de valor. As estatísticas oficiais do INCRA dão uma idéia bastante clara da distribuição das terras aproveitáveis do país e dispõe a sua composição da seguinte maneira:

1. EXTENSÃO DO LATIFÚNDIO

Área rural total	464.429.000 ha
Área inaproveitável e florestal	108.409.000 ha
Área aproveitável total	356.020.000 ha

ESTE TOTAL SE COMPÕE ASSIM:

Minifúndio	44.026.000	=	12%
Empresa Rural	38.040.000	=	11%
Latifúndio por Exploração	259.168.000	=	73%
Latifúndio por Dimensão	<u>14.786.000</u>	=	4%
	356.020.000		

77% da área aproveitável total é considerada latifúndio pelo INCRA:

273.954.000 ha

FONTE: INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais - 1976.

Pelos dados acima podemos ver que a maior parte das terras do país são aproveitáveis, mas que destas terras quase três quartas partes (73%) estão monopolizadas por latifundiários, como reservas de valor sem plantar ou serem aproveitadas em atividades produtivas. São chamadas latifúndios por exploração, que por sua vez ocupam quase toda a área considerada latifúndio pelo INCRA, ou seja, ocupam 73% do total das terras aproveitáveis do país (em 1975) pelas análises oficiais. Quanto aos 4% das áreas consideradas latifúndios mas que graças aos incentivos do Estado modernizaram os processos produtivos, isto é, incorporaram tecnologia através de mecanização, formação de pastagens, etc., constituem as terras que segundo o conceito dos generais e dos tecnocratas do regime militar a serviço do grande capital foi incorporada à "Reforma Agrária". São terras que já estavam concentradas devido a outras formas anteriores de intervenção do Estado e que passaram à categoria de "latifúndio por dimensão" mas continuam sendo latifúndios. São que, neste tipo de latifúndio depois de modernizados, isto é, de valorizados com recursos públicos ficou mais difícil de se resolver a questão agrária proposta pelos governos do regime dos capitalistas. Ou seja, este tipo de intervenção do Estado tem dificultado a justiça social no campo.

IV.2 - INTERVENÇÃO ESTATAL, AGROINDÚSTRIA E DEPENDÊNCIA

Assim, tanto os grandes proprietários de terras saíram beneficiadas com o crédito, subsidiado do Estado, como as indústrias de insumos químicos e mecânicos que ampliaram seu mercado com a industrialização dos processos produtivos da agricultura.

Graziano Neto mostra, conforme quadro nº 14, a evolução do consumo de insumos básicos pela agricultura brasileira em

tre 1967, véspera do início do período do chamado "milagre brasileiro", até 1975, com base em dados da SUPLAN/MA.

QUADRO Nº 14

ÍNDICES SIMPLES DA UTILIZAÇÃO DE INSUMOS BÁSICOS PELA
AGRICULTURA: 1967/75 - BASE 1966-100

A N O	TRATORES (nº)	FERTILIZANTES (tp)	DEFENSIVOS (tp)
1967	110	159	126
1968	121	214	178
1969	132	225	201
1970	146	356	195
1971	158	415	217
1972	181	622	314
1973	211	598	417
1974	246	704	500
1975	287	648	374

FONTE: A. Mesquita. Alguns indicadores sobre a evolução da economia global e do setor agrícola do Brasil. Brasília, SUPLAN/MA. (mimeo). Cf. José F. Graziano da Silva. Op. cit., p. 14.

Podemos ver que a agricultura subsidiada transformou-se em um setor propício para a reprodução do capital, principalmente pela crescente absorção de tratores, fertilizantes e defensivos agrícolas, a partir de 1967, ano decisivo na subordinação da agricultura ao grande capital.

Se tomarmos por base as estatísticas oficiais do país por um período de tempo mais longo podemos constatar esta tendência da integração cada vez maior da agricultura à indústria, onde a agricultura cada vez se transforma mais em uma extensão da indústria. E como a indústria, diretamente ligada à agricultura, foi incentivada pelo Estado, o tipo de desenvolvimento da agricul

tura ficou condicionado ao desenvolvimento da indústria. Da mesma forma os créditos concedidos a uma ficarem condicionados aos créditos concedidos a outra.

A quantidade de máquinas agrícolas vendidas no país confirma outro aspecto do grau de desenvolvimento das forças produtivas nas grandes propriedades na agricultura brasileira, o que mostra a extensão do crédito à classe de proprietários que tem acesso a esta forma de incentivo do Estado. Segundo as estatísticas cadastrais do IBGE para o ano de 1980 (Sinópsse) o número de tratores, produzidos no Brasil que no período de 1950/1960 passara de 8.372 para 61.345, continuou a aumentar, e no período de 1970/1980 esse número de tratores foi elevado de 165.870 para 530.691. Este aumento estrondoso do capital constante na agricultura brasileira em relação a períodos anteriores pode ser avaliado também pelo aumento de tratores com relação à área cultivada ou, dito de outra maneira, a redução da quantidade de área por unidade de trator. Em 1940 cada trator atendia em média a 58.497,11 hectares; em 1960 estes índices tinham sido reduzidos para 4.073,06 hectares, reduzindo-se este índice para 696,43 hectares por trator em 1980. Convém registrar que este avanço do capital constante com relação a estes fatores de produção se concentram mais nas regiões Sul e Sudeste onde há um maior e mais acentuado desenvolvimento do capitalismo tanto a nível geral, isto é, em outros setores da economia, como no campo. Basta salientar que, segundo as estatísticas cadastrais do IBGE publicadas em 1980, somente as regiões Sul e Sudeste concentravam 90,62% do número total de hectares cultivados na década de 60 tendo esta porcentagem diminuído (pelo menos oficialmente) para 81,0% na década de 80. Esta redução provavelmente se deve à extensão dos incentivos fiscais da SUDENE à Região Amazônica e ao avanço do capitalismo na agricultura na Região Centro-Oeste, nas últimas décadas.

Com a liberação do crédito após o combate à inflação que se processou entre 1962 e 1967 a economia brasileira entrou em uma nova fase, a fase de expansão que ocorreu entre 1968 a 1973. É que o regime militar criou um arcabouço de Decretos-Leis para que na economia brasileira, principalmente nas grandes propriedades se favorecesse às condições de reprodução do capital. E esta reprodução do capital se manifestou não somente na enorme quantidade de insumos mecânicos que foram subsidiados para a agricultura, mas também insumos químicos. Milhares de toneladas de insumos foram repassados para a agricultura brasileira que tinha nesta fase mais um papel a cumprir, que era produzir matérias primas para as indústrias multinacionais que nesta fase encontravam campo aberto para a sua penetração e expansão contando com todo apoio do Estado. Com o projeto megalomaniaco dos generais para sustentar o modelo econômico por eles implantado, tinha que exportar cada vez mais matérias primas, para fazer face às importações de máquinas e implementos. Para isto, foi necessário a modernização dos latifúndios imensos contando para esta modernização com a intervenção do Estado. Dessa forma a agricultura teria que dar grandes contribuições para a manutenção do parque industrial que crescia cada vez mais dependente. "A inserção da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista, que se afirma nesse período, se dará dentro das coordenadas gerais, de expansão da produção agrícola para o mercado interno em alguns casos e externo, na maioria das vezes, a fim de permitir a manutenção de baixos custos da reprodução da força de trabalho urbano e aumentar o montante de divisa para que se mantenham as importações de insumos e máquinas necessárias para a expansão do parque industrial".⁸ Os produtos industrializados tinham que ter garantidas condições de competição no mercado internacional. Para tanto, contava com matéria prima subsidiada pelo Estado, e baixo custo da reprodução

da força de trabalho. Assim os salários puderam se manter sob duras condições de arrocho durante todo período do "milagre", mais do que em qualquer outro período da história do salário do país.

Para tornar atrativo o setor agrícola para o investimento do capital monopolista o Estado adotou uma série de medidas que redundaram em apoio à reprodução deste capital. Entre outras medidas foi lançado o Programa Nacional de Calcário Agrícola, entre outros de fertilizantes e outros insumos. Segundo Lima, esta medida, assim como o apoio à produção de máquinas agrícolas "significa que o relativo processo de inovações tecnológicas que vem ocorrendo na produção agrícola na área de mecanização decorre da combinação da intervenção do Estado através de subsídios, créditos fáceis, etc., barateando os custos da modernização e da introdução dessas inovações naquelas culturas que pelo menos permitam condições de lucro médio.⁹ Para se ter uma idéia geral dos efeitos destas inovações na esfera do capital constante no processo produtivo podemos observar o quadro número 15. Neste quadro podemos ver que o consumo aparente de fertilizantes nitrogenados que era de 51 mil toneladas em 1964 elevou-se para 888 mil toneladas em 1980. Os fosfatados que em 1964 era de 135 mil toneladas foi elevado para 1.849 mil toneladas em 1980. Os adubos Potássicos, em 1964 contavam com um consumo aparente de 69 mil toneladas. Este número foi elevado para 1.269 mil toneladas em 1980.

No combate a pragas e doenças se confirma este mesmo grau de desenvolvimento das forças produtivas. O consumo aparente de inseticida, que em 1964 era de 9.537 mil toneladas, teve este consumo aparente elevado para 43.551 mil toneladas em 1979; o consumo aparente de fungicidas que era de 2.578 mil toneladas em 1964 teve esta cifra evoluída para 23.191 mil toneladas. No

QUADRO Nº 15
 CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES (EM 1.000
 TONELADAS DE NUTRIENTES ARREDONDADAS)

ANO	NITROGENADOS	FOSFATADO	POTÁSSICO	TOTAL
1960	67	131	106	303
1961	55	118	73	246
1962	51	117	68	236
1963	65	157	92	314
1964	51	135	69	255
1965	66	120	100	286
1966	71	117	93	281
1967	103	204	137	444
1968	144	273	184	601
1969	164	265	200	629
1970	276	416	307	999
1971	278	526	351	1.165
1972	412	875	460	1.747
1973	346	805	529	1.680
1974	389	914	521	1.824
1975	406	1.014	558	1.978
1976	498	1.308	722	2.528
1977	700	1.545	963	3.208
1978	708	1.523	991	3.222
1979*	785	1.567	1.085	3.437
1980*	888	1.849	1.269	4.006

FONTE: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos
 Agrícolas do Estado de São Paulo.

(*) Estimativa preliminar, excluindo fosfato natural
 moído.

controle de ervas daninhas, os dados do Quadro nº 16 apresentam uma evolução também surpreendente. Em 1964, segundo este quadro eram consumidas 365 toneladas de herbicidas. Em 1979 esta cifra elevou-se para 19.537 toneladas. Na prática estes insumos não são aplicados separadamente, mas fazem parte de verdadeiros "pacotes" tecnológicos exigindo outras técnicas de produção com gente especializada, mudanças nos sistemas de cultivo nas fazendas, que por sua vez passam a atuar como grandes empresas capitalistas, garantindo mais rápido retorno dos investimentos feitos e maior grau de segurança em suas aplicações por menor que seja a parte do crédito verdadeiramente aplicado na agricultura. Isto significa mudanças qualitativas na base técnica da atividade agrícola e seleção das propriedades a serem aplicadas essas técnicas, onde os pequenos quase sempre são eliminados. E, neste caso, tal agricultura passa a ser uma extensão da indústria (da grande indústria), e desta cada vez mais estreitamente dependente. Considerando-se que à medida que se moderniza os processos produtivos se absorve tecnologia cada vez mais sofisticada e que esta tecnologia capital-intensiva elimina força de trabalho vivo, o que pode se deduzir é que ela é provocadora de desemprego. Neste caso, à medida que este modelo foi sendo implantado, com a aplicação dos chamados pacotes tecnológicos, vai gerando mais custos sociais como desemprego, tanto no campo, de onde a força de trabalho é expulsa, como na cidade, onde chega e fica desempregada. Tais distorções aumentam a dependência do país também do centro de geração da tecnologia utilizada, além de contribuir para o agravamento da situação da classe dominada.

QUADRO Nº 16

CONSUMO APARENTE DE DEFENSIVOS
AGRÍCOLAS - 1960-1979 (EM TONELADAS)

ANO	INSETICIDAS	FUNGICIDAS	HERBICIDAS	TOTAL
1960	11.321	6.638	140	18.099
1961	8.133	3.382	143	11.658
1962	9.702	5.860	153	15.715
1963	6.491	4.765	260	11.516
1964	9.537	2.578	365	12.480
1965	12.780	3.202	240	16.222
1966	14.304	5.517	455	20.276
1967	12.057	4.698	921	17.668
1968	19.828	4.687	1.831	26.346
1969	24.083	5.491	1.451	31.025
1970	23.306	7.747	3.416	39.469
1971	27.223	11.513	5.037	43.773
1972	33.899	24.696	4.886	63.483
1973	37.894	36.942	9.468	84.304
1974	45.247	40.487	14.940	100.674
1975	41.803	14.239	22.418	78.460
1976	28.500	16.633	24.267	69.400
1977	33.846	28.585	19.920	78.357
1978	42.754	22.913	22.859	88.528
1979	43.551	23.191	19.537	86.279

FONTE: Dados de 1960 a 1969, CHAVES, 1973. De 1970 a 1979, Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas de São Paulo. Apud. Centro de Estudos Agrícolas. IBRE.FGV., IN: Retrospectiva Agropecuária 1980 e 1981.

IV.3 - POLÍTICA AGRÁRIA, DESEMPREGO E DÍVIDA SOCIAL

Além dos fatos colocados até aqui acerca do golpe de 1964, deve se colocar em relevância neste trabalho que a intervenção do Estado na agricultura tem tomado um caráter de modernização que só tem agravado o quadro social. Os planejadores do desenvolvimento no país tentavam justificar esta penetração de capital estrangeiro na agricultura chamando-a de colonização e/ou reforma agrária. Porém o que se tem constatado na realidade é o fato de que estas grandes propriedades (os latifúndios) criadas nestas concessões nem criaram emprego no país nem incorporaram tais terras em processos produtivos em bases verdadeiramente empresariais. Também não correu nenhuma ação distributiva ou descentradora do poder. O que realmente tem concretizado as ações do Estado neste processo é criar e recriar um tipo de modernização que Lenin definiu como de Reforma Agrária Prussiana, que conserva o regime de latifúndio, em contraste com a Reforma Agrária Americana, em que a terra é distribuída, produzindo um padrão diferente de propriedade. Nesta, o desenvolvimento das forças produtivas se dá de maneira mais rápida e revolucionária, ao passo que no caso da Reforma Agrária Prussiana ocorre apenas a modernização do latifúndio.¹⁰ Na América do Norte, primeiro foi feita a reforma agrária para depois se modernizar os processos produtivos. Na Prússia, as terras não foram redistribuídas. O latifúndio foi modernizado, tornando-se mais poderoso. Aqui no Brasil, o que os militares e demais entreguistas convencionaram chamar de Reforma Agrária foi um processo semelhante a este último no que diz respeito ao tamanho da propriedade, tendo ainda como agravante o fato de a modernização ter sido conduzida à custa dos recursos públicos como os incentivos fiscais, juros subsidiados, etc.. Ou seja, depois que as grandes empresas multinacionais e nacionais, extorquiram os trabalhadores nas fábricas tiran

do lucros fabulosos dentro do sistema do capitalismo monopolista de Estado aqui implantado, receberam "de mão beijada" os impostos que deveriam pagar aplicando na Amazônia, no Nordeste e/ou no Centro-Oeste na compra de extensas propriedades, tornando-se mais poderosos.

Neste tipo de desenvolvimento, tanto o latifúndio protegido pela intervenção do Estado como o grande capital se fortalece cada vez mais. Por outro lado, nos minifúndios cria-se o outro lado desta realidade, em que a força de trabalho tenta sobreviver abandonada à sua própria sorte até que o próprio desenvolvimento do capitalismo desapropria o camponês sem estrutura econômica indo ele para as grandes cidades engrossar os cinturões de miséria das favelas.

Uma das características deste modelo de desenvolvimento agrícola é a imensa quantidade de trabalhadores temporários, tipo de relação de trabalho em que o patrão não assume os encargos sociais. No sistema de assalariamento temporário as pessoas, ou são abandonadas no interior dos latifúndios, ou deles são expulsos para só serem procurados nas épocas de grandes necessidades e a preços relativamente baixos.

Nos quadros nºs 17 e 18 das Estatísticas Cadastrais do INCRA podemos verificar o resultado destas políticas do Estado em articulação com o desenvolvimento do capitalismo. No primeiro temos o emprego da mão-de-obra (força de trabalho) nos imóveis com assalariados permanentes. No segundo se encontram os dados sobre a mão-de-obra sem os assalariados permanentes. Em ambos os quadros esta categoria está distribuída por estrato, o que facilita uma análise acerca da relação que existe entre o desenvolvimento do assalariamento e o tamanho da área da propriedade. Como mostra o primeiro quadro (nº 17) o tamanho da área da propriedade que ocupa maior número de assalariados permanentes fica entre 200 e 500 ha. Este número de assalariados começa a dimi -

QUADRO 17

MÃO-DE-OBRA NOS IMÓVEIS SEM ASSALARIADOS PERMANENTES

Estrato de Área (ha) e Categoria de Imóveis	Nº de Imóveis	Assalariados Temporários	Parceiros	Arrendatários
menos de 1	52.711	16.027	177	211
1 a menos de 2	127.080	57.652	717	642
2 a menos de 5	389.016	256.962	5.162	3.194
5 a menos de 10	457.814	406.074	12.800	5.271
10 a menos de 25	899.636	1.068.654	59.684	15.297
25 a menos de 50	518.821	936.263	56.242	14.598
50 a menos de 100	310.662	830.798	51.499	14.506
100 a menos de 200	177.417	651.002	43.139	11.575
200 a menos de 500	109.322	473.687	39.021	10.188
500 a menos de 1000	32.283	177.636	18.905	5.003
1000 a menos de 2000	14.580	72.762	12.381	3.582
2000 a menos de 5000	9.070	46.667	8.059	1.982
5000 a menos de 10000	2.384	10.464	2.097	982
10000 a menos de 20000	606	4.799	917	187
20000 a menos de 50000	304	2.973	479	82
50000 a menos de 100000	92	338	11	2
100000 e mais	42	612	-	-
TOTAL	3.101.840	5.013.370	3.110.090	86.302
Minifúndio	2.353.004	2.662.098	99.222	29.528
Empresa Rural	100.431	469.162	53.589	8.552
Lat. p/Dimensão	74	652	299	-

FONTE: Estatísticas Cadastrais/1 - INCRA - 1972.

QUADRO 18

MÃO-DE-OBRA NOS IMÓVEIS COM ASSALARIADOS PERMANENTES

Estrato de Área (ha) e Categoria de Imóveis	Nº de Imóveis	Assalariados Permanentes	Nº máximo de Assalariados	Parceiros	Arrendatários
menos de 1	418	787	1.208	4	11
1 a menos de 2	1.210	2.035	3.528	19	20
2 a menos de 5	5.794	11.211	21.487	167	120
5 a menos de 10	9.385	18.401	38.549	535	230
10 a menos de 25	29.080	61.763	154.991	2.870	840
25 a menos de 50	29.507	71.051	198.796	3.804	1.120
50 a menos de 100	34.512	92.025	289.302	6.003	1.679
100 a menos de 200	35.929	117.743	392.561	10.023	3.081
200 a menos de 500	40.474	187.540	584.471	17.283	5.930
500 a menos de 1000	19.180	130.885	389.547	10.582	4.193
1000 a menos de 2000	10.795	95.607	269.596	8.723	3.643
2000 a menos de 5000	6.924	88.566	227.708	4.565	3.096
5000 a menos de 10000	1.925	43.080	101.630	2.824	1.384
10000 a menos de 20000	787	29.195	61.474	586	350
20000 a menos de 50000	395	17.049	48.681	248	63
50000 a menos de 100000	76	22.745	8.270	2	24
100000 a mais	36	5.467	14.830	1	83
TOTAL	226.427	975.150	2.806.629	69.129	25.837
Minifúndio	58.649	116.137	284.727	3.958	1.201
Emp. Rural	53.658	362.379	1.025.491	24.581	6.702
Lat. p/Exploração	114.028	472.187	1.451.777	40.347	17.724
Lat. p/Dimensão	92	24.447	44.634	243	210

FONTE: Estatísticas Cadastrais/1 - INCRA - 1972

nuir à medida que aumenta o tamanho da área da propriedade. Podemos ver no quadro nº 18 que o número total de assalariados temporários também é maior nos estratos compreendidos entre 200 e 500 hectares. Vemos neste quadro que os assalariados temporários também começam a diminuir, tendo uma queda brusca a partir do estrato de área de 10.000 hectares. O quadro nº 18 mostra-nos ainda a tendência que predomina entre a funcionalidade na relação do capital e a recriação da pequena produção. Neste quadro (18) a categoria minifúndio aparece empregando mais de 50% do número de assalariados temporários. Em algumas regiões ocorrem grande número de parceiros e arrendatários e pequenos proprietários. Isto mostra que existe de fato nos pequenos imóveis a persistência do camponês semi-proletariado que tem pequena propriedade e se assalaria por parte do seu tempo.

No período de expansão da economia brasileira que se convencionou chamar de "milagre brasileiro", por exemplo, ocorreu uma aceleração do número deste tipo de trabalhador, nesta relação de trabalho. O quadro número 19 apresenta dados que refletem o resultado da modernização do latifúndio no país. O total de trabalhadores assalariados permanentes na agricultura em 1967 era de 1.400 mil representando 13%, sofreu uma redução de 14%, diminuindo para 1.200 mil. O número de posseiros que era de 700 mil, representando 6% do total de trabalhadores em 1967 foi reduzido para 500 mil passando a representar apenas 4% e sofrendo uma redução de 29%. Os minifundiários que eram em número de 2.700 mil foi reduzido para 2.400 mil, ou seja, representavam 26% passou a representar 21% sofrendo uma pequena redução de 11%.

Os números que refletem a maior variação destas relações sociais entretanto, são aqueles que dizem respeito aos posseiros/arrendatários e aos assalariados temporários. Estes, que já representavam o maior contingente de trabalhadores na agricultura brasileira que era de quantia de 3.900 mil tiveram este nú

QUADRO Nº 19

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO NO BRASIL 1967-1972 (em milhões)

Mão-de-Obra	1967 Nº Absoluto	%	1972 Nº Absoluto	%	Crescimento ou Decréscimo
Assalariado Permanente	1.400.	13	1.200.	11	- 14
Assalariado Temporário	3.900.	36	6.800.	60	+ 74
Parceiro/Arrendatário	2.100.	19	500.	4	- 760
Posseiros	700.	6	500.	4	- 29
Minifundistas	2.700.	26	2.400.	21	- 11
TOTAL	10.800.	100	11.400.	100	

FONTE: Estatísticas Cadastrais do INCRA: 1967-1972 - Extraída da CPI do Congresso Nacional - Brasília, 1975.

mero elevado espantosamente para 6.800 mil. Em termos percentuais esta categoria representava 36% das cinco categorias analisadas; quase dobrou este percentual elevando-se para 60% e com este aumento de 740% passou esta categoria a representar 3/5 dos trabalhadores rurais do país.

IV.4 - REGIME MILITAR, POLÍTICA AGRÁRIA E SOBERANIA NACIONAL

Ao contrário de solucionar os problemas relacionados com a agricultura, a intervenção do Estado na economia agrária provoca (tem provocado) no Brasil (principalmente após o golpe militar de 1964) outros problemas.

Isto porque as terras não só ficaram mais concentradas, o que já seria por si só um processo de entrave ao desenvolvimento do país, mas também e principalmente porque tais terras passaram para o domínio estrangeiro, através da sua aquisição por empresas multinacionais e/ou por grandes empresas nacionais aquelas integradas.

Na segunda metade da década de 50 as grandes empresas multinacionais e nacionais sob a capa do "Desenvolvimento" do Nordeste já tinham carreado imensos recursos via incentivos fiscais destinados à aplicação no Nordeste. Em 1966, sob o governo do Marechal Castello Branco, o primeiro dos ditadores do regime implantado em 1964, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Esta autarquia ficou subordinada ao Ministério do Interior e encarregada do planejamento da Amazônia. Para tanto, uma das medidas tomadas foi desviar recursos que seriam aplicados em escolas, hospitais ou habitações populares pelo Estado para passar às empresas particulares que quisessem aplicar na Amazônia a título do que eles convencionaram cha-

mar de desenvolvimento. Sautchuk e outros resumem a atuação deste tipo de desenvolvimento na seguinte frase: "O trator multinacional varou a selva com a violência e a arrogância típica do capitalismo. De 1966 até hoje (1980), a SUDAM já financiou a montagem de aproximadamente 360 fazendas de gado, distribuindo aos empresários nacionais e estrangeiros o dinheiro dos "incentivos".¹¹ Estes incentivos significavam investimentos e reinvestimentos de grandes empresas na região provocando ou acelerando o processo de acumulação primitiva sob a custódia do Estado, em que estas empresas aceleram a desapropriação de terras pertencentes aos índios ou ocupadas e desmatadas por posseiros, os quais passaram a ser expulsos por grileiros.

Apesar do relativamente pouco desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, nestas regiões foram introduzidas algumas formas de investimento tecnológico, mesmo que em alguns lugares este desenvolvimento assumisse a forma de "enclave". Isto é, implantação de pacotes tecnológicos importados, trazendo para o país inovações técnicas caríssimas e completamente desvinculadas da realidade. Este é o caso, por exemplo de grande parte das grandes empresas estrangeiras que aqui, passaram a ser implantadas após o golpe de 1964. E se pode tomar como referência típica destes enclaves na Região Norte, o famoso Projeto Jari cuja área, segundo declaração dos próprios diretores do projeto era de "3.654,491 hectares, dos quais 579,013 estão localizados no território do Federal do Amapá, município de Mazagão, 3.075.478 3.075,478 hectares no município de Almeirim, comarca de Monte Alegre, Estado do Pará".¹² Estas são declarações que se pode coletar legalmente acerca do Projeto Jari. Mas cada vez mais que o autor supra citado tentou descobrir sua real dimensão deu com o tamanho diferente, e cada vez maior. Mas o que é certo é que suas dimensões são verdadeiramente continentais, permitindo aos autores estudiosos da questão agrária na Amazônia a seguinte com

paração: "Se somarmos a área total das propriedades que têm área até 10 hectares, veremos que a soma da área de mais de um milhão de propriedades rurais têm área total inferior à propriedade de um só americano".¹³ Mas não foi o único caso registrado sob a tutela dos generais serviçais do capital estrangeiro. O recadastramento do INCRA de 1976 mostra que as pessoas jurídicas estrangeiras detêm 4.712.481 hectares de área total dos imóveis rurais do Brasil sendo que 90% destas terras estavam sob o domínio de apenas 43 grandes empresas, o que representa uma área média de 100.000 ha.¹⁴ Há ainda os inúmeros casos de "testas de ferro" brasileiros que compram estas terras driblando a lei, com a conivência do governo. Nestes casos fica difícil até mesmo para as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) formarem uma visão do problema em toda sua extensão. Mas o que importa para os objetivos deste trabalho é demonstrar a eficácia do Estado burguês em repassar para propriedade da classe dominante (que este Estado representa) vultosas somas do erário público acobertado por leis que este mesmo Estado cria.

A intervenção do Estado na questão agrária se processou em outras regiões do país. Além dos incentivos da SUDENE, e a criação da SUDAM, se registrou os chamados polos de desenvolvimento que eram formas de o Estado dirigir recursos para determinadas regiões através dos incentivos fiscais, crédito subsidiado, etc..

O POLOCENTRO, lançado a título de desenvolvimento da região Centro-Oeste, foi uma forma de o governo brasileiro viabilizar o Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Japão. Este acordo também concorreu para ocupação de 1.300.000 quilômetros quadrados de superfície do cerrado, envolvendo extensas áreas de três Estados: Bahia, Minas Gerais e Goiás. Neste caso, não precisava mais os capitalistas chegarem sornateiramente, através das empresas multinacionais. Era o programa de Crédito Integrado,

assinado pelo então Secretário da Agricultura de Minas, Allysson Paulinelli.¹⁵ Aqui as coisas foram feitas às claras. Toda infraestrutura fornecida pelo Estado Brasileiro de um projeto que foi entregue à Japan International Cooperation Agency (JICA), que segundo dados do próprio projeto sua área mede acima de 3,5 vezes o território do Japão. Neste caso se trata de um investimento direto do governo japonês onde este passou a investir na região Centro-Oeste com o objetivo de produzir matérias-primas para as indústrias de alimentos japoneses e principalmente, milhares de toneladas de grãos para suprir às necessidades alimentares daquele país à custa de uma verdadeira "invasão branca" no território brasileiro. O governo brasileiro aplicou pesados recursos em estradas, e pesquisas caríssimas garantindo ao capital estrangeiro segurança no investimento e o escoamento da produção.

Conforme o quadro nº 20, que exibimos a seguir, além da infraestrutura oferecida pelo Estado nestas regiões consideradas "prioritárias", chamadas pelo governo POLO DE DESENVOLVIMENTO, são inúmeros os Decretos-Leis que favorecem a penetração do capital e sua expansão na agricultura. E estes Decretos contemplam tanto a empresas nacionais como estrangeiras, indistintamente.

Conforme resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito requerida pelo Deputado Márcio Moreira Alves (no ano de 1977) em 1968 "já existiam 12.943.947 hectares de terras pertencentes a estrangeiros em apenas 7 das unidades da federação, cuja área equivalia a área da soma dos estados do R. G. do Norte e da Paraíba.¹⁶

Contraditoriamente, enquanto o General Golbery do Couto e Silva tinha desde o fim da década de 70 empanturrado os quadros da ESG com sua "ideologia de Segurança Nacional", na prática se verificava exatamente o contrário: entregaram o terri

QUADRO Nº 20

BRASIL. RESUMO DOS PRINCIPAIS INCENTIVOS FISCAIS AOS QUAIS PODEM RECORRER
AS EMPRESAS ESTRANGEIRAS LIGADAS À AGRICULTURA (1976)

LEI OU DECRETO-LEI	BENEFÍCIO CONCEDIDO	CONDIÇÃO
Decreto-Lei 756/69	50% de redução do Imposto de Renda sobre resultados financeiros obtidos nos empreendimentos.	- Aplicações na região Amazônica e no Nordeste.
Lei 4239/63	- Isenção total por 10 ou 15 anos do Imposto de Renda sobre resultados financeiros obtidos nos empreendimentos.	- Aplicações, na região Amazônica ou no Nordeste, consideradas de interesse prioritário pelo Governo Federal.
Lei 5508/68	- Redução de 50% sobre imposto de renda devido sobre resultados financeiros obtidos em investimentos fora das regiões indicadas.	- Utilização da importância não paga, mais o seu equivalente em recursos próprios, em empreendimento localizado nas regiões mencionadas desde que aprovados pelos respectivos órgãos regionais.
	- Redução de 75% do Imposto de Renda sobre resultados financeiros obtidos nas empresas.	- Utilização da quantia de imposto não paga para aquisição de obrigações do Banco da Amazônia.
	- Redução de 50% do Imposto de Renda sobre os resultados financeiros na empresa.	- Aplicação da quantia não paga, acrescida do equivalente de recursos próprios, em empresas de florestamento ou reflorestamento.
Decreto-Lei 1158/71	- Dedução da parcela exportada no cálculo do lucro tributável das pessoas jurídicas.	- Empresas que se dedicam à exportação.
Decreto-Lei 1139/70	- Isenção do Imposto de Renda de 25%, na fonte, sobre remessa de divisas destinadas a pessoas físicas e jurídicas no exterior.	- As remessas devem se referir a comissões pagas por exportadores a agentes no exterior, juros de cambiais de exportação; comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais; juros de créditos; gastos de promoção e propaganda.
Decreto 70162/72 Lei 4502/64	- Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados.	- Produtos exportados ou destinados à exportação.

Continuação do Quadro Nº 20

<p>Decreto-Lei 1428/75 77065/76</p>	<p>- Redução de 50 a 80% e isenção do imposto de importação.</p>	<p>- Investimentos realizados na área da SUDAM.</p>
<p>Decreto-Lei 37/66</p>	<p>- Restituição, suspensão do pagamento e isenção do Imposto de Importação. Isenção do Imposto sobre Operações Financeiras.</p>	<p>- Importação de mercadorias para fabricação de mercadorias exportáveis ("draw back"). Créditos e Seguros concedidos a empresas que fabricam produtos de exportação.</p>
<p>Decreto-Lei 1236/72</p>	<p>- Isenção do Imposto de Importação.</p>	<p>- Empresas estrangeiras que transfiram conjuntos industriais completos para o Brasil, desde que os produtos fabricados se destinem essencialmente à exportação.</p>
<p>Decreto-Lei 1248/72</p>	<p>- Abatimento do lucro rujeito a Imposto de renda de quantia igual à diferença entre o valor dos produtos manufaturados adquiridos dos produtores vendedores no mercado interno e o valor FOB, em moeda nacional da venda dos mesmos produtos no exterior. - Isenções, reduções e abatimentos de Circulação de Mercadorias (imposto estadual) e crédito tributário.</p>	<p>- "Trading Companies". - Produtos destinados à exportação.</p>

FONTE: SAMPAIO, Plínio. Capital, Estrangeiro e Agricultura no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis, 1980. p. 130 a 132.

tório do país ao capital estrangeiro. Pode-se deduzir este contraste pela afirmação da CPI (de 1977) ao constatar a penetração de capitais estrangeiros em vastas áreas do território nacional, apesar de toda a repressão feita pelos generais contra qualquer contestação a estes desmandos em nome da "segurança interna". "A impressão tida, ao examinar em um mapa (a localização dos imóveis estrangeiros), é a da formação de um cordão isolando a Amazônia do resto do país".¹⁷

A Ideologia da Segurança Nacional apregoada pelas Forças Armadas Brasileiras tem seu caráter expresso neste festival de entreguismo. Conforme estes dados oficiais analisados acerca da questão agrária no país o que já se pode deduzir é que o Estado brasileiro foi reestruturado em todo o seu aparato jurídico como militar não para defender a nação e sim para entregar suas riquezas ao estrangeiro e reprimir a classe dominada no interior da nação.

IV.5 - POLÍTICA AGRÁRIA, REPRESSÃO MILITAR E LUTA DE CLASSES NO CAMPO

Mas o Estado burguês não se resume a um sem fim de leis, independentemente do seu discurso. Dependendo do grau de organização e resistência oferecida pelo proletariado, o braço armado do Estado pode entrar em ação de forma mais expressamente evidente e violenta. E o processo de acumulação no Brasil tem manifestado esta forma de intervenção do Estado por diversas vezes na história da luta de classes deste país.

Esses conflitos de classe assumiram grandes proporções no país durante os tempos do regime militar. À medida que ia faltando espaço para a oposição ao regime do arbítrio, esta ia se organizando e criando ou colocando em ação novas formas de luta.

Algumas destas lutas chegaram a aparecer na imprensa, mesmo que esta estivesse por demais controlada pela censura implacável do regime implantado. Mas quando aparecia alguma publicação, em geral era a versão distorcida do regime militar sobre os fatos. Na maioria das vezes a luta assumia características de uma guerra subterrânea, surda e abafada. À medida que ia suprimindo todos os resquícios de liberdade de organização, ação e expressão da classe dominada os governos do regime militar faziam discursos e manifestos, que cada vez convenciam menos até mesmo aqueles que apoiaram o golpe no início. (Cf. os manifestos dos Atos Institucionais à Nação, na parte III.1 deste trabalho). E à medida que ia perdendo a pouca credibilidade da sociedade civil ou mesmo a coesão dentro de suas próprias hostes, os generais iam aplicando sua doutrina da "Segurança Nacional" do "mais canhão e menos manteiga", numa política direitista e cada vez mais estreita.

Entre 1964 e 1968, enquanto o golpe se consolidava ainda ocorreram algumas manifestações de protesto, apesar da repressão reinante, conforme mostra o capítulo anterior deste trabalho. O movimento estudantil conforme o Congresso de Ibiúna realizado pela UNE, e outras manifestações dos secundaristas resistiram no movimento de massas enquanto foi possível com sua tradicional bravura. O movimento operário, também enfrentou a sanha dos generais com bravura e coragem (de acordo com parte anterior deste trabalho) manifestado em Osasco e Contagem. Mas entre 1968 e 1973 o cerco fascista foi apertando-se cada vez mais. O capital estrangeiro foi cada vez mais defendido acima de qualquer dúvida e de maneira obstinada pelos militares. E para demonstrar garantia e segurança para os investimentos das multinacionais passaram a ser confundidos os conceitos de autoridade e autoritarismo. De forma que qualquer manifestação que representasse alguma aspiração da liberdade suprimida, ali estava um possível inimigo interno, para ser "eficientemente combatido" para ser liquidado

convenientemente pelas forças do golpe militar de 1964. E, à medida que o capital foi acelerando o processo de acumulação primitiva, foi aumentando o grau de organização e resistência dos trabalhadores rurais. E, à proporção que no país foi, paulatina ou bruscamente sendo suprimido o estado de direito e implantado o estado de força, a luta de classes no campo passou a assumir o estágio de luta armada, já que os camponeses tinham que ceder lugar para as máquinas em algumas regiões e as máquinas e os bois em outras. E para isto, os camponeses não estavam dispostos. Defenderiam seu palmo de terra onde trabalhar, de onde tirar o sustento custasse o que custasse. Em algumas das regiões do país os latifundiários já exploravam milhões de camponeses em suas imensas propriedades. Neste caso, foi só expulsá-los de suas terras, não tendo os trabalhadores chances de se organizar, já que seus sindicatos estavam duramente reprimidos ou a serviço do Estado burguês, a este atrelado, ou ainda adotando uma prática assistencialista. Em outras regiões, como o caso da Amazônia, os camponeses é que ocupavam as terras antes. O grande capital chegou depois (e muito depois), comprou as mesmas via incentivos fiscais e os expulsou à bala, como veremos. A região Amazônica por sua vez foi devastada em decorrência da política agrária adotada durante o regime militar.

A maioria dos estudiosos, com base em trabalhos respaldados em documentos oficiais, são unânimes em afirmar que a maior devastação da Amazônia com suas desastrosas consequências econômicas, sociais, ecológicas e políticas foi acentuada a partir do modelo econômico implantado após o golpe militar de 1964. E as políticas de incentivos fiscais adotadas para aquela região se fizeram sentir de maneira mais acentuada após a consolidação do regime de força, combinando ou alternando, o poder econômico do Estado e o seu braço armado. Enquanto o primeiro (o poder econômico) assegura o apoio financeiro e legal do ponto de vista

do Estado burguês, o segundo poder estatal, (o aparato militar) garante a ocupação física da-terra, apoiando grileiros contra os posseiros, garantindo a acumulação primitiva, na medida em que as terras que eram griladas quase sempre já contavam com a incorporação do trabalho dos posseiros. Estes com dez, vinte ou mais anos ocupando tais terras, vindos de outras regiões.

"Qualquer processo de acumulação requer a captação de um excedente, e a violência serve a essa finalidade no processo de acumulação primitiva".¹⁸ Enquanto o aparato jurídico foi aperfeiçoado para facilitar a exploração dos trabalhadores onde as relações capitalistas já estão consolidadas, na fronteira agrícola pressupõe a outra forma de violência do Estado Capitalista. Isto é, enquanto se generaliza as condições propícias para concretização do achatamento salarial (o aumento da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa) onde já se generalizou o assalariamento, o mesmo Estado aciona o Exército e a polícia para garantir a expropriação dos camponeses nas regiões de fronteira agrícola. E estes dois processos de exploração e de expropriação, mesmo que coexistam no país como um todo, o segundo (a acumulação primitiva) é o pressuposto para a penetração e expansão daquele (extração de mais-valia).

A história desta luta está escrita com sangue do povo, em diversas regiões, como segue. As Ligas Camponesas, movimento que teve início após 1945, durante o curto período de legalidade do Partido Comunista do Brasil, foi duramente reprimido entre 1948 e 1954. Nesse último ano teve ascenso com a liga camponesa mais famosa, a do Engenho da Galiléia, cujo maior ascenso de luta durou até 1964, quando sofreu as consequências do golpe militar. A República de Tromba-Formosa, também foi um exemplo de luta camponesa, criada em 1953, abrangendo uma área de dez mil quilômetros quadrados ao norte de Goiás, afirma Azevedo.¹⁹ Segundo este autor este movimento resistiu até o ano de 1964, criando um

território livre, com segurança e defesa própria. Em todos estes movimentos de camponeses em defesa de terra para o seu sustento e trabalho tiveram eles que se defrontar com as Forças Armadas Brasileiras, que sempre deram um caráter policialesco, uma questão de "Segurança Nacional" aos conflitos provocados pelos capitalistas contra os trabalhadores no campo e não uma questão política a ser resolvida com uma reforma agrária anti-latifundiária.

Temos ainda outros exemplos de lutas em que o Estado brasileiro cumpre este papel de todo e qualquer Estado burguês: papel de defensor da classe dos detentores dos meios de produção. Neste caso, se observa que o Estado é o grande defensor dos grandes proprietários de terra e do grande capital. Portanto, também não foi a primeira nem a última vez que os camponeses defenderam o direito de acesso ao seu principal instrumento de trabalho até as últimas consequências, tendo contra eles a presença do Estado defensor da oligarquia rural.

Outro confronto entre as forças organizadas do proletariado enquanto classe contra o Estado burguês de grande vulto e que faz parte da história da luta de classes no campo no Brasil é a guerrilha do Araguaia. Tendo como organizador e dirigente o Partido Comunista do Brasil este movimento revolucionário teve início no ano de 1967, quando começaram a chegar na região Amazônica, no sul do Pará, os primeiros militantes do Partido que seriam os futuros guerrilheiros. O final da última campanha que deu como terminada a guerrilha foi no ano de 1974, tendo o exército brasileiro mobilizado um contingente de cerca de vinte mil pessoas entre soldados, comandantes, especialistas da CIA e outros mercenários oriundos de Angola (portuguesa) e da guerra civil do Vietnam (Norte-americanos). Os guerrilheiros que tinham como objetivo libertar o povo brasileiro (principalmente o proletariado) do jugo do imperialismo e do regime militar (velhos a-

liados) foram barbaramente trucidados por estes últimos, tendo como sobreviventes apenas uns poucos que por algumas circunstâncias não permaneceram no local que foi palco desta guerra. Teria sido o evento de maior repercussão entre os conflitos que já ocorreram no campo, na época, se não estivesse toda a imprensa sob o tacão da censura federal mais rígida por que já se passou na história do país. Mesmo assim, apesar de envolta na bruma que os militares envolveram aquele momento histórico (como tentando parar a história) tem-se alguns depoimentos tanto de militantes do PCdoB, como de militares mercenários serviçais do imperialismo e inimigo do povo, que participaram desta guerra, do lado da classe dominante.

Os projetos financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM - começaram a ser implantados naquela região na segunda metade da década de 60, dois ou três anos após o golpe militar de 1964. À medida que o regime implantado pelos generais foi consolidando a aplicação do conceito de Segurança Nacional no país, foi se acelerando a ocupação da região pelas empresas multinacionais e/ou nacionais. À medida que as riquezas da região iam se tornando conhecidas pelo Estado ia se aplicando vultosas somas de recursos públicos na infraestrutura que servia de apoio militar para a modernização do processo exploratório, sem grandes investimentos iniciais próprios daquelas empresas particulares, já que os incentivos fiscais apoiavam toda sorte de iniciativa do grande capital. Assim é que explorações das reservas minerais pelo capital estrangeiro levou o Estado à construção da Transamazônica em 1970 mais ou menos na mesma época em que a ponte Rio-Niterói era construída com dinheiro emprestado da Inglaterra e dava dez anos de exploração do pedágio àquela superpotência. No caso das terras que eram entregues às empresas multinacionais como suporte para a sua expansão no campo, quase sempre já estavam ocupadas pelos camponeses.

Estes, por sua vez, tendo incorporado valor na terra, o que lhe conferia direitos mesmo nos marcos do Estado burguês, resistiam em entregá-la de "mão beijada" para os capitalistas apesar das promessas feitas pelo governo comprometido com o imperialismo, de dias melhores, indenizações ou (o que era e é mais comum) a ameaça de morte, única coisa que realmente era cumprida, e que contava (e conta) com a "vista grossa" do Estado, quando não era a sua ação direta e aberta. Este ia se fazendo presente, de maneira cada vez mais ostensiva, à medida que a região ia se povoando com pessoas que fugiam dos latifúndios de outras regiões que iam se capitalizando às custas dos recursos que eram manipulados pelo Estado.

Uma das coisas que ficam mais claras após conflitos desta dimensão é a real natureza do Estado burguês; até onde vai a democracia liberal da ordem estabelecida. Souza Martins, por exemplo expressa este raciocínio, quando extrapola o fato estendendo-o aos outros rincões do país, considerando a ressonância que o acontecimento mais cedo ou mais tarde virá a assumir e afirma o seguinte: "O regime militar reprimiu muito e resolveu muito pouco. A derrota da guerrilha parece ter posto em xeque, contraditoriamente, o vencedor, apronfundando, revelando mais abertamente os limites, os compromissos e os impasses do regime".²⁰ E tomando-se como exemplos as vastas extensões de terra existentes hoje sob o controle de empresas multinacionais, à custa destes acontecimentos, principalmente na região Amazônica não fica difícil de concluir qual das duas forças políticas defendia a verdadeira segurança e soberania nacional. Além do mais, estando do lado e defendendo a imensa maioria de pequenos produtores que não buscavam nas regiões do Brasil mais do que a sua sobrevivência o Partido Comunista do Brasil reafirmou no Araguaia a justeza da ideologia que defende.

Entende-se neste trabalho que, diante dos fatos que se observa nos conflitos que se registrou no campo, no Brasil, os camponeses tem revelado tal disposição de luta, que tem posto em cheque o exército convencional da burguesia. Que devidamente organizado enquanto classe os camponeses seriam efetivamente vitoriosos frente ao aparato defensor dos grandes proprietários de terras, os latifundiários.

NOTAS

1. BRASIL. Estatuto da Terra. Lei nº 4504/64 (Art. 1º).
2. BRASIL. Planos de Ação Econômica do Governo. EPEA, documento nº 1, p. 102.
3. IDEM, p. 101.
4. IDEM, p. 105.
5. IDEM, p. 107.
6. MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Volume 2, Civilização Brasileira, p. 728.
7. LORENA, Carlos e outros. In: Retratos do Brasil nº 11, p. 123.
8. SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980. p. 69.
9. LIMA, Severino José de. Modernização Tardia e Desenvolvimento Desigual. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, UFPb, mimeo. 1983, p. 133.
10. LENIN, V. I. Capitalismo e Agricultura no Estados Unidos da América. Brasil Debates, 1980.
11. SAUTCHUK, Jaime e outros. Projeto Jari. A Invasão Americana, Editora Brasil Debates, 6a. edição, p. 81.
12. IDEM, p. 61.
13. IDEM, p. 109.
14. BRASIL. Estatísticas Cadastrais do INCRA, 1976. In: Revista Princípios. Editora Anita Garibaldi, nº 4, p. 18.

15. SAN MARTINS, Paulo e PELEGRINI, Bernardo. Cerrados: Uma Ocupação Japonesa no Campo. BINAGRE/IBASE, 1984, p. 51.
16. BRASIL, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), 1968. In: Revista Princípios, nº 4, p. 19.
17. VELOSO, Haroldo. CPI das vendas de Terras Brasileiras a Estrangeiros. 1968. In: Revista Princípios, Editora Anita Garibaldi, nº 4, p. 19.
18. FOWERAKER, Joe. A luta pela terra. A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Zahar Editores, 1982, p. 222.
19. AZEVEDO, Fernando. Op. cit., p. 57.
20. MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência. A questão política no campo. Hucitec, 2a. edição, pp. 145-146.

I.1

Existem diversas concepções acerca do papel do Estado na sociedade de classes. Estas concepções são abordadas de acordo com o interesse e a ideologia de classe de quem faz a abordagem. Pois do disfarce do conceito que se difunda acerca do verdadeiro papel desta instituição depende em grande parte o seu poder de dominar a classe oprimida e o sucesso da exploração dos opressores na sociedade de classes. Sendo o Estado uma categoria histórica surgida com a divisão da sociedade em classes, este só poderá desaparecer com o desaparecimento das classes. Merecem destaque três concepções acerca do Estado, por conduzirem interesses básicos acerca do seu papel. Uma destas concepções é a que tem sua lógica baseada em um Estado todo poderoso, justo, neutro (acima das classes). Algo semelhante a encarnação divina na terra, esta concepção esconde a verdadeira natureza e o real papel do Estado, já que não o vincula à classe dominante nem o relaciona à ideologia desta classe. Omite o seu papel, em lugar de mostrá-lo; não o define como uma categoria histórica fadada ao desaparecimento juntamente com o sistema de classes.

A intervenção do Estado no processo econômico, para os veiculadores desta lógica do Estado só deve ocorrer na medida em que venha a socializar os custos sociais da força de trabalho e/ou a infraestrutura necessária para a reprodução do capital. Ao mesmo tempo que contam com o Estado para garantir a reprodução do capital divulga dele uma imagem de instituição de "interesse geral". Esta é, em linhas gerais, a lógica do Estado que tinham (e tem) os articuladores do golpe militar de 1964. E seu conteúdo foi difundido no início (1949) na Escola Superior de Guerra, e depois os quadros da ESG passaram a difundir para todas as

instâncias do Estado, não admitindo em nenhuma hipótese questionamento às suas decisões nem contestação à sua prática. Uma das vertentes desta concepção é a doutrina do liberalismo. Esta última tem influenciado no aparato jurídico do país, na criação das leis e sindicatos corporativistas tanto nas leis ordinárias como na lei maior: a Constituição, devido ao peso que o poder econômico tem jogado nesta forma de luta de classes.

I.2

Outra concepção bastante difundida acerca do Estado é a reformista. Esta tem uma série de questionamentos acerca da sociedade de classes, contesta suas injustiças sociais no discurso. Faz análises acerca das transformações desta sociedade. Mas estas transformações, em linhas gerais partiriam do próprio Estado. Mudanças, reformas paulatinas e sucessivas feitas em determinados setores econômicos da sociedade a transformariam de maneira "pacífica". A estatização de bancos, setor energético, transportes e educação coletivos iriam amenizando algumas contradições sociais, até que se atingisse uma relação menos "selvagem". Embora partindo muitas vezes de premissas corretas, quase sempre fogem da superação das contradições de classe no sentido de erradicá-las.

Partindo de propostas reformistas, seus defensores não colocam em questão as contradições fundamentais e antagônicas da sociedade. No Brasil, as correntes políticas de cunho Social-democráticos tem difundido propostas que vão neste sentido. O Partido Comunista Brasileiro também tem sido veículo destas propostas. A partir da década de 60, quando o mesmo foi fundado e assume tais teses, depois de assumir o "caminho pacífico" para a Revolução Brasileira, ancorados nas orientações do XX Congresso dos PCUS, alguns dirigentes do partido terminaram assumindo

esta postura no seu V Congresso. Assim o apoio irrestrito que estes dirigentes já tinham hipotecado às propostas "desenvolvimentistas" do governo de Juscelino Kubitschek foram ratificados para as Reformas de Base do Governo de João Goulart. Assim, após a Declaração de Março de 1958, o grupo revisionista que veio a formar o Partido Comunista Brasileiro na década de 60 sempre ancorou sua prática em propostas de governos burgueses. Mesmo após o golpe militar de 1964.

A concepção reformista acerca do Estado tem levado alguns setores considerados (chamados) de esquerda no Brasil a atrelar a luta de classe a uma prática conciliadora que só tem prejudicado a classe oprimida, já que mesmo após o golpe de Estado de 1964 tais grupos políticos não se emendaram e continuam com a mesma prática, principalmente, com a investida da Social-democracia na América Latina.

I.3

Apesar da importância que os reformistas têm dado às concepções referidas anteriormente ganha espaço de atuação a concepção que faz avançar o processo de lutas de classe no país. A concepção Marxista-Leninista do Estado tendo a seu favor as experiências históricas de lutas do proletariado e encontrando ressonância nas lutas quotidianas onde são testados, se fortalecem cada vez mais. Sabe-se que a luta de classe é uma constante na maior parte da história da humanidade. Mas a classe oprimida nunca estivera antes munida de um instrumento eficaz para superar as contradições encontradas. Coube a Marx, na metade do século XIX a tarefa (papel) de resgatar as experiências acumuladas até então e organizá-las cientificamente.

Nos trabalhos de Marx, Manifesto Comunista de 1848 (de Marx e Engels), no Dextoito Brumário, na Questão Judaica e n'0

Capital (assim como em outros de suas obras se pode deduzir a concepção (revolucionária) que ele tinha do Estado, embora não a tivesse sistematizado separadamente. Na acumulação primitiva, processo em que o capital expropria os trabalhadores do campo do seu principal meio de produção, Marx mostra que o Estado burguês apoia os capitalistas de diversas formas. Quanto ao Estado moderno, concorda-se com Marx quando este afirma que "não é mais do que um comitê organizado para gerir os negócios da burguesia". Marx propõe a destruição deste Estado pelos proletários e oprimidos, para em seu lugar construir uma nova ordem; uma nova sociedade sem oprimidos nem opressores. Neste caso, a extinção do próprio Estado, quando não existirem mais as contradições de classe que o originaram.

Engels, aprofundou os estudos acerca do Estado na História da Humanidade além de confirmar as teses de Marx acerca do Estado, na sociedade de classes. Engels mostrou que houve um longo período na História em que as sociedades existentes não precisavam desta instituição. Portanto, concluiu, numa sociedade sem classes, não havendo opressores e oprimidos não haverá necessidade do Estado, já que se trata de uma categoria histórica. Depois do estágio do socialismo, primeira fase do Comunismo, depois de destruir os resquícios dos vícios e mazelas do Capitalismo, o Estado pode ser extinto. Tendo atingido a fase superior do comunismo o Estado desaparece, juntamente com a causa do seu surgimento que foi o sistema da sociedade de classes. O Estado nesta concepção se define como instrumento de classe.

Lenin, tendo liderado a primeira revolução socialista da humanidade até então, teve oportunidade de avançar no estudo teórico e aplicar na prática a teoria revolucionária acerca do Estado. Tendo dirigido o primeiro processo revolucionário tanto aplicou os conhecimentos acerca da destruição do Estado burguês como iniciou o processo de construção da nova ordem socialista,

dando assim, uma grande contribuição no fortalecimento do Materialismo Histórico. Mostrou que na Era do Imperialismo o Estado Nacional, apoia a exploração dos proletários de seus próprios países. Portanto, os proletários tinham que restaurar a independência das suas nações e a liberdade da classe proletária através da Revolução Socialista.

I.4

A intervenção do Estado Burguês no processo econômico tem um elenco de objetivos que explícita ou implicitamente vêm em favor da acumulação capitalista e da reprodução do Capital. Este fenômeno da ciência da economia política, nem sempre tem sua aparência coincidindo com a sua essência. Mas o Estado burguês aparece com fisionomia de instituição social, infensa à ideologia das classes, mantendo com relação a estas um enganoso e aparente afastamento. Entretanto as ações do Estado tanto nos períodos de crescimento como nas crises intestinas da acumulação capitalista são acionadas em detrimento da classe dominada por mais fetichizada que seja a forma de sua presença.

Na concorrência entre os capitalistas estes tendem a adotar métodos mais modernos de produção inovando seus processos produtivos. Estas inovações trazem um aumento da composição orgânica do capital e com esta a tendência do descenso da taxa de lucro. Esta TENDÊNCIA trás em seu bojo, contraditoriamente algumas contratendências. O Estado adota mecanismos no sentido de acentuar estas contratendências e tentando modificar (mesmo que parcial e temporariamente) a TENDÊNCIA GERAL. Os mecanismos adotados são: criar condições dos capitalistas aumentarem o grau de exploração da força de trabalho, redução dos salários, subsidiar os elementos do capital constante para empresas capitalistas particulares (principalmente da fração do capital hegemônico

no poder). E, no caso brasileiro, além de outras formas de aumentar a mais-valia absoluta e relativa, apoia o grande capital no processo de acumulação primitiva no campo. Estas políticas se acentuaram com o golpe militar de 1964, quando o Estado aumentou os recursos públicos destinados à criação de toda a infraestrutura necessária à reprodução ampliada do capital. Mas as crises do capitalismo tem demonstrado a ineficácia das ações do Estado como resposta definitiva para controlar as suas causas e efeitos por períodos mais duradouros.

II

A economia brasileira passou por transformações que a levaram a enfrentar vários e sucessivos momentos de crise que são próprios do desenvolvimento do capitalismo. Com o desenvolvimento deste sistema econômico e sua transformação na fase do imperialismo e a internacionalização cada vez maior da economia, tais crises passaram a assumir proporções internacionais. Os conflitos gerados pelo desenvolvimento deste sistema deixaram de ocorrer apenas dentro das fronteiras dos países. A Primeira Guerra Mundial, que ocorreu no limiar do século XX é sem dúvida um desses exemplos desta espécie de conflito. A Segunda Guerra Mundial, também. No âmbito nacional a economia brasileira ao se desenvolver colocava diante dos governos constantes desafios diante das manifestações populares. Mas o Estado, controlado pelos latifundiários produtores de café, só incrementava as políticas que favorecessem a estes últimos, por serem os detentores do poder econômico.

Detentores de quase três quartos da pauta de exportação (70%), os estados produtores de café determinavam o governo para o resto do país, do mesmo jeito que impunha a política cambial e até os critérios de eleição de tais governos.

Foi necessário um movimento armado de grandes proporções para que subisse ao poder o governo que iria modernizar a estrutura do Estado. E esta mudança de estrutura do Estado tinha que atender as novas exigências do capital. Como a oligarquia cafeeira perdeu o monopólio do poder econômico e político, o governo que subiu ao poder tinha que atender a esta oligarquia e às novas forças políticas e econômicas que surgiam no cenário tanto nacional (com o desenvolvimento da indústria) como mundial (com o surgimento dos novos países imperialistas), modificando o caráter da economia mundial.

II.1

As mudanças por que passa o aparelho do Estado, a sua reestruturação e a nova postura diante das questões sociais emergentes são consequências das mudanças por que passaram tanto a economia nacional como internacional. A intervenção do Estado no processo econômico se caracteriza e reflete na quantidade de órgãos criados a partir da década de 30, por imposição dos grupos econômicos que passaram a reivindicar tal intervenção. A prova disto são os institutos, departamentos e ministérios, que são as instâncias através das quais o Estado atende aos pleitos pela classe dominante, já que não se registrou estes mesmos órgãos que tivessem como objetivo socorrer à classe dominada.

A criação de sindicatos corporativistas, por exemplo, reflete uma maior intervenção do Estado no grau de exploração da força de trabalho, de maneira mais organizada do que antes. A regulamentação dos salários pelo Estado burguês, também tem este objetivo. Ao mesmo tempo as instituições criadas asseguravam ao capital garantia na sua reprodução. Esta proteção do Estado tanto permaneceu para a agricultura de exportação, como passou a existir para a indústria emergente. Mas entre 1930 e 1937, prin

principalmente após a Constituinte de 1934, os militares interferiram no processo político de maneira mais direta.

II.2

Com o acirramento das contradições que o sistema capitalista apresentava o Estado burguês se manifestava em diferentes formas de governo, buscando o controle mais direto da classe dominante. O Estado embora mantendo a mesma dominação de classe, ora se caracterizava mais populista, ora se apresentava mais abertamente autoritário, com a presença mais constante do seu braço armado. Assim é que após o movimento desencadeado em 1935 pela Aliança Nacional Libertadora foi organizado o chamado Plano Cohen, e posteriormente o golpe de Estado de 1937, onde se instalou o Estado Novo. Mas com o fim da 2a. Guerra Mundial fortaleceram-se as manifestações e pressões populares, e as campanhas pela nacionalização da indústria de base. Foi então criada a Companhia Siderúrgica Nacional e a Usina de Volta Redonda, quando o Estado tomou medidas nacionalistas, criando a indústria de base no país.

Contraditoriamente, o Estado burguês manifesta, nestas ações intervencionistas duas características fundamentais: primeiro, é o Estado protetor e administrador dos interesses da burguesia industrial, na medida em que esta infraestrutura era necessária para a reprodução ampliada do capital. Considerando-se que estes investimentos representavam alta soma de capital constante em infraestrutura, que termina por beneficiar a iniciativa particular, os mesmos (investimentos) representam amortecimento dos elementos do capital constante fixo de tais empresas particulares. Ao mesmo tempo, e tais investimentos, sendo vultosos e de retorno a longo prazo, caíam nas mãos das empresas multinacionais se não fossem estatizados. Neste último caso, se conclui que, a depender da conjuntura nacional, e em condições democrá-

ticas, havendo ampla participação das massas (como ocorreu entre 1943 e 1945) este mesmo Estado brasileiro sustentáculo das oligarquias e do imperialismo pode assumir postura progressista e expressou os interesses da burguesia nacional. Isto pelo menos do ponto de vista dos interesses de frações do capital. Mas que também contribui para garantir as condições de soberania nacional. Como as raízes do imperialismo já eram profundas na economia do país e sua influência nas Forças Armadas atingia grandes proporções este projeto foi barrado com a deposição de Getúlio Vargas em 1945 e posterior eleição de Dutra.

II.3

O início do governo de Dutra ainda refletia a conjuntura do fim da guerra e do avanço do movimento de massas no país. Tendo sido revogadas algumas leis arbitrárias oriundas do Estado Novo, convocada a Assembléia Nacional Constituinte (em 1946), o clima de democracia anterior prosseguiu até 1947.

Apesar da Constituinte ter apresentado um perfil conservador (somente o PSD e a UDN contaram na composição com 90% das forças, o Partido Comunista do Brasil - PCB, 4% - e os demais partidos com 6%) os seus debates e as suas atividades foram os mais "abertos" até aquela época da História do País.

Esta postura do Estado sofreu mudanças com alguns fatos ocorridos tanto a nível nacional como internacional. O Estado restringe a participação popular, reprimindo a campanha do "Petróleo é nosso", forma-se um pacto entre os dois partidos da classe dominante (PSD e UDN), exclui os demais partidos de maneira arbitrária. Seguindo os rumos da chamada guerra fria, rompe relações com a União Soviética (que na época era um país socialista) e cassa os parlamentares Partido Comunista do Brasil. No

terreno econômico adota uma política cambial que sô favorece ao capital estrangeiro, esvazia as reservas monetárias. Cria-se (em 1949) a Escola Superior de Guerra sob inspiração da National War Colege. Nestas condições conjunturais, se restringe a participação popular. As Forças Armadas Brasileiras adotam postura de quebra da soberania nacional, concentrando suas atividades na repressão interna, na perseguição da classe dominada. Estão dadas as condições para as eleições de Getúlio, em 1950, com ampla participação popular (e populista) apresentando bandeiras de luta que negam esta postura do governo anterior.

II.4

No início da década de 50 o Estado foi obrigado a consolidar algumas conquistas nacionalistas devido às pressões populares. A nacionalização do petróleo e das reservas minerais do sub-solo são algumas destas conquistas além do presidente, em sua campanha eleitoral, além de ter denunciado as remessas de lucro, o que levou Getúlio, respaldado pelos setores populares e progressistas em grandes mobilizações a conceder um dos maiores aumentos do salário mínimo real dos trabalhadores. Tais fatos levaram-no à morte devido às pressões do capital estrangeiro e do grande capital nacional.

II.5

A continuidade das pressões nas mudanças da política do Estado levou ao poder o vice-presidente João Café Filho, em cujo governo foi baixada a Instrução 113 da SUMOC que representa verdadeira desnacionalização de setores básicos da economia.

As políticas intervencionistas do Estado Capitalista durante os anos que dividem os governos de Café Filho e o de

João Goulart continua sendo no sentido de tornar o país cada vez mais vulnerável, cada vez mais dependente das empresas multinacionais. O Estado se caracteriza neste período como o grande subsidiário tanto do setor automobilístico como outros setores da indústria mecânica. O fato de esta política sofrer necessidade de mudanças, leva a setores da oposição a exigir mudanças estruturais. A tentativa do governo implantar tal processo o leva a uma medição de forças com os representantes dos interesses do imperialismo e seus aliados internos desembocando no golpe militar de 1964.

III.1

Desencadeado o golpe militar, as forças organizadas do mesmo baixaram os Atos Institucionais e adequaram o aparelho do Estado à nova ordem que se iria estabelecer. Entre as instituições criadas podem ser citadas o SNI, com todas as suas ramificações, a lei de greve, que tira dos trabalhadores o direito conquistado de cruzar os braços como forma legítima de pressionar o os patrões. Isto é, criando a lei de greve o Estado fecha o espaço de atuação dos trabalhadores, ampliando o espaço para o capital. Alegando uma suposta legitimação do regime os generais ocupam o lugar do Congresso Nacional e passam a produzir leis a seu bel. prazer, atingindo até mesmo, alguns militares, de todas as patentes.

Dois anos após o golpe, em 1966 os generais transformam o país numa imensa caserna onde qualquer militar é superior a qualquer civil passando os últimos a ter os mesmos julgamentos que os primeiros nos Supremos Tribunais Militares (STM). E à medida que alguns setores mais progressistas ousam contestar o regime, este vai às últimas consequências estabelecendo eleições indiretas para governadores e vice-governadores e através do

A-I nº 4 convocou o Congresso para a votação da Constituição de 1967. Tal sequência de leis culmina com a publicação do A-I nº 5, o qual demarca o recrudescimento do regime implantado e o auge do autoritarismo. Como resposta à resistência civil criada contra o arbítrio, chega a ser decretada pena de morte.

III.2

Ao mesmo tempo se dão a resistência do proletariado à exploração do capital e a repressão do Estado de todas as formas alegando que as causas da inflação estão no aumento de salário, para justificar o arrocho salarial, o governo jogou a polícia nas manifestações de Osasco, Santo André, Campinas e Guarulhos. E, apesar da organização do Movimento Intersindical Anti-Arrocho, entre 1967 e 1973 os salários continuaram baixando. O Produto Interno Bruto (PIB) variou entre 4,8 e 14,0, ao passo que (de acordo com o DIEESE) o salário mínimo real foi reduzido de 70,39 em 1968 para 54,48 em 1974. E esta tendência decrescente do salário mínimo real chegou a 48,53 em 1978. O capital tinha assim suas maiores taxas de lucro enquanto o preço da força de trabalho era reduzido a menos da metade.

A intervenção do Estado assim proporcionava as condições ótimas para a reprodução do capital e as condições péssimas para a reprodução da força de trabalho. Entre 1968 e 1973/77 o número de greves fora reduzido de 25 para 3, sendo que em 1971 não houve nenhuma greve devido ao aumento da repressão do Estado à força de trabalho em benefício do capital.

III.3

A intervenção do Estado no processo econômico criou vários mecanismos que objetivavam explorar a força de trabalho e

diminuir os seus mecanismos de defesa. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Este mecanismo consistia em a Empresa depositar em banco certa porcentagem sobre o salário do trabalhador, como uma espécie de poupança forçada. E esta poupança fica controlada pelo aparelho do Estado. Este usou aquela parcela da mais valia que foi acumulada durante vários anos a serviço da classe dominante através do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Pois esta poupança foi utilizada principalmente para construir apartamentos de luxo em locais em que a classe mais oprimida jamais teve acesso no país dada a má distribuição da renda e a conseqüente concentração de riqueza. Além da Constituição ditada pelos generais em 1967 submeter os reajustes de salário a simples cálculos de um "Conselho" de Política Salarial que estes generais criaram, o Estado militarista retirou a estabilidade dos trabalhadores implantando outro sistema que além destes perderem o controle desta poupança forçada passou a não ter nenhuma estabilidade. Aqueles que fossem demitidos voltavam à categoria de desempregados no mercado de trabalho para ser posteriormente contratados por salários abaixo dos que ganhavam antes nas condições de estabilidade. Quanto aos seus rendimentos acumulados durante anos e manipulados pelo Estado não eram corrigidos acompanhando a desvalorização decorrente do processo inflacionário. E enquanto estes rendimentos eram reduzidos pela mão sorrateira da inflação e da correção monetária, os seus produtores acorriam para as favelas que cresceram aceleradamente durante todo o tempo do regime militar, principalmente após o "milagre brasileiro".

III.4

No que diz respeito à educação o Estado não menos classista e defensor da classe dominante durante os anos em que a classe oprimida sofreu os horrores do regime militar, manteve-se

necessitando de mudanças. Estava necessitando de uma política voltada para as classes menos privilegiadas, onde se reduzisse as taxas de analfabetismo tanto na cidade como no campo. E fora esta a orientação que norteava o Plano Trienal de João Goulart. Mas após o golpe de 1964 esta situação que já era caótica piorou muito mais. Pois além dos projetos educacionais terem que corresponder e reproduzir o modelo econômico, reproduzindo os valores do capitalismo e do regime de exceção, tais projetos passaram a seguir a batuta dos próprios yankees, através do acordo MEC-USAID. As políticas educacionais dos governos do regime militar carreavam na Universidade a elitização do ensino, reduzindo sistematicamente as verbas para este setor e passou a propagar que educação era um grande investimento, ao mesmo tempo que desestimulou o ensino público e gratuito. Grande parcela da sociedade foi posta para fora da sala de aula, já que o arrocho salarial não lhes permitia assumir o ônus da educação que é um dever do Estado. Os estudantes, de nível secundário e superior resistiram com bravura a tal política educacional. Mas tiveram como resposta a espionagem do SNI, as prisões, os seqüestros, as torturas ou foram barbaramente assassinados e desaparecidos. Os professores como quaisquer outros componentes da comunidade universitária foram colocados no mesmo processo acentuando-se ainda mais a evasão de cérebros e instalando-se na Universidade brasileira o reinado da incompetência, onde, à semelhança dos quartéis é proibido pensar e obrigado a obedecer.

Esta política educacional foi coroada com os incentivos do Estado através do sistema de crédito que foi uma forma de o Estado subsidiar as universidades particulares proporcionando a elas maiores taxas de lucro, mesmo que tornasse péssima a qualidade do ensino em todos os níveis.

IV.1

A intervenção do Estado caracterizou-se em toda a história do país como meio de tentar soluções para as crises temporárias do capital e/ou como forma de buscar a legitimação do processo de exploração da força de trabalho. Sem tal intervenção seria impossível tanto a acumulação capitalista, como também, e principalmente, a reprodução do capital. O Estado usou (e usa) no Brasil de diversas formas de intervenção na defesa da classe detentora dos meios de produção. A regulação dos preços da força de trabalho, através do salário, que embora chamado de "mínimo" termina sendo o máximo, assim como o impedimento da luta pelo seu aumento, através de instrumentos como a Lei de Greve, usando-se do aparato militar para garantir a aplicação desta lei, mostrou de que formas o Estado atua nos setores em que o processo capitalista de acumulação já atingiu um estágio mais avançado. Aí ocorre a subsunção real do trabalho ao capital, como a forma generalizada de exploração. Mas o Estado, no campo, tem atuado também de outras formas de apoio ao capital que vão no sentido da garantia das imensas taxas de lucro. Uma destas formas e que foram largamente utilizadas, e que o Estado implementou durante os anos do regime militar, foi preparar um discurso que fosse no sentido de legitimar as instituições através das quais o Estado incrementa as bases para o planejamento exigidas pelo capital no campo. O INCRA e os projetos de desenvolvimento (polos de desenvolvimento), o INDA, o GERA, etc., são alguns destes recursos legais que o Estado militarista usou para justificar a renovação ou desarticulação de outros destes institutos (como a SUPRA, a lei delegada nº 11, etc.) que existiam antes do golpe de 1964. Estas últimas instituições, embora mais democráticas e menos ilegítimas, também se tratava de formas de o Estado tentar soluções para as crises do grande capital. Entende-se ainda que apesar das

suas limitações por serem medidas tomadas sob a batuta do Estado burguês poderiam acumular forças para um passo mais avançado nos rumos da liberdade dos camponeses do jugo do latifúndio ou ainda, dependendo do estágio de desenvolvimento, a sua organização em trabalho coletivizado. Mas que o golpe de 1964, apesar do seu discurso inicial apresentado no PAEG, terminou implantando, no lutar da democratização do uso da terra, foi uma ANTIREFORMA AGRÁRIA, com suas consequências sociais. E nos anos do auge deste regime, a partir do início da década de 70 este processo de concentração da terra foi acelerado assustadoramente, devido à política econômica implantada pelos tecnocratas dos generais serviços do imperialismo.

IV.2

Além da política agrária do regime implantado em 1964 concentrar ainda mais a terra que no Brasil sempre fora concentrada, os seus planos de desenvolvimento para a agricultura não beneficiaram senão aqueles que tinham (e têm) mais terra. Apesar de falar em assistência ao produtor de alimentos, a agricultura desenvolvida sempre foi aquela voltada para a exportação. E esta produção voltada para o mercado externo foi incrementada pelo Estado através de insumos químicos e mecânicos subsidiados com recursos públicos. Estes subsídios, por sua vez atraíram as indústrias de tais insumos, passando estas a ter um peso cada vez maior nos custos operacionais. As fábricas de tratores se desenvolveram no país em um ritmo sem precedentes. A produção de herbicidas superou, em vinte anos toda a produção registrada durante a história da agricultura brasileira. Os fungicidas seguiram este mesmo ritmo e caminho. A produção de fertilizantes também deu um salto correspondente a outros produtos agroindustriais. As indústrias destes produtos passaram a definir até os

métodos de plantio e colheita através de influência exercida nas políticas agrícolas do Estado. Este tanto incentivava a produção de tais produtos através dos incentivos fiscais e/ou juros negativos como orientava no sentido de maior e indiscriminado consumo pelos grandes proprietários de terra, os únicos que tinham de fato acesso ao crédito subsidiado. Como os poucos projetos que eram realmente executados se restringiam aos grandes proprietários de terra, a própria tecnologia servia como instrumento de seleção dos agricultores eram selecionados pela sua capacidade de elaborar os grandes projetos de investimentos. Estes processos produtivos sofisticados e capital intensivos, terminaram por tornar a agricultura cada vez mais dependente da agroindústria dentro do complexo agroindustrial

IV.3

Outra questão agravada pela intervenção do Estado na agricultura foi a dívida social, manifestada no desemprego. A concentração da terra e o desenvolvimento da agroindústria acelerou o processo de modernização da agricultura de maneira conservadora. À medida que se foram modernizando os processos produtivos sem uma política de divisão das terras os trabalhadores foram sendo expulsos do campo, aumentando assustadoramente o número de bôias frias, que passaram a habitar as periferias das cidades deixando o campo cada vez mais vazio. O êxodo rural, desta forma fez inchar a maioria das cidades de porte médio e as grandes cidades. As favelas deixavam de ser um privilégio das grandes metrópoles. A violência passou a ser a tônica do governo que respondia (e responde) as pressões sociais com diversas formas de repressão. Como nos minifúndios e nos latifúndios não se dão as condições sociais de sobrevivência e reprodução da força de trabalho, o número de assalariados permanentes foi dimi

nuindo cada vez mais deixando os trabalhadores do campo a vagar no entresafra e acelerando a crise social no campo.

IV.4

A política agrária dos governos do regime militar além de concentrar a terra na mão de poucos, expulsar o homem do campo e selecionar a clientela que teria acesso ao crédito, entregou grandes extensões de terras às empresas estrangeiras. Leis que disciplinavam e controlavam a venda de terras a personalidades físicas e jurídicas estrangeiras foram revogadas e/ou burladas criando-se outras em seus lugares, mais condescendentes para com o capital forâneo e menos cuidadosas com a questão da soberania nacional. Os próprios burocratas do Estado passaram a assessorar as empresas multinacionais orientando-as a troco de postos-chaves na administração. E o governo, além de adotar diversas políticas de proteção a estas empresas, via isenção de impostos, para regiões chamadas polos de desenvolvimento facilitava-lhes o acesso à terra, colocando a máquina do Estado à sua disposição, com pesquisas especiais para criar condições de investimento para tais empresas. O Estado passa de sua função de defesa do território nacional ao papel de entregador para o estrangeiro da riqueza nacional.

IV.5

A política agrária do regime militar, ao ser implantada atingiu os camponeses de maneira nunca vista. As empresas multinacionais tendo aprovados seus grandes projetos partia para a expulsão dos camponeses. E como estes sempre reagiram a entregar o seu principal instrumento de trabalho, a terra, o Estado apoiou os grandes empresários na expulsão dos camponeses. Tentando ace

lerar o processo de acumulação primitiva, expulsando os camponeses da terra em que trabalhavam não tardaram a surgir as organizações paramilitares onde os ocupantes das terras lutavam em condições extremamente desiguais. Se antes, nas condições do capitalismo já desenvolvido da cidade era para os capitalistas, tudo; para os trabalhadores a lei; no campo era para os capitalistas tudo, mas, para os camponeses as balas. Mas os camponeses no Brasil já provaram em diversas ocasiões a sua combatividade na defesa da terra para o trabalho.

Conhecendo esta realidade foi que 69 militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizaram a guerrilha do Araguaia. Tamanho foi o apoio dos camponeses a este movimento que para as Forças Armadas Brasileiras controlarem a área necessitou mobilizar um efetivo de 20.000 (vinte mil) pessoas. E com todo este pessoal com todo o preparo que o exército se esmerou em ensinar os guerrilheiros e os camponeses ainda impuseram derrotas significativas aos generais serviçais do capital estrangeiro em duas campanhas em que as Forças Armadas saíram derrotadas e sem moral, indo contar vitória depois de muitos treinamentos especiais de antiguerrilha.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ✓ 1. AFONSO, Carlos e SOUZA, Herbert de. O Estado e o Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- ✓ 2. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1984.
3. AMÉRICA LATINA. El Pensamiento da CEPAL. IN: CARDOSO, Fernando Henrique. As Idéias em seu Lugar. Vozes, 1980.
4. AZEVEDO, Fernando Antonio. As Ligas Camponesas. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
5. BRASIL. Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Departamento de Ciclos de Estudos, Biênio 1974/1975.
- ✓ 6. BRASIL. CPI da Dívida, Câmara dos Deputados, 1983. Requerimento nº 8, mime.
7. BRASIL. Partido Comunista do Brasil. Teses para Discussão do IV Congresso, 1960.
- ✓ 8. BRASIL. Constituição de 1937.
- ✓ 9. BRASIL. Retrato do Brasil, Editora Política, São Paulo, 1983.
- ✓ 10. BRASIL. IBAD/IPES: Uma Ação Gorilista no Brasil. IN: Política e Negócios, 1963.
- ✓ 11. BRASIL. Senado Federal. Divisão de Edições Técnicas. Legislação citada, Brasília, 1972.

12. BRASIL. Estatuto da Terra. Decreto-Lei nº 4504/64.
- ✓ 13. BRASIL. Plano de Ação Econômica do Governo. EPEA, Documento nº 1, Brasília, 1964.
- ✓ 14. BRASIL. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Brasília, 1968.
15. BRASIL. Encontros com a Civilização Brasileira. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- ✓ 16. BRASIL. Revista Princípios. Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 1982.
- ✓ 17. BRUM, Argemiro. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro, Editora Vozes, Petrópolis, 1983.
18. CANDAL, Anibal. A Industrialização Brasileira. Diagnósticos e Perspectivas. ANPEC, Edições Saraiva, São Paulo, 1978.
19. CARDOSO, Fernando Henrique e MILLER, G. Amazônia: Expansão do Capitalismo. CEBRAP, Editora Brasiliense, São Paulo, 1978.
- ✓ 20. CARONE, Edgard. A República Velha I. Instituições e Classes Sociais (1889-1930). DIFEL, Rio de Janeiro-São Paulo, 1978.
- ✓ 21. CARONE, Edgard. A República Nova (1930-1937). DIFEL, Rio de Janeiro-São Paulo, 1976.
- ✓ 22. CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). DIFEL, Rio de Janeiro-São Paulo, 1976.

23. CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1964). DIFEL, Rio de Janeiro-São Paulo, 1980.
24. CARONE, Edgard. O PCB. Vol. 1 e Vol. 3. DIFEL, 1982.
25. CARVALHO, Horácio Martins de. Planejamento e Estado nas Sociedades Capitalistas. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 19(?).
26. CASTELLS, Manuel. La Teoria Marxista de las Crisis Econômicas y las Transformaciones Capitalistas. Siglo Veintiuno Editores, México, 1978.
27. DIAS, Edmundo Fernando. Universidade: Crise - Mas Qual ? Revista Princípios, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 198(?).
28. DREIFUSS, René Armand. 1964. A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Editora Vozes, Petrópolis, 1981.
29. ENGELS, Friedrich. A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.
30. ENGELS, Friedrich. As Guerras Camponesas na Alemanha, Editora Grijalbo, 1977.
31. ENGELS, Friedrich. O Senhor Daring subverte as Ciências. IN: Friedrich Engels: Política. Editora Ática S.A., São Paulo, 1981.
32. FERNANDES, Luiz. O Marxismo e o Impasse entre Igualdade e Liberdade no Pensamento Liberal. In: Princípios nº 13, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, Dezembro de 1986.
33. GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

34. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Paz e Terra, 1977.
35. GRABOIS, Maurício. Revista Princípios. Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 1985.
36. IANNI, Octávio. Estado e Planejamento no Brasil (1930-1970). Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
37. IANNI, Octávio. Estado e Capitalismo. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
38. IANNI, Octávio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.
39. IANNI, Octávio. A Luta pela Terra. Editora Vozes, Petrópolis, 1979.
40. IANNI, Octávio. A Ditadura do Grande Capital. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981.
41. IANNI, Octávio. Ditadura e Agricultura. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
42. IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
43. JAGUARIBE, Hélio. Citado em ISEB, Fábrica de Ideologias. Editora Ática, São Paulo, 1982.
44. JOFFILY, Bernardo. Liberalismo: Velha Arma Política da Burguesia. In: Princípios nº 11, Editora Anita Garibaldi, Agosto de 1985, São Paulo.
45. KOVAL, Boris. História do Proletariado Brasileiro. Editora Alfa Ômega, 1982.

46. LENIN, Vladimir Illich. Uma Grande Iniciativa Acerca do del Estado. IN: Obras Escogidas. Tomo X, Editorial Progreso, Moscou, 1977.
47. LENIN, V. I. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do Capitalismo na agricultura. Editora Brasil Debates, São Paulo, 1980.
48. LENIN, V. I. Sobre El Problema de los Mercados. Editora Siglo Veintiuno, México, Espanha, Argentina, 1974.
49. LENIN, V. I. "Sobre o Estado. Conferência proferida na Universidade de Sherdlov em 11 de julho de 1919. IN: Obras Escogidas, Editora Alfa Ômega, Vol. 3, 1980.
50. LENIN, V. I. O Estado e a Revolução. Editora Vitória, Rio de Janeiro, 1961.
51. LENIN, V. I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Global Editora, São Paulo, 1982.
52. LENIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Editora Abril Cultural, São Paulo, 1982.
53. LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. História da Ação Popular da JUC ao PCdoB. Alfa Ômega, São Paulo, 1984.
54. LIMA, Heitor Ferreira. História Política, Econômica e Industrial do Brasil. Editora Nacional, São Paulo, 1973.
55. LIMA, Heitor Ferra. Um Quinquênio de Expansão. IN: Revista Brasiliense, nº 31, Rio de Janeiro, 1960.

56. LIMA, Severino José do. Modernização Tardia e Desigual. O Processo Histórico de Inovação Tecnológica na Agricultura Brasileira. UFPb, Departamento de Sociologia e Antropologia, Mimeo, 1983.
57. LORENA, Carlos e PINTO, Luiz Carlos Guedes. Do Café à Soja. IN: Retrato do Brasil nº 11, Editora Política, São Paulo, 1983.
58. MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
59. MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Editora Polis/Vozes, São Paulo, 1984.
60. MANTEGA, Guido. A Lei da Taxa de Lucro: A Tendência da Queda ou a Queda da Tendência? IN: Estudos CEBRAP, nº 16, Editora Brasileira de Ciências Ltda. São Paulo, 1976.
61. MARTINS, Carlos Estevan. A Evolução da Política Externa Brasileira na Década de 64/74. IN: Estudos CEBRAP nº 12, Editora Brasileira de Cultura Ltda., São Paulo, 1975.
62. MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil, Editora Vozes, Petrópolis, 1984.
63. MARTINS, José de Souza. Expropriação & Violência. A Questão Política no Campo. Editora HUCITEC, São Paulo, 1982.
64. MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis, 1981.

65. MARX, Karl. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858. Vol. 1, 2 e 3, Siglo Veintiuno Editores, México, Espanha, Argentina e Colômbia, 1971.
66. MARX, Karl. O 18 Brunário. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
67. MARX, Karl. A Questão Judaica. Cadernos Ulmeiro. nº10, Lisboa, 1978.
68. MARX, Karl. Les Luttes de Classes en France 1848-1850. Editions Sociales, Paris-139, 1948.
69. MARX, Karl. Crítica del Programa de Gotha. Editorial Progreso, Moscou, 1979.
70. MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.
71. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Sobre o Estado. IN: El Libro Rojo-y Negro, Biblioteca Júcar Madrid, 9977.
72. MARX, Karl. Consequências Sociais do Avanço Tecnológico. Obras Completas, Vol. 1, Guarulhos, 1980.
73. MARX, Karl. Miséria da Filosofia. Editora Ciências Humanas Ltda., São Paulo, 1982.
74. MARX, Karl. Teorias sobre a Mais-Valia. Livro 4, de O Capital, Volume 1, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
75. MARX, Karl. O Capital, Livro 1, Volume 2, Livro 2, Volume 3, Livro 3, Volume 4, Volume 5 e Volume 6.

- ✓76. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista de Marx e Engels. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
77. MACPHERSON, C. B. A Democracia Liberal, Origens e Evolução. Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, 1978.
78. MISES, Ludwig von. Liberalismo. José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1987.
- ✓79. OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. GRAAL. Biblioteca de Economia, Rio de Janeiro, 1977.
80. OLIVEIRA, Francisco de. Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. CEBRAP, Editora Vozes, Petrópolis, 1981.
81. POLANTZAS, Nicos. O Estado em Crise. Edições GRAAL, Rio de Janeiro, 1977.
- ✓82. SALAMA, Pierre e MATHIAS, Gilberto. O Estado Superdesenvolvido. Das Metrôpolis ao Terceiro Mundo. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.
83. SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. Uma Introdução a Economia Política. Livros Horizonte Ltda., Lisboa, 2.
- ✓84. SALAMA, Pierre. Etal et Capital L'Etat Capitaliste Comme Abstraction Reelle. In: Critique de l'economia Politique, Paris, 1979.
85. SANTOS, Theotonho dos. Transferência Tecnológica e Reestruturação do Capitalismo. In: Economia & Desenvolvimento nº 1, Cortez Editora, São Paulo, 1981.
86. SIMONSEN, Roberto C. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1973.

87. SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1981.
88. SILVA, Hélio. O Poder Militar. Editora LP & M, Por Alegre, 1984.
89. SINGER, Paul. Aprender Economia. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.
- ✓ 90. SINGER, Paulo. A Crise do "Milagre". Interpretação Crítica da Economia Brasileira. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
91. SINGER, Paulo. Desenvolvimento e Crise. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
92. SINGER, Paulo. Dominação e Desigualdade. Estrutura de Classe e Repartição da Renda no Brasil. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.
- ✓ 93. SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964). Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- ✓ 94. SODRE, Nelson Verneck. Memórias de um Soldado. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.
95. SODRÊ, Nelson Verneck. Vida e Morte da Ditadura. 20 anos de Autoritarismo. Editora Vozes, Petrópolis, 1984.
- ✓ 96. SOUZA, Nilson Araújo de. Crisis y Lucha de Clases en Brasil 1974-1979. Universidade Autônoma do México, Faculdade de Economia, División de Estudios de Pós-Graduação, 1980.

97. SOUZA, Nilson Araújo de. Efeitos da Crise nas Economias Periféricas. IN: Economia e Desenvolvimento, Cortez Editora, São Paulo, 1981.
98. SZMERRE CZANYI, Tamás. O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil (1930-1975). HUCITEC-UNICAMP, São Paulo, 1979.
99. SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
100. TAVARES, Maria da Conceição. Substituição de Importação ao Capital Financeiro. Ensaio Sobre Economia Brasileira, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.
101. TAVARES, Maria da Conceição e BELUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. Notas sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil. CEPAL, Mimeo. 1978.
102. TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: Fábrica de Ideologias. Editora Ática, São Paulo, 1982.
103. VIANA, Luiz Verneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

O País ficou mais rico e os trabalhadores ficaram mais pobres

De 1940 a 1984, o salário mínimo não acompanhou o custo de vida nem o aumento do produto nacional, caindo seu valor real para menos da metade, enquanto o País ficava quatro vezes mais rico



